UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JÚLIA TIBIRIÇÁ DIEGUES GOMES

**Dimensões cibernéticas de colonialidade, controle e resistência
na Palestina Ocupada**

Versão Corrigida

São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Dimensões cibernéticas de colonialidade, controle e resistência
na Palestina Ocupada**

Júlia Tibiriçá Diegues Gomes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Jean François Germain Tible

Versão Corrigida

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

GG633d Gomes, Júlia Tibiriçá Diegues
 Dimensões Cibernéticas de colonialidade, controle
e resistência na Palestina Ocupada / Júlia Tibiriçá
Diegues Gomes ; orientador Jean François Germain
Tible. – São Paulo, 2018.
 191 f.

Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Territórios Palestinos Ocupados. 2. Tecnologias
de Controle. 3. Colonialismo. 4. Israel. 5.
Palestina. I. Tible, Jean François Germain, orient.
II. Título.

GOMES, Júlia Tibiriçá Diegues. **Dimensões cibernéticas de colonialidade, controle e resistência na Palestina Ocupada**. 191 p. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

*Para Guga e Tom,
ainda e sempre meus mais ávidos leitores.*

AGRADECIMENTOS

Aos professores, funcionários e colegas do departamento;

Ao Professor Jean Tible, pela confiança e parceria;

A Professora Rossana Reis e Vera Telles pelas contribuições e ao meio do caminho e aos membros da banca, Professora Vera - mais uma vez - e Professor Henrique Parra, pela atenção e disponibilidade; Ao Professor Rafael Araújo, pela amizade desde meus primeiros passos por esse universo da universidade;

À CAPES, pelo apoio concedido;

Aos novos e já queridos companheiros da FLACSO, pelo carinho - em especial a Andrea, (já se tornando de longa data) amiga-irmã de todas as horas durante estes últimos anos; Aos também novos e queridos companheiros do Majaz, pelos desabafos (e cansaços);

À equipe da FFIPP-Brasil, e aos companheiros da Palestina de 2014: Catalina, Rafael, Beatriz, Clarisse, Mariane e Iara - por todos os passos, ainda que dispersos e distantes, andados juntos. Aos companheiros das Palestinas seguintes, também;

Ao *Alternative Information Center* - pela recepção, colaboração - e perseverança. A todos com os quais tive o privilégio de cruzar caminhos e trocar ideias em minhas viagens - não há como agradecer o dividir de sua terra comigo.

Ao Arturo, por todo o tempo compartilhando frustrações e afetos da nossa Beit Sahour, e de todo o resto;

À minha família, ao meu pai; À minha mãe, a quem sei enlouqueci cada uma das vezes que insisti em re-embarcar para lá longe, mas para quem nunca vou deixar de voltar: meu maior obrigada.

*“Unfortunately, no one can be told what the Matrix is.
You have to see it for yourself”*

Matrix, 1999

GOMES, Júlia Tibiriçá Diegues. **Dimensões cibernéticas de colonialidade, controle e resistência na Palestina Ocupada**. 191 p. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

A presente dissertação procurou investigar o fenômeno aqui identificado como digitalização da ocupação da Palestina contemporânea, por meio de reflexões analíticas e históricas sobre as técnicas e tecnologias de controle e monitoramento implantadas pelo que entendemos como um esforço colonial na Palestina contemporânea, tal como a intersecção dessas técnicas e tecnologias com a emergência do Estado de Israel como um nicho global *high tech*. Sustenta-se que o nomeado processo se dá, em primeiro lugar, em concordância com uma tendência de privatização do setor de segurança - também no que se refere a seu envolvimento nos Territórios Palestinos Ocupados (TPOs) - e, em segundo lugar, com uma narrativa de eficiência, precisão e higienização da guerra, correspondente a um movimento de desresponsabilização do Estado sobre a população nos TPOs e sobre as violações e abusos perpetrados sobre ela. Por fim, no contexto aparentemente contraditório entre a multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e sua promessa de superação de fronteiras, e o endurecimento do controle da Ocupação, serão localizadas manifestações e possibilidades de resistência do povo palestino à consolidação das dimensões cibernéticas da colonização da Palestina.

Palavras-chave: Conflito árabe-israelense; Territórios Palestinos Ocupados; Israel; Palestina; Tecnologias de controle; Tecnologias de Informação e Comunicação;

GOMES, Júlia Tibiriçá Diegues. **Cybernetic dimensions of coloniality, control and resistance in Occupied Palestine**. 191 p. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ABSTRACT

The present dissertation intended to investigate the phenomenon here identified as the digitalization of the occupation of contemporary Palestine, by means of analytical and historical reflexions regarding the techniques and technologies of control and surveillance implanted by what is hereby understood as a colonial effort in Palestinian territory, as well as the intersections of these techniques and technologies with the emergence of the State of Israel as a global high tech niche. It is understood that the referred process takes place, at first, in coherence with a privatization trend in the security sector - as well as its correspondence in the Occupied Palestinian Territories (OPT) - and, secondly, as a narrative of efficiency, precision and sanitation of war, corresponding with the outsourcing of responsibility over violations and abuses perpetrated against the Palestinian population. Finally, in the seemingly contradictory context between the multiplication of information technologies and its promise regarding borders overruns, and the hardening of the Occupation's control mechanisms, we shall discuss the possibility of resistance manifestations, from the Palestinian people in face of the cybernetic dimensions of the colonization of Palestine.

Palavras-chave: Arab-Israeli conflict; Occupied Palestinian Territories; Israel; Palestine; Control Technologies; Information and Communication Technologies.

SUMÁRIO

Apresentação	19
1. Interrogações da partida	24
1.1 A (não tão) nova historiografia israelense como preâmbulo	24
1.2 Considerações sobre fronteira(s), tempo(s) e espaço(s)	27
1.3 Colonialidade, governamentalidade e controle	35
1.3.1 O(s) mundo(s) colonial(is) e racionalidades de poder	35
1.3.2 O Projeto Colonial na Palestina Contemporânea	40
2. Dimensões cibernéticas da Palestina Ocupada	46
2.1 Crônicas da Cidade Santa	47
2.1.1 Os cartões verde-azuis de Jerusalém Oriental	51
2.1.2 O pervigil guarda de Israel: o circuito interno da Cidade Velha	63
2.2 A colonialidade entre <i>nós</i> :	
Arquipélagos e encruzilhadas de controle na Cisjordânia Ocupada	69
2.2.1 Historicizando a Ocupação Digital I:	
Controle e reconfiguração do território (1967-1987)	71
2.2.2 Historicizando a Ocupação Digital II:	
O Estado dos <i>Checkpoints</i> (1987-2000's)	78
2.2.3 O presente <i>ciber-colonial</i> na Palestina ou:	
Quando o Google descobriu os Territórios Ocupados	93
3. A digitalização da Ocupação da Palestina Contemporânea	104
3.1 A Faixa de Gaza como Laboratório	104
3.1.1 A <i>tecno-economia</i> do Drone	108
3.2 A colonialidade nas redes: mediatização e militarização	117
3.2.1 O recrutamento das mídias sociais: <i>tweeting</i> sobre Gaza	118
3.2.2 A Ocupação em Algoritmos	130
3.3 Terceirizando o Estado Colonial	152
4. #unnocupy: o (não-)lugar da resistência à Ocupação Digital	156
4.1 Uma <i>palestinidade</i> sem fronteiras?	158
4.1.1 O breve caso do <i>Across Borders Palestine</i>	161
4.1.2 <i>Sumud 2.0: hashtagging</i> a experiência palestina	166
4.2 Identidade e diáspora na Era da Informação	174
5. Considerações Finais	177
Referências	180

Apresentação

Não foram tempos fáceis para se lembrar da Palestina.

Escrevia aos pedaços o presente texto enquanto, ao final de Maio de 2017, mais de mil prisioneiros políticos palestinos, em Israel, mantinham-se em greve de fome coletiva - por mais de trinta dias, em protesto convocado por Marwan Barghuti, condenado a 5 penas de prisão perpétua por crimes cometidos na Segunda Intifada (2000-2005). A grande mídia fazia o possível para manter o referido episódio fora de suas manchetes, procurando distrair a atenção para a cobertura, por exemplo, da viagem do Presidente norte-americano Donald Trump a Jerusalém e da reabertura das conversas e mediações de paz, à época. Os palestinos reivindicavam seus direitos básicos, de tratamento médico e visitas familiares, tendo recebido por resposta medidas punitivas sistemáticas e brutais. A chamada Greve por Liberdade e Dignidade, pela primeira vez, incluía **todas as prisões do território**, e os prisioneiros se recusavam a receber qualquer auxílio ou suplementos de saúde. Movimentos de solidariedade cresceram em diversas vilas, cidades e campos de refugiados da Cisjordânia e de Gaza, e os confrontos com as forças armadas ganharam caráter habitual em cidades como Hebron e Ramallah. No ano do aniversário dos 50 anos da Ocupação da Palestina, a importância simbólica do movimento liderado por Barghuti e do apoio crescente nas ruas não pode ser ignorada. Ao mesmo tempo, não pode ser ignorado o fato de que, neste ano, faz também aniversário o fantasma da Intifada das Pedras (1987), que parecia pairar cada dia mais próximo desde o 17 de Abril de 2017¹.

Quase um ano depois, no 2018 da transferência da embaixada americana para Jerusalém, e da Marcha do Retorno nas fronteiras da Faixa de Gaza - **no 2018 do aniversário dos 70 anos da fundação do Estado de Israel** – tem-se notícia de mais de 50 palestinos mortos - e de mais de trinta mil feridos, entre os que se aproximaram das cercas para atirar pedras e atear fogo em pipas e flâmulas, diante das forças armadas israelenses, que não têm visto razão para poupar munição letal. Mais de trinta mil feridos entre os que se aproximam das tais cercas que, para a jornalista israelense Amira

¹ 17 de Abril de 2017 marca o início da greve de fome dos prisioneiros.

Hass², separam a coragem da covardia³, da covardia de se assassinar em massa aqueles que, detidos e cercados há já 27 anos, reúnem-se para se manifestar contra sua detenção. A despeito de uma série de declarações de organizações internacionais em defesa dos Direitos Humanos, o Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu permanece despreocupado, com o apoio da maior parte da opinião pública israelense a respeito da reação aos protestos na fronteira - sobre os quais, agora em Junho de 2018, já quase não falamos mais.

Em *Permission to Narrate*, de 1984, Edward Said escreve:

Houve refugiados antes. Houve novos estados construídos sobre as ruínas de outros. A coisa única sobre essa situação é a centralidade incomum da Palestina, que privilegia uma narrativa mestra ocidental, destacando a alienação e a redenção judaicas - com tudo isso acontecendo como um espetáculo moderno diante dos olhos do mundo. De modo que, quando se pede aos palestinos que parem de reclamar e se estabeleçam em outros lugares como os outros refugiados antes deles, eles têm o direito de responder que a nenhum outro refugiado foi sistematicamente requerido assistir a uma cerimônia interminável de aprovação pública para o movimento político, exército ou país que os fez regidos e ocupou seu território. (...) Acima de tudo, espera-se dos palestinos a participação no desmantelamento de sua própria história. (SAID, 1984, p. 37. Tradução própria.)

No ensaio que é quase um desabafo, Said enfatiza que, apesar do mencionado espetáculo global ao qual o conflito israelo-palestino tem sido submetido há décadas, naquele contexto - como ainda é hoje - ao povo palestino não estava dado nem o direito ao reconhecimento pleno de sua situação de opressão, nem a permissão para narrar sua própria história, e tê-la ouvida. Então, mais uma vez, representados pelos prisioneiros políticos e pelo estrondoso apoio que vêm se erguendo nos últimos meses, eles se põem a narrar e a se dar a chance de ser ouvidos.

Desembarquei em Tel Aviv, pela primeira vez, na madrugada de 4 de Janeiro de 2014, deixando um Brasil que há pouco tinha testemunhado episódios como os de Junho de 2013, e me encontrando diante de um... *clima*, ou de um estado das coisas,

² correspondente do Haaretz nos Territórios Palestinos Ocupados.

³ <https://www.haaretz.com/opinion/the-gaza-fence-that-separates-the-brave-from-the-cowardly-1.6093491>, acessado em 20 de maio de 2018.

que me impregnaria a memória desde então, e teria dado as fagulhas iniciais para a reflexão que este trabalho pretende. Partindo da arrogância, ou da segurança, que meus privilégios habituais me garantem, foi essa Palestina de 2014 que me ensinou a sentir uma vulnerabilidade que, mesmo sem saber, já compartilhávamos, cada qual a sua maneira.

Foram alguns dias, poucos, de tentar me entender, ainda, como uma observadora distante, objetiva - segura - que minha formação estava me ensinando a ser, talvez na falta de compreensão de qual seria minha razão de ser ali, até que, muito de repente, fui outra coisa. Fui outra coisa quando, sem aviso prévio e pega na absoluta surpresa de uma turista inexperiente, cansada e eufórica, fui abordada por soldados pesadamente armados no posto de segurança de Meitar, no Sul da Cisjordânia, que me orientaram rispidamente a acompanhá-los. Na mesma manhã, tínhamos acabado de passar algumas intragáveis horas em um assentamento de colonos judeus na Cisjordânia, exemplar em sua função de invisibilizar seus arredores - o que contribuía para o sentimento de puro e estúpido espanto quando, pouco depois, deparamo-nos com a mais direta manifestação cotidiana daquele regime de exceção que, da mesma forma como restringia, há quase cinco décadas, todos os dias os palestinos e palestinianas - que nem ao menos tinham o direito de estar na mesma estrada em que eu estava - não mais que de repente restringiu a mim. E eu não entendi.

Nada, evidentemente, aconteceu. Mas muito pouco foi necessário, por parte daqueles dois soldados com os quais tive que ficar sozinha por alguns - que pareceram muitos - minutos em uma sala fria no meio-do-nada-do-deserto, para que parecesse que qualquer coisa podia acontecer, e eu nem saberia o que era. Fui longamente revistada, respondi automaticamente a perguntas repetitivas e procedimentais sobre o porquê do meu paradeiro, no meio-do-nada-do-deserto, e tive meu visto e passaporte escaneados uma, duas, três vezes. Saí de Meitar andando descalça na terra, sem me lembrar de onde exatamente eu estava ou de quanto tempo tinha passado, sentindo-me suar e tremer de algum pânico inédito que racionalmente eu sabia que não se justificava, mas que não foi embora imediatamente, tendo sido acompanhado de um sentimento profundo de ridículo por ter reagido de forma tão covarde a um evento que, para aquele contexto, nada mais era do que normal - eu deveria saber.

Não era normal. E que depois de algumas semanas nos Territórios Ocupados, passava a ser. As longas filas de fluxo direcionado, em caminhos descontínuos e

desumanizantes de grades e paredes de concreto, sempre geladas e escuras, cercadas de câmeras e sensores, que podiam durar minutos ou horas, a depender da boa vontade do soldado do dia, foram nossa experiência mais frequente de contato - e separação - com aquela estrutura que, nos postos de controle, tinha só a ponta visível do *iceberg*, aquela estrutura que, imperceptivelmente, perdeu a aparência da excepcionalidade e se tornou o ponto de encontro de cada dia. “As 13h, no *check-point*?”. A, talvez única, percepção clara que nos dava uma quase-experiência-vivida da colonialidade contemporânea da Palestina, era o fato de que tínhamos começado a não percebê-la. Até o momento em que ela se agigantava diante de nós quando víamos um palestino, cercado de soldados, tentando defender o direito de seu burro - sim, seu burro, seu inofensivo animal de carga - de passar pelo posto de controle com ele.

Passamos, uma vez, uma tarde no Vale do Jordão⁴, carinhosamente recebidos por um ativista do *Jordan Valley Solidarity Movement*, e nos sentamos em roda tomando um chá adocicado enquanto ouvíamos seus relatos sobre a especificidade da situação de sua região - e de como, nos últimos meses, as coisas estavam especialmente difíceis. Ele, Rasheed, nos contava sobre como sua irmã tinha sido solta no dia anterior, depois de semanas de detenção administrativa⁵ por conta do compartilhamento de uma foto no *Facebook* na qual estavam ela e uma figura supostamente subversiva que estava sendo procurada pelas autoridades. Rasheed contava sobre o dia-a-dia de demolição de casas, derrubada de oliveiras⁶, confisco dos animais, assédio e violência dos colonos da região, restrição de acesso à água e à energia, treinamentos militares e, vendo a nossa inevitável falta de saber como reagir ou o que dizer, Rasheed nos pediu para que não ficassemos tristes por eles, e sorriu o maior sorriso do mundo. Perguntado se achava que a situação

⁴ O Vale do Jordão é uma região em área totalmente controlada pela administração militar israelense, na fronteira da Cisjordânia com a Jordânia, considerada de importância estratégica para Israel por conta do Rio Jordão e pelo solo arável. Os assentamentos no Vale são majoritariamente agrícolas e direcionados para exportação, se apropriando de enormes quantidades de terra palestina. Os palestinos do Vale, principalmente camponeses, vivem um contexto de expropriação e vulnerabilidade específico de uma região que tem lidado com brutais restrições que impedem qualquer tipo de desenvolvimento na região. É, também, zona de treinamento militar, na qual a presença massiva das forças armadas é permanente e ostensiva.

⁵ Regime de detenção comum a administração israelense, no qual o detido não é formalmente acusado de nada, não tem direito a visita e não recebe qualquer informação a respeito da duração de seu tempo em detenção, que pode durar até seis meses sem acusação ou possibilidade de defesa.

⁶ As Oliveiras são árvores de importância simbólica para os palestinos, principalmente no Vale do Jordão, por se tratarem de árvores que suportam condições extremamente insalubres e exigem pouca água para sobreviver. Além de representarem quase 15% da produção agrícola palestina na Cisjordânia, representam também a resiliência da resistência palestina. As oliveiras são frequentemente destruídas pelas Forças Armadas e pelos colonos judeus da região, como forma de intimidação e punição coletiva.

podia mudar ou melhorar, ele riu discretamente e deu de ombros, convidando-nos para mais uma rodada de chá, aquele chá de um marrom avermelhado translúcido que tem gosto de Palestina e de saudade.

Voltei à Palestina em janeiro de 2015 e de 2016. Os frequentes sorrisos, por vezes sarcásticos, contidos em algum certo prazer do enfrentamento e do confronto, da resistência, dos quais os palestinos que conheci em minha primeira viagem não abriam mão, pareciam ter cessado e sido substituídos por uma inquietação assustada, quase paranóica, de quem sentia na pele, todos os dias, o fato de que em apenas dois anos tudo piorara muito. Nós sentíamos também, de alguma forma, junto com a desmotivação da impotência de imaginar que, um dia, estaríamos falando de um mundo que teria deixado de existir.

Não foram tempos fáceis para se lembrar da Palestina.

Mas as manifestações deste começo de 2017 e, de novo, a Marcha do Retorno dos últimos meses deste 2018, rendem alguma ingênua esperança de que, por bem ou por mal, parece estar por vir um novo movimento enérgico que nos faz voltar a sentir a impetuosidade que, em 2016, parecia ter sido calada. Cabe a nós que testemunhamos alguma parte dessa História pedir a eles permissão para narrar - não a mesma narrativa que pertence só a eles, mas nossa pequena contribuição contra o silêncio e o esquecimento, talvez também por ter sentido a vulnerabilidade compartilhada que denuncia o fato de que, hoje, aquela manifestação imperceptível de um novo mundo colonial versátil e sedutor, tem encontrado caminhos - e muitos - para tornar suas doutrinas e práticas cada vez mais globais.

1. Interrogações da Partida

1.1 A (não tão) nova historiografia israelense como preâmbulo

O colono faz a história e sabe que a faz. (...) A história que ele escreve não é pois a história do país que ele despoja, mas a história da sua nação, quando rouba, viola e esfomeia.

Frantz Fanon, 1961.

Em 1988, em uma publicação de judeus americanos, Benny Morris - jornalista e acadêmico israelense, nascido em 1948 em um *kibbutz* construído sobre as ruínas da vila palestina de *Al-Birwa*, na Galiléia - apresenta ao mundo, pela primeira vez, a suposta intenção de um novo movimento de historiadores que estaria provocando o confronto de Israel com suas origens⁷. Morris enfatiza, então, que a “velha” e oficial historiografia do Estado de Israel teria construído uma interpretação do passado cujo pilar seria a omissão de qualquer fato que fosse incoerente com uma percepção do movimento sionista e da fundação do Estado como bem intencionada e livre de contradições, segundo a qual o *establishment* israelense não teria qualquer responsabilidade pelo “problema” dos refugiados palestinos⁸.

À emergência do que Morris chama de uma nova geração de acadêmicos em Israel, são atribuídos dois fatores como fundamentais: em primeiro lugar, tinha-se que a promulgação de uma série de Leis que permitiram, no começo dos anos 1980, a abertura de arquivos estatais, que incluíam documentos do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, significou uma primeira oportunidade de acesso a uma grande quantidade de material referente a primeira década posterior a fundação do Estado. Em segundo lugar,

⁷ MORRIS, Benny. "The New Historiography: Israel confronts its Past", *Tikkun* 3 (6), 1988.

⁸ Essa questão se refere à disputa de narrativas a respeito dos eventos e consequências da Guerra árabe-israelense que começa em 15 de Maio de 1948 - chamada de Guerra da Independência de Israel, pela narrativa oficial do Estado, e de *Nakba* (em árabe, *catástrofe*), pelos palestinos - diante da resolução do Plano da ONU de Partição da Palestina (Resolução 181), rejeitada pelos Estados árabes. Durante a guerra, mais de metade da população nativa - palestina - do território que hoje é Israel tinha sido expulsa, somando cerca de 800.000 pessoas. A narrativa oficial, hegemônica até a abertura dos arquivos do Estado e as iniciativas dos historiadores revisionistas, argumenta que os palestinos teriam abandonado suas casas devido a uma orientação de lideranças árabes dos países vizinhos. O trabalho de Ilan Pappé, em *The Ethnic Cleansing of Palestine*, historiador israelense revisionista e anti-sionista, parte de evidências documentadas da época para argumentar que, na verdade, teria acontecido um processo calculado de limpeza étnica, durante o qual pelo menos 531 vilas palestinas teriam sido deliberadamente atacadas e destruídas, a partir de planos premeditados cujo objetivo era o deslocamento forçado da população.

essa nova geração de historiadores - diferentemente dos “pais fundadores” de Israel - seria capaz de lançar mão de uma perspectiva mais crítica do que a de seus antecessores, comprometidos com uma interpretação épica da nova história do povo judeu, simbolizada pela Guerra da Independência de Israel, da qual eles - os “velhos” historiadores - foram parte.

A partir das contribuições dos revisionistas israelenses, tais como o próprio Morris, entretanto, torna-se rapidamente claro que a “nova” narrativa estava permeada por antigos vícios, aos quais Edward Said se refere como quase esquizofrênicos⁹, em sua inabilidade de ver o que estava - com a abertura dos arquivos da década de 1940 - diante de seus próprios olhos. Salvo raras exceções, os novos historiadores, não diferentemente de seus antecessores, entendiam o sionismo israelense como um movimento legítimo de libertação nacional do povo judeu e atribuíam as próprias condições de existência de seu revisionismo histórico ao caráter altamente democrático do Estado de Israel. A questão da colonialidade, no debate predominante, não estava posta e, salvo raras exceções, argumentava-se que o povo palestino teria responsabilidade compartilhada por sua própria despossessão (MASALHA, 2012).

Para Nur Masalha¹⁰, não deveria ser surpreendente o fato de que os novos historiadores israelenses, tendo em Benny Morris sua figura exemplar, tenham se tornado, desde então, para a mídia e para a academia ocidental, as grandes autoridades no que se refere aos episódios de 1948 - constatando que se tratava de um grupo majoritariamente - para não dizer integralmente - composto de judeus *asquenazes*¹¹, homens, jovens, brancos, que lançavam mão de documentos oficiais do Estado para argumentar em favor de sua legitimidade para, inclusive, falar em nome dos palestinos e palestinas - que não tinham acesso as mesmas fontes e, ao mesmo tempo, produziam conteúdos frequentemente fundados na história oral e preservação da memória (caso do próprio Masalha).

O problema central para os críticos da narrativa da nova historiografia seria, em suma, o fato de que os historiadores que se reivindicavam pós-sionistas não teriam, de forma alguma, incluído em seu debate, ou dialogado com, as reivindicações anti-

⁹ SAID, Edward. “New history, Old Ideas”, *Al-Ahram*.

¹⁰ Historiador palestino, diretor do Centro de Religião e História da St Mary’s University College.

¹¹ Judeus descendentes de comunidades judaicas da Europa Central.

coloniais, por exemplo, da historiografia palestina, tendo tomado por superada uma realidade que mal teriam chegado a reconhecer ou problematizar (MASALHA, 2012. DA'NA, 2006). A crítica de Masalha, entretanto, enfatiza que apesar da febre midiática e intelectual, principalmente dos anos 1990, que colocaram o revisionismo israelense no centro do debate israelo-palestino, a contribuição dos historiadores foi superestimada. No limite, não foram produzidos grandes efeitos nos debates hegemônicos dentro das universidades e da mídia israelenses e a historiografia revisionista não teria sido capaz de perceber a expansão do colonialismo sionista na Palestina, apesar do potencial contido no maior acesso aos arquivos do Estado. Reconhece-se, entretanto, que a emergência de debates como os pautados por Benny Morris nos anos oitenta teve sua relativa importância, no sentido de que teria representado alguma mudança no entendimento público, principalmente internacional, do conflito.

Muito do aparente fracasso da nova historiografia foi, também, entendido como relacionado aos chamados “novos mitos do sionismo” que, a partir de 1967 e da Ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, teriam tido a oportunidade de varrer para debaixo do tapete os mitos fundadores do Estado que, pouco a pouco, já estavam sendo confrontados - principalmente no que se refere à perspectiva de que os palestinos teriam saído de suas vilas e cidades por livre e espontânea vontade. Do ponto de vista desta nova narrativa, apesar da abertura dos arquivos que denunciavam a brutalidade da “Guerra árabe-israelense”, o problema da presença judaica, colonial, na Palestina, teria começado com a invasão das fronteiras da *Green Line*, a linha do armistício de 1948.

Os novos historiadores argumentam, nesse sentido, que o conflito de 1948, que tem origem em um confronto legítimo entre dois movimentos nacionalistas, “evolui” em 1967, na forma de um confronto entre a população local e um esforço colonial, que até então não teria existido. A ênfase dos revisionistas, assim, se dá sobre a necessidade de se compreender a legitimidade e as semelhanças nas narrativas de libertação sionista e palestina, de modo que a resolução do conflito deveria necessariamente passar por debates de reconhecimento mútuo, que deixariam de lado a questão do direito de retorno¹², por exemplo.

¹² O Direito de Retorno, estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é um princípio do Direito Internacional que se refere ao direito de se retornar a seu país de origem. No contexto palestino-israelense, a sistemática negação do reconhecimento do direito de retorno dos refugiados palestinos, por parte do Estado de Israel, pode ser considerada um dos pontos centrais da permanência do conflito. Entende-se, de modo geral, por refugiado palestino aquele que foi deslocado a força, durante a guerra árabe-israelense de 1948, e seus descendentes. Estima-se, hoje, que mais de 5,5 milhões de refugiados palestinos vivem ao redor do mundo, principalmente nos países árabes vizinhos.

O presente trabalho lançará mão, em diversos momentos, de contribuições de autores que se enquadram nos limites e nas contradições da nova historiografia, principalmente no que se refere ao período pós-1967. Nomes como os de Adi Ophir, Ariella Azoulay, Neve Gordon, Jeff Halper e Eyal Weizman que se propuseram a teorizar e historicizar a Ocupação Israelense. Trata-se de autores, hoje - apesar de suas contradições, que precisarão ser lembradas a todo momento -, fundamentais para a compreensão da racionalidade e das estruturas da Ocupação da Palestina, diante do fato de que ainda há pouca sistematização produzida e acessível em relação a esse período, em comparação com o maior número de trabalhos e conteúdos publicados em relação a 1948 e à questão dos refugiados, período ao qual grande parte dos historiadores palestinos tendeu a se ater.

Algumas das contribuições da nova historiografia, que se aproximam de reflexões como as de Ilan Pappé, por exemplo, trazem luz para o fato de que não é possível - ou, não deveria ser - nenhum tipo de consideração sobre a conjuntura atual do conflito sem que se parta do princípio de que o caráter colonial da ocupação da Palestina, seja em 1948 seja em 1967, tem origem no projeto nacionalista sionista anterior à efetiva transferência de judeus para a Palestina Histórica¹³. O que, de fato, teria tido em 1967 seu marco inicial é um processo intenso de radicalização da colonização da Palestina, que precisou, inclusive, desafiar algumas das bases dos mitos fundadores de Israel ao passo que se sofisticava e encontrava as soluções - discursivas, políticas e militares - para controlar o território, sem que fosse necessário anexá-lo, de fato.

1.2. Considerações sobre fronteira(s), tempo(s) e espaço(s)

A experiência palestina por excelência, ilustrando algumas das questões mais básicas levantadas pela identidade palestina, se passa em uma fronteira, um aeroporto, um posto de controle: em resumo, qualquer uma dessas barreiras modernas onde as identidades são checadas e verificadas. O que acontece com os palestinos nesses pontos de passagem lhes mostra o quanto eles compartilham em comum como povo. Pois é nessas fronteiras e barreiras que os seis milhões de palestinos são escolhidos para “tratamento especial”, e são forçosamente lembrados de sua identidade: de quem são e por que eles são diferentes dos outros.

Rashid Khalidi, 1997. (Tradução própria)

¹³ Termo aqui usado para se referir ao território palestino pré-1948, incluindo as fronteiras atuais de Israel.

O meu primeiro embarque em direção à Palestina começou semanas antes de que eu entrasse no avião que me levaria ao Aeroporto Internacional Ben-Gurion, em Tel-Aviv. Mais do que sobre meus objetivos e planos para a viagem, o que todos ao meu redor começavam a lançar sobre mim eram infundáveis questionamentos abstratos (e por vezes absurdos) sobre segurança, medo e incerteza - especialmente quando, aos poucos, empreendi um certo esforço de ocultamento de todo e qualquer rastro virtual que pudesse conectar-me a qualquer enunciação inadequada às expectativas do Estado de Israel para uma excursionista inocente, tal como eu - de fato - era.

Diante da extensa profusão de histórias e anedotas que dizem respeito a desagradável experiência que é o corredor de guichês para obtenção de visto de entrada no Ben-Gurion, minhas últimas semanas antes do embarque foram permeadas por um insistente sentimento de que *eu estava sendo observada*, e de que era preciso tomar cuidado. Evidente que, para o Estado de Israel, eu não reunia características a me tornar digna de observação - ainda assim, instalava-se já em mim a primeira resposta ao meu, então distante, contato com os regimes de controle e vigilância tão fundamentais ao contexto para o qual eu me dirigia, e que em breve passariam a se confundir com o cotidiano e a paisagem. Depois de mais de 20 horas de trajeto - durante as quais eu e meus companheiros de viagem nem uma vez mencionamos a Palestina ou nada sobre nós mesmos, caso “*eles*” estivessem ouvindo - estávamos andando sobre a rampa marmoreada situada entre nós e o tal corredor dos guichês, dentro de cada qual um soldado recebia a longa fila de pleiteantes à entrada.

Aeroportos podem ser bons pontos de partida. Bons pontos de partida e espaços emblemáticos, não apenas para minha experiência e perspectiva sobre tudo que eu viveria depois de passar pelas portas do Ben-Gurion, algumas muitas horas depois do meu desembarque, como também - e principalmente - para uma série de reflexões acerca de espacialidade, temporalidade e mobilidade no mundo contemporâneo - global e informatizado. Interpretados como icônicos para reflexões acerca da modernidade e da pós-modernidade (Cresswell, 2006), aeroportos enfatizam características de trânsito, dinamismo e fluxo - palavras chaves das narrativas sobre a globalização. Como espaços de transição, quase como destituídos de um caráter definitivo, senão aquele que os

define como o lugar entre lugares, foram ponto central da contribuição de Marc Augé¹⁴ sobre o que o autor identificou como um *não lugar* - pontos nodais, fundamentais aos fluxos e redes globais de pessoas, mercadorias e capitais, nos quais a mobilidade das redes se encontra com a imobilidade da espera - da espera de um voo, de um horário, de uma passagem, de uma pessoa. Aeroportos, ao mesmo tempo, configuram hoje - e cada vez mais desde os eventos do 11 de Setembro de 2001 - espaços de controle¹⁵.

Temas como mobilidades, imobilidades, fronteiras, espaços de trânsito são - simbólica e concretamente - de grande importância para qualquer consideração acerca da experiência palestina, em especial no que se refere ao encontro dessa experiência específica com tecnologias de comunicação e informação, e tudo que elas trazem à tona no que se refere, também, a questões de (im)mobilidades e fronteiras. A descontinuidade espaço-temporal é frequentemente interpretada como uma característica central da experiência palestina contemporânea¹⁶ que, a partir de 1967, passa a ser marcada (não apenas) pela presença abundante de *check-points* e de fronteiras e obstáculos móveis. *Check-points*, não tão diferentes de aeroportos, são espaços entre lugares, espaços de trânsito, de fluxos e da estranha relação entre a mobilidade e a imobilidade (Tawil-Souri, 2011). São, também, quase como fronteiras, que distorcem ou interrompem percepções de tempo e de espaço – e são essas distorções que similarmente se associam ao fato de que se trata de um espaço de controle alegórico da globalização contemporânea. Não por acaso, a afirmação que introduz essa seção, do historiador palestino Rashid Khalidi, é a mesma que abre a introdução de seu livro *Palestinian Identity: The construction of Modern National Consciousness* (2009), na qual o autor também afirma,

No momento em que as barreiras internas e internacionais à livre circulação de pessoas e idéias estão desmoronando rapidamente em muitos lugares, essas barreiras permanecem em vigor para os palestinos, e algumas foram recentemente erguidas, como as que cercam Jerusalém. O fato de que todos os palestinos estão sujeitos a essas indignidades especiais e, portanto, estão sujeitos a uma condição pós-moderna quase única de ansiedade compartilhada na fronteira, o ponto de verificação e o ponto de passagem prova que eles são um povo, se nada mais fizer. (KHALIDI, 2009, p. 6. Tradução própria.)

¹⁴ Augé, M. 1992.

¹⁵ Lyon, D. 2003.

¹⁶ Said. E. 1994.

É uma questão recorrente em diversas análises sobre a Palestina hoje, a percepção de que ao passo em que se disseminou a ideia de que as últimas décadas observaram um processo notável de reestruturação do tempo e do espaço - muito associado à centralidade da tecnologia -, através do qual distâncias e fronteiras podem ser transpostas em velocidade cada vez maior, tem-se, por outro lado, que a condição dos palestinos nos TPOs, dos palestinos dentro de Israel, e dos palestinos refugiados ao redor do mundo, encontra-se cada vez mais marcada pela contradição extrema em relação a essas aparentes tendências de nosso tempo.

O debate - e a simbologia - acerca de ideias de “espaço” e de “mobilidade” é recorrente em uma série de reflexões acerca da difusão de tecnologias de comunicação e informação, de tal forma que

O crescente léxico da Internet - o veículo mais conhecido do ciberespaço - não só está repleto, mas na verdade, constituído pelo uso de metáforas geográficas. Debates sobre a Internet usam metáforas espaciais para ajudar a visualizar o que, efetivamente, não são mais que fluxos abstratos de sinais eletrônicos, codificados como informação, representação e troca. Isso, um ponto de presença da Internet se torna um site. O último descendente convergente e de banda larga da Internet é rotulado como a *superestrada* da informação. Um nó satélite se torna um *teleporto*. Um sistema de quadro de avisos se torna uma comunidade virtual ou um bairro eletrônico. *Websites* administrados por municípios se tornam cidades virtuais. Todo o processo de inovação tecnológica em toda a sociedade torna-se uma fronteira eletrônica semelhante ao oeste selvagem que aguarda a colonização. (...) E a Microsoft pergunta sedutoramente "Para onde você quer ir hoje?". (GRAHAM, 1998, p. 166. Tradução própria)

Uma série de termos e concepções que ganham centralidade na literatura sobre a chamada “Era da Informação” - tais como aqueles que se referem a processos de desterritorialização, à compressão espaço-temporal¹⁷, ao encolhimento das distâncias, à sociedade das redes¹⁸, ao deslocamento do poder estatal e da relevância das fronteiras políticas, às “aldeias globais¹⁹” - ainda que partam de abordagens disciplinares e ideológicas distintas, parecem ter em comum o fato de que se propõem a discutir

¹⁷ Harvey, David. 1989.

¹⁸ Castells, M. 1989.

¹⁹ McLuhan, M. 1964.

possíveis (novas) dimensões de territorialidade trazidas à tona pela possibilidade de existência de um universo *virtual*.

Algumas abordagens, nesse sentido, na contramão de argumentos comumente entendidos como característicos de uma postura *tecno-determinista*²⁰, procuraram enfatizar os pontos nodais de interação entre “velhas” geografias e novas concepções de (ciber)espaço, tais como as implicações que emergem a partir de então, tendo como perspectiva central a necessidade de se localizar a experiência contemporânea em um estado intermediário entre o espaço e o não-espaço - ou, entre o localizado e o ilocalizável (ROBINS, 1995.).

Na década de sessenta do século passado, Marshall McLuhan propugna que o mundo estaria se tornando uma aldeia global, graças às possibilidades trazidas pelas mídias eletrônicas, que permitiam a sociedades ao redor do globo se conectarem umas às outras. Mais de quarenta anos depois, Manuel Castells, por sua vez, prossegue na mesma linha - e, ao mesmo tempo, no intermédio proposto por Kevin Robins - sugerindo que as “novas” mídias contribuem com a instituição do que chama de “cultura da virtualidade real”:

(...) o novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana. Localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado no novo sistema de comunicação já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem. O *espaço de fluxos* e o *tempo intemporal* são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta vai se tornando realidade. (CASTELLS, 2006, p. 462)

É importante notar que, para o argumento de Castells, não se verifica a substituição de um “espaço” do passado por um “des-espacializado”, do futuro - e sim a articulação - sempre complexa e sempre global - entre ambas as dimensões, sendo que a segunda não pode, jamais, prescindir da existência da primeira. Trazendo este lugar de interação (dos espaços) para os centros urbanos, Stephen Graham dialoga com a obra de

²⁰ Segundo a qual, muitas vezes, tem-se que o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação se associa a processos de substituição de estruturas anteriores - nomeadamente no que se refere a questões relativas a fronteiras, nacionalidades, especialidades, etc. -, desconsiderando eventuais dimensões que permanecem fundamentalmente territoriais e concretas destas mesmas tecnologias. (Graham, 1998a; Graham, 1998b)

William Mitchell²¹ ao afirmar a pertinência de novas tecnologias de informação e comunicação na (re)construção de espaços e localidades - concretas e virtuais, produzidos sempre em interação, através do que ele entende por um processo de co-evolução:

A utilidade da perspectiva da co-evolução é que ela subjaz ao fato de que os espaços urbanos e as redes de telecomunicações, materialmente construídos, permanecem em um estado de interação recursiva, moldando-se mutuamente de maneiras complexas que têm uma história que remonta aos dias da origem do telégrafo e telefone. Os principais espaços urbanos suportam densas teias de "presença conjunta" face a face que não podem - e não serão - simplesmente mediadas pelas telecomunicações. Isso é porque eles são suportes vitais para atividades de negócios de alto nível em uma economia global arriscada e volátil; porque a nova cultura urbana depende deles; e porque a vida social face-a-face deriva deles (GRAHAM, 1998a, p. 175. Tradução própria.)

Mitchell concorda com a proposição apontada, ao enfatizar a percepção de que a vida urbana contaria, cada vez mais, com uma sombra eletrônica²² de suas infraestruturas fundamentais - o que implicaria, mais uma vez, jamais na substituição de uma pela outra, mas na necessidade de se propor a pensar como ambas *deveriam*²³ coexistir da melhor forma possível, ou seja: se o mundo contemporâneo precisa lidar com a existência de um *ciber*-espaço-público, qual interação com as estruturas e os regulamentos de seu correspondente concreto pode ser pensada para potencializar o acesso a ambos?

O que, talvez, nos seja aqui mais pertinente a respeito de abordagens que se dedicaram a problematizar as transformações em nosso entendimento de espaço e tempo, de distâncias e fronteiras, em um mundo global e informacional, refere-se ao fato de que a preocupação em buscar os alicerces do *ciberespaço* nos espaços concretos associa-se à tentativa de não negligenciar nem a materialidade das geopolíticas em questão, como também sua intrínseca relação com uma dimensão econômica da produção interativa das materialidade e imaterialidades. A esse respeito Graham aponta:

²¹ Mitchell, W. *City of Bits: Space, place and the infobahn*, 1996.

²² Mitchell, W. 1996, p. 126.

²³ Ibid.

Embora as novas tecnologias de informação e telecomunicações suportem mais flexibilidade na forma como os interesses de produção, serviços e empresas de mídia, turistas e investidores tratam o espaço, eles não anunciam uma simples mudança para um mundo de mobilidade pura e absoluta. Em vez disso, as barreiras de tempo e espaço se reconstituem e se reformam dentro de geometrias globais de fluxo, incorporação e exclusão. A mobilidade do comércio, das organizações, da informação e das pessoas não torna o tempo e o espaço irrelevantes. Ao contrário, destaca a extensão em que essas áreas de experiência se tornaram mais e não menos estruturadas em multi-camadas, inter-relacionadas e complexas (GRAHAM, 1998a, p 176. Tradução própria.)

É significativa a contribuição de David Harvey²⁴, nesse sentido, uma vez que procura trazer a inevitável tensão entre mobilidade e fixidez não apenas para o contexto do mundo contemporâneo - aquele global e informacional - mas para o contexto geral do desenvolvimento e trajetória da expansão do capitalismo que, por sua vez, implicou na construção de espaços - concreta e metaforicamente. Para Harvey, em resumo, “a história do capitalismo é marcada por fases intensas de reorganização espacial” - e, no limite, de sua reorganização *ciberespacial*. Em suma, sua reflexão acerca do tempo e do espaço em *Condição Pós Moderna* (1989), postula que

Sob a superfície de ideias do senso comum e aparentemente “naturais” acerca do tempo e do espaço, ocultam-se territórios de ambiguidade, de contradição e de luta. Os conflitos surgem não apenas de apreciações subjetivas admitidamente diversas, mas porque diferentes qualidades materiais objetivas do tempo e do espaço são consideradas relevantes para a vida social em diferentes situações. Importantes batalhas ocorrem também nos domínios da teoria, bem como da prática, científica, social e estética. O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo. (HARVEY, 1989, p. 190)

Diante do que ele identifica como um processo impulsionado pela redução do tempo de giro do capital, a compressão do tempo-espaço, a partir dos anos 60, implicaria em representações dissolvidas de uma relação com o tempo baseada em velocidade tamanha que, nas palavras do autor, faria parte dos esforços perpétuos das pressões do capital para a aniquilação do espaço²⁵.

²⁴ “From space to place and back again: reflections on the condition of postmodernity”, in: *Mapping the Futures: Local cultures, global change* (1996); *The urbanization of Capital* (1985);

²⁵ HARVEY, D. 1989, p. 276.

No contexto da geopolítica do Oriente Médio, uma possibilidade de debate acerca de territorialidade que *importa* aparece justamente diante da pouca atenção atribuída ao território que vem à tona com as reflexões acerca dos levantes e revoltas que eclodem na região a partir de 2011.

Depois da chamada Primavera Árabe, e dos debates levantados acerca do potencial das redes sociais nos contextos de países como a Tunísia e, principalmente, o Egito, a reflexão relativa às potencialidades da tecnologia nos países do “mundo árabe” irrompeu com um certo tom de otimismo que por vezes pareceu colocar em segundo plano não apenas a complexa geopolítica da região e a especificidade de cada contexto nacional, como também o fato de que essas redes de tamanhas promessas nunca deixaram de estar fundadas em infraestruturas concretas, locais e espacializadas²⁶.

De forma alguma, no entanto, se pretende aqui afirmar a desimportância das possibilidades das redes, em especial em um contexto como o da Palestina hoje - tão absolutamente determinado por limitações infraestruturais. A importância da territorialidade da tecnologia, entretanto, deverá apenas enfatizar os muitos paradoxos que se podem identificar no contexto palestino-israelense, para o qual se mostrarão em disputa constante um potencial emancipador e des-territorializado da tecnologia, por um lado, e uma dimensão de colonialidade e controle, por outro - para a qual é decisivo o simples fato - concreto e territorial - de que não se liga ou desliga um interruptor do lado de lá da *Green Line*²⁷, sem que o Estado de Israel tenha algo a dizer sobre isso. Tawil-Souri²⁸ resume:

(...) As redes existem espacializadas. Eles são gravados territorialmente (mesmo que proporcionem aos seus usuários o que parece ser uma experiência desterritorializada) e estão ativamente envolvidos na produção do espaço. Estações de televisão, redes móveis, roteadores de internet, cabos submarinos de fibra ótica, telefones fixos, torres de transmissão são construídos e imobilizados no espaço. Assim como não se pode simplesmente pegar e mover a rede elétrica de uma cidade, não se pode pegar e mover uma rede de mídia. E essa fixidez está muito ligada ao desenvolvimento daquele local específico (...) As redes produzem locais privilegiados, particularmente em sua junção e pontos de acesso, a internet tem uma

²⁶ Tawil-Souri, H. 2011.

²⁷ Fronteira do armistício de 1967.

²⁸ Helga Tawil-Souri, palestina nascida no Kuwait, é documentarista, fotógrafa e acadêmica. É professora associada do departamento de mídia, cultura e comunicação e do departamento de estudos islâmicos da Universidade de Nova Iorque. Seu trabalho foca na forma pela qual as tecnologias e a mídia circulam nos contextos geopolíticos contemporâneos, especialmente no Oriente Médio.

geografia perfeitamente identificável em que suas rotas e localizações replicam em grande parte a estrutura dos padrões dos modos anteriores de redes de comunicação e transporte. (...) O *espaço* é tão importante quanto sempre foi. (TAWIL-SOURI, 2011, p. 92. Tradução própria.)

O segundo capítulo do presente trabalho será amplamente acompanhado de uma série de referências à condição espaço-temporal da vida nos Territórios Palestinos Ocupados. Por vezes, a concretude crua das horas longevas atravancadas por obstáculos e barreiras e da cruel imobilidade marcada por identidades racializadas, não deixa de colocar em questão alguns dos paradigmas das narrativas da globalização (como fábula²⁹). Talvez, e isso é um importante talvez, a truculência da colonialidade na Palestina Contemporânea muito se associe ao irônico esforço de manutenção da fixidez como uma estratégia para o deslocamento forçado, ou de manutenção do prolongamento do tempo, de horas de humilhação e abuso daqueles para quem o fim dos tempos - marcado pela catástrofe, pela *Al-Nakba* - é um dos grandes significadores de sua identidade enquanto coletividade.

A reflexão acerca da possível intersecção entre uma *palestinidade* marcada pelas fronteiras - e pelas fronteiras intransponíveis - referidas anteriormente, e uma experiência virtual de uma comunidade diaspórica sem fronteiras, será objeto de nosso quarto capítulo, pretendendo considerar - dentro do quadro brevemente exposto acima - caminhos de (re)existência palestina enfatizando as potencialidades da produção de uma identidade nacional no exato (não)lugar entre a concretude extrema da territorialidade da Ocupação, e a desterritorialização de uma *palestinidade online*.

1.3 Colonialidade, governamentalidade e controle

1.3.1 O(s) mundo(s) colonial(is) e racionalidades de poder

A dualidade essencial da experiência da colonialidade - frequentemente definida por oposições, concretas e simbólicas - representada pela fronteira entre a metrópole moderna - e suas modernas técnicas e tecnologias de poder - e o mundo colonial, submetido a uma brutalidade quase medieval, de práticas já abolidas das capitais europeias, nas quais passava a predominar a “atmosfera de submissão e

²⁹ Santos, M. 2000.

inibição”, coerente com a emergência e consolidação do capitalismo industrial³⁰, é argumento primordial de uma série de contribuições acerca da experiência colonial³¹ indispensáveis para qualquer reflexão acerca da condição da Palestina contemporânea. Com frequência, partem de pressuposto similar ao procurar caracterizar a violência colonial a partir de uma inevitável oposição entre uma *racionalidade* moderna do poder e um poder colonial para o qual um permanente estado de exceção, de suspensão das garantias da ordem, era evocado em nome da civilização³².

Entre suas histórias da pós-colonialidade, em *The Nation and its Fragments*, Partha Chatterjee³³ sublinha o que entende ser uma necessidade impreterível de uma abordagem capaz de enfatizar o fenômeno do colonialismo como mais do que um acidente histórico no desenvolvimento da modernidade europeia - implicando na imposição de uma distinção analítica entre o Estado Colonial e o Estado Moderno propriamente dito, pela qual perpassaria a noção de que “o governo da diferença colonial é parte de uma estratégia de implantação de manifestações modernas do poder disciplinar” (CHATERJEE, 1993) que fariam da experiência colonial uma fonte de interesse de estudo acerca da modernidade.

Na Índia colonial de Chatterjee, é ressaltado o fato - até o possível paradoxo - de que o marcador fundamental da diferença que determinava as relações locais (nomeadamente, a raça) adquiriu cada vez maior proeminência, ao passo que a administração britânica procurava impor um processo de racionalização e normalização (ou, de modernização) das instâncias de governo. Nas palavras do autor,

Não há, no entanto, paradoxo neste desenvolvimento, se nos lembrarmos que, na medida em que este complexo de poder e conhecimento era colonial, as formas de objetivação e normalização do colonizado tinham que reproduzir, no âmbito de um conhecimento universal, a verdade da diferença colonial. (CHATERJEE, 1993, p. 20. Tradução própria)

³⁰ FANON, Frantz. 2005.

³¹ ilustradas pelas contribuições de Edward Said, Partha Chatterjee, Homi Bhabha, por exemplo.

³² MBEMBE, Achille. 2003. *Necropolitics*, p. 24.

³³ Historiador e cientista político indiano, docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia.

Para Chaterjee, o que estava em questão era o diálogo entre tecnologias de poder disciplinar³⁴ e um universo de poder(es) e saber(es) construídos sobre a raça como marcador da diferença - e, portanto, marcador da condição da colonialidade. A explícita referência ao léxico foucaultiano aparece aqui, tal como no *Orientalismo* (1978) de Edward Said e em *Of Mimicry and Man* (1984), de Homi Bhabha, como um marco de aproximação entre as abordagens pós-coloniais e a extensa contribuição do filósofo francês. A despeito da relativa ausência do universo colonial na obra de Michel Foucault, as frequentes referências a suas reflexões quanto a racionalidades de poder - tal como na sugestão de Chaterjee - e governamentalidade, que serão abordadas a diante, são pertinentes para elucidar a inexorável - ainda que por vezes latente - relação entre a experiência colonial e a elaboração e desenvolvimento de técnicas e tecnologias de controle (tal como sua eventual implicação na geopolítica contemporânea).

A análise de alguns dos teóricos pós-coloniais cujo argumento principal se aproximava ao exposto acima - no que se refere à ênfase da dualidade e do caráter específico do Estado Colonial - foi objeto de crítica por parte daqueles que procuraram enfatizar que a colonialidade - e, mais especificamente, a administração colonial - passara por uma série de transformações, que teriam criado condições sobretudo no que se refere à possibilidade de escolha e de agência da população colonizada (ASAD, 1992. SCOTT, 1995). A este respeito, argumenta-se que em dado momento da História do colonialismo europeu constata-se uma nova forma de poder, preocupada não apenas com o dismantelamento das condições e estruturas da vida da população autóctone, mas também - e principalmente - com a produção de uma outra, nova, vida (SCOTT, 1995).

Na linha de David Scott³⁵, estes críticos³⁶ procuraram destacar que aquilo que Chaterjee entendeu por “O Estado Colonial” se referia a uma concepção inapta a perceber continuidades, descontinuidades e rupturas nas configurações de poder de todo espectro do colonialismo europeu. Das análises historicizadas (ASAD, 1992. SCOTT, 1995. YOUNG, 2001.) deste poder colonial em transformação, teriam inferido a emergência daquilo que correspondia ao que Foucault chamou de *governamentalidade*,

³⁴ Tais como elaboradas por Michel Foucault, especialmente em *Vigiar e Punir*, de 1975.

³⁵ Professor de antropologia na Universidade de Columbia, autor de *Conscripts of Modernity: The tragedy of Colonial Enlightenment* (2004).

³⁶ Talal Asad, em *Anthropology and the Analysis of Ideology*; Robert Young, em *Post-colonialism: An historical introduction*.

ou racionalidade governamental³⁷. Característico da Europa Moderna, o regime da governamentalidade pode ser traduzido como uma tecnologia de governo na qual estariam inscritas duas manifestações aparentemente contraditórias de poder - designadamente, a do poder soberano (totalizante e centralizador) e do poder disciplinar (individualizante e normalizador)³⁸:

(...) vocês não têm uma série na qual os elementos vão se suceder, os que aparecem fazendo seus predecessores desaparecerem. Não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança. Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança (FOUCAULT, 2007, p. 11)

Os dispositivos de segurança acima mencionados podem ser entendidos como não muito diferentes daqueles chamados de regulatórios em sua reflexão acerca do nascimento da biopolítica, em *Em Defesa da Sociedade* (2004) - como dispositivos de intervenção na população, enquanto corpo político, com o intuito de reduzir (ou, gerir) a variação e a multiplicidade de eventos possíveis³⁹ - ou, de riscos possíveis, como será posteriormente tratado em *Segurança, Território, População* (2007). Os dispositivos de segurança, entretanto, diferentemente do que havia sido postulado em elaborações anteriores do autor, são colocados como um dispositivo que atua sobre uma população que não pode - ou não deve - ser *controlada* tal como antes, mas que tem função de, ela mesma, agir sobre e interferir nos limites das atividades do governo. A segurança - e, mais, a governamentalidade, não irá, a princípio, pressupor a necessidade de um corpo político dócil tal como era o caso com os dispositivos disciplinares, mas de uma população que age em termos de suas próprias decisões - de modo que, de certa forma, é sobre as formas de se conduzir e interferir nesse conjunto geral de autonomia, que se dá o objeto dessa nova modalidade de poder. Foucault enfatiza a cidade moderna, industrial, como o espaço por excelência dos dispositivos de segurança - cidades já

³⁷ Foucault, M. (2007)

³⁸ Ibid.

³⁹ Ibid.

constituídas, desordenadas, sobre as quais a ordem da soberania não é suficiente e nem o caráter produtivo da disciplina,

(...) enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de series de acontecimentos ou de elementos possíveis (...) o espaço próprio da segurança remete portanto ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado (...) o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias - o que acontecia no caso da soberania -, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. (FOUCAULT, 2007, p. 28)

É possível, portanto, um paralelo - seguindo a lógica da crítica aos teóricos pós-coloniais do “Estado Colonial” - segundo o qual a soberania *colonial*⁴⁰ constitui uma racionalidade de poder cujo objetivo é fortalecer-se, em um determinado território, a partir dos recursos locais e na possibilidade de mão de obra. Nesse caso, as vidas da população local não são entendidas como relevantes, ou como uma variável a ser considerada - não há, aqui, intenção do poder colonial em produzir ou implementar estratégias de gestão populacional⁴¹. O cenário da governamentalidade colonial, por sua vez, diz respeito a uma modalidade de poder que define as condições, estrutura os espaços, dentro dos quais a população pode atuar, pode decidir - trata-se, não diferentemente do que colocado por Foucault, do governo das condutas, e não dos corpos - neste caso, dos corpos colonizados.

Essa perspectiva pode ser problematizada, no sentido de que pode parecer indicar um potencial intrínseco a governamentalidade colonial de produzir/permitir sujeitos autônomos - perspectiva que contraria os entendimentos fundamentais dos estudos pós-coloniais, a respeito da produção de uma condição sub-humana, primitiva - a da vida nua, no limite. A crítica apontada, que privilegia a perspectiva da racionalidade governamental em dado momento do desenvolvimento histórico do fenômeno - pode ter, de certa maneira, fracassado na tentativa de produzir uma leitura menos monolítica do poder colonial, minimizando a interação entre a

⁴⁰ Scott, D. 1995, p. 205

⁴¹ Ibid, p. 207

governamentalidade e outras racionalidades de poder. A tentativa de não reduzir o poder colonial a uma pura e simples manifestação pré-moderna de violência não implica, portanto, em destituir a experiência da colonialidade de sua inegável brutalidade.

Talvez, sendo assim, seja mais profícua uma articulação de reflexões acerca do conceito de governamentalidade colonial sem dispensar sua convivência com dispositivos de soberania, de disciplina, de biopoder. A experiência das gestões israelenses na Palestina Ocupada, desde os anos sessenta - sobre as quais o capítulo seguinte pretende se desdobrar - ora foca nos mecanismos do poder colonial de controlar e gerir a saúde da população autóctone, construindo condições mínimas de trabalho e moradia, ora enfatiza a produção e organização do espaço através de estradas, postos de controle e zonas de vigilância permanente - estruturas que ao mesmo tempo tem como característica a estabilização de estatísticas populacionais direcionadas a manutenção da vida, sem que se abrisse mão de um olhar panoptical da garantia da ordem, da docilidade, da disciplina.

Tem-se então uma esfera na qual as modalidades de biopolítica-governamentalidade-soberania, com suas correspondentes racionalidades de poder (colonial), podem ter operado simultaneamente, produzindo um cenário no qual passa a operar, também, uma aparente, e limitada, concessão de autonomia à população, ainda que a mesma permaneça sempre submetida a essa combinação de modalidades de poder "modernas" - sejam elas mais ou menos afeitas ao explícito controle de seus "súditos" - e a (ir)racionalidade de modalidades de violência pura. Essa articulação poderá, mais adiante, demonstrar-se uma chave de leitura oportuna para o contexto israelo-palestino contemporâneo, e para as transformações identificadas na estrutura da gestão colonial do território desde 1967.

1.3.2 O projeto colonial na Palestina Contemporânea

Há uma coincidência inconfundível entre as experiências dos palestinos árabes nas mãos do sionismo e as experiências daqueles povos negros, amarelos e marrons que foram descritos como inferiores e sub-humanos pelos imperialistas do século dezenove.

Edward Said, 1979. Tradução própria.

A empreitada sionista na Palestina - cuja origem no começo dos anos 1900, com um movimento liderado por Theodor Herzl, é deliberadamente “confundida” com uma resposta aos eventos do Holocausto na Alemanha Nazista, décadas mais tarde⁴² - vem sendo debatida em termos de seu caráter colonial, inclusive por alguma parte da referida nova historiografia israelense, com o intuito de elucidar a percepção de que o projeto de ocupação - e anexação, confisco, reconfiguração - da Palestina não apenas antecede os episódios de 1967⁴³, como também ultrapassa as fronteiras do armistício que até hoje circunscrevem os Territórios Palestinos Ocupados (TPOs).

Afirmações tais como a de Edward Said, acima apontada, que aproximam a origem da transferência populacional judaica para a Palestina com experiências de colonização nas Américas, na Ásia e na África, buscam localizar o projeto do Estado Judeu dentro de um referencial e vocabulário capazes de abordar a questão palestino-israelense em termos de suas ambiguidades e complexidades históricas, políticas e étnicas, para além da ocasional categoria de “crise” atribuída aos seus desdobramentos atuais - categoria muitas vezes utilizada dentro de narrativas midiáticas ou argumentos que parecem conceder à condição palestina contemporânea um tom de inevitabilidade divina diante da qual, logicamente, não poderia haver justiça histórica.

Para a ideia de projeto colonial na palestina é importante enfatizar um caráter ofensivo do movimento sionista desde o começo do século XX, comparado pelo historiador palestino Walid Khalidi com o caso do colonialismo Ibérico, para o qual as populações nativas encontradas durante a ocupação de suas colônias nada mais eram do que um obstáculo ao direito primordial agraciado por Deus⁴⁴. O que aqui, sendo assim, se entende por caráter ofensivo diz respeito às evidências que sugerem que o prelúdio para o potencial destrutivo da presença sionista na Palestina já estavam presentes muito antes da oficial instituição do Estado de Israel no território. Pappé, em sua reconstrução da história do que chamou de limpeza étnica da Palestina, salienta

Até a ocupação da Palestina pela Grã-Bretanha em 1918, o sionismo era uma mistura de ideologia nacionalista e prática colonialista. O escopo era limitado: sionistas não representavam mais do que cinco por cento da população total do país naquela época. Vivendo em

⁴² Ver: Said, Edward. 1992. Pappé, Ilan. 2006. Masalha, Nur. 1992 e 1997.

⁴³ Data que marca a ocupação militar dos territórios palestinos da Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental

⁴⁴ Khalidi, W. 2009.

colônias, eles não afetaram, nem foram percebidos pela população local. (...) Muitos membros da elite local viam isso como parte do impulso missionário e colonialista europeu - o que em parte era, mas é claro que tinha uma vantagem adicional que se transformou em um empreendimento perigoso para a população nativa. (PAPPE, 2006, p. 11. Tradução própria.)

Ainda que aqui não caibam considerações alongadas no que se refere às décadas que precederam o marco de Maio de 1948, o breve retrospecto auxilia na definição do escopo do que se pode interpretar - e no presente trabalho se interpreta, de fato - como um prolongado processo de premeditadas investidas sionistas no território, elementares para a compreensão do presente colonial palestino. Em oposição a identificação de um modelo de colonialismo como uma possibilidade analítica pertinente para a questão palestina, Weizman (2007) argumenta a importância de se admitir a configuração espacial e o controle como as instâncias fundamentais que atuam sobre a vida da população palestina, de tal forma - específica e singular - que o arcabouço da experiência colonial em outras partes do mundo não seria suficiente para dar conta deste contexto, no qual não apenas estaria o Estado operando na disputa do espaço, como também uma série de atores internacionais - representados principalmente por interesses privados e ONGs, participantes das dinâmicas de poder e resistência locais.

Todavia, considerando a relevância atribuída por outras análises ao papel do território, da configuração e controle do espaço (e da população) em contextos coloniais, aqui se pretenderá articular as sofisticadas - e, talvez sim, de fato singulares - técnicas e tecnologias de reconfiguração do espaço da gestão israelense, com a chave interpretativa da colonialidade, entendendo-a como uma ação que tem no monitoramento e controle (tão importantes para o argumento de Weizman) sua própria possibilidade de reprodução, manutenção e permanência.

Também foi, por outras contribuições, considerado como híbrido o caráter da atuação israelense nos territórios, em especial a partir de 1967, entendido em termos da confluência das estruturas da ocupação militar, da transferência populacional judaica para dentro dos territórios⁴⁵, da continuada expulsão e deslocamento forçados da população palestina - e, inclusive, do que alguns autores identificarão como práticas

⁴⁵ O que é comumente chamado na literatura do tema como *settler colonialism*, que se refere a expansão dos assentamentos de colonos israelenses na Faixa de Gaza, até 2005, e na Cisjordânia, até os dias de hoje.

colonialismo interno⁴⁶, ou até de neocolonialismo, que a princípio enfatizariam métodos de exploração e controle do território e da população com menor interferência de ações violentas ou das forças militares, o que alguns autores argumentam ser observável em alguns momentos da interação israelense nos TPOs⁴⁷.

A relação que aqui se considera pertinente entre a experiência da colonialidade e as técnicas e tecnologias de controle e monotonamente associadas a ela muito têm a ver com o entendimento de Israel como uma sociedade estruturada ao redor de uma narrativa que incorpora a figura do outro - o outro racializado, o outro árabe, o outro palestino - como uma ameaça existencial permanente que, para ser gerida e eventualmente eliminada, precisa ser submetida a constante vigilância. Não se trata, portanto, em muitos momentos, de manifestações físicas apenas de apagamento da presença autóctone - mas, e é de igual importância, da incorporação do palestino no *establishment* de Israel de modo que seja possível a constante construção de um objeto de medo que justifique qualquer ação posterior direcionada para sua eliminação - objeto de medo que, inclusive, acaba por determinar a própria identidade da sociedade israelense.

Não temos, nesse sentido, concepções do Estado de Israel como um estado que tem, nas últimas décadas, empreendido um esforço pura e simplesmente na direção do extermínio do que resta da sociedade palestina, mas de uma estratégia de produção de um tipo de vida (não tão longe do mencionado na seção anterior, no que diz respeito a governamentalidade como tecnologia de governo), organizado a partir de novas subjetividades impostas sobre a população pela incessante presença do olhar e do controle colonial (WOLFE, 2008; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015),

O colonizador é constantemente assombrado pelos colonizados, e os temores dos primeiros mantêm a população indígena à beira do despejo, se desafiarem a estabilidade e a segurança do colono. Tal medo é incorporado à governança do colono, permitindo-lhe simultaneamente incluir e excluir, eliminar e incorporar, assimilar e rejeitar, enquanto produz novas categorias e modos de igualdade e alteridade que servem para naturalizar o domínio dos colonos. (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015, p. 8. Tradução própria.)

⁴⁶ Lyon, D. (2011), Ophir e Azoulay, (2005).

⁴⁷ As diferentes manifestações da ocupação e da organização da administração dos TPOs será abordada mais adiante, a partir da colaboração de Gordon (2008) e Azoulay e Ophir (2005).

Elia Zureik⁴⁸ sublinha o papel do que chama de “olhar colonial” como estratégia de dominação, argumentando sobre a capacidade que o monitoramento permanente tem de ressignificar e fixar a identidade do colonizado em relação a seu colonizador (Zureik, 2011), (re)produzindo - no cotidiano - sua objetificação, seu silenciamento e sua subalternidade.

Se entendemos, portanto, que esse movimento de objetificação se dá pelo controle, monitoramento e vigilância que, nesse sentido, são fundamentais para se compreender o próprio caráter do Estado israelense e seu projeto na Palestina Histórica, entende-se também a importância de atribuir centralidade ao cotidiano como espaço de análise do poder - e da resistência. De se entender o cotidiano como o espaço por excelência de encontro entre a figura e a subjetividade do colono e a figura e subjetividade do colonizado.

Essa percepção implica em uma reflexão que inclua métodos, técnicas e tecnologias sofisticadas que, principalmente dada à proeminência da indústria de tecnologia militar de ponta de Israel, ao mesmo tempo que dispõem do que há de mais avançado do ponto de vista de controle eletrônico, ainda lançam mão de estratégias mais rudimentares (e não por isso menos eficazes), que podem ser notadas na presença colonial no território desde muito antes do atual contexto de uma sociedade altamente informatizada e tecnologizada. Processos de categorização, produção de registros populacionais, emissão de documentação determinada por especificidades étnicas, construção de census e relatórios a respeito dos mais diversos aspectos da população local - foram ferramentas indispensáveis em um primeiro momento de interação israelo-palestina no território, e assim é até hoje, como Zureik aponta:

A relação entre a manutenção de registros e o poder no contexto israelense / palestino continua sendo parte do sistema de controle de Israel até hoje (...) Quem nasceu e quem morreu e quem quer mudar de endereço e quem quer obter um passaporte e quem quer ir aqui ou ali ... tudo isso - você tem que se registrar na Administração Civil. Não se deve esquecer que todo o registro de cidadãos, inclusive em Gaza, é mantido por Israel. Aquele que registra os cidadãos é quem está no controle ... A burocracia reina suprema. (ZUREIK, 2011, p. 10. Tradução própria.)

⁴⁸ Sociólogo palestino-canadense, nascido na região da Galiléia - hoje dentro das fronteiras de Israel - e erradicado no Canadá, professor da Queen's University, em Ontário.

Emprestaremos, nesse sentido, a política-de-todo-dia, muito presente nas metodologias feministas, que procuram redirecionar análises sobre poder e dominação para os espaços de *micropoderes* - da “vida mundana” -, enfatizando assim, também, o potencial de subversão e resistência nesses mesmos espaços (HOOKS, 2000; ABU-LUGHOD, 2013; DAS, 2003). Espera-se, então, que a colonialidade da política-de-todo-dia auxilie na elucidação das características mais íntimas, mais contraditórias e, por vezes, mais perversas, do projeto colonial na Palestina contemporânea.

A próxima seção pretende historicizar a relação das referidas técnicas e tecnologias de controle, a partir de 1967, especialmente no que se refere aos Territórios Ocupados. Pretenderá, também, elucidar através das interações do cotidiano palestino com as estruturas apontadas, a forma pela qual se observa a centralidade que recentes dimensões cibernéticas da Ocupação tem adquirido para a (re)produção de controle sobre o território e a população.

2. Dimensões cibernéticas da Palestina Ocupada

“Cibernética”, do grego *kubernetiké* (a arte de governar), é a palavra designada para a ciência que se propõe a estudar sistemas reguladores - ou, sistemas de controle. Elaborada por Norbert Wiener, em *Cybernetics: or the Control and Communication in the Animal and the Machine*, de 1948, a definição do termo se dá a partir, basicamente, da ideia de comunicação, resposta e controle:

Quando me comunico com outra pessoa, dou uma mensagem a ele e, quando ele me comunica, ele retorna uma mensagem relacionada que contém informações que são principalmente acessíveis a ele e não a mim. Quando controlo as ações de outra pessoa, comunico-lhe uma mensagem e, embora esta mensagem esteja no estado de ânimo imperativo, a técnica de comunicação não difere desta mensagem de uma mensagem de fato. Além disso, para que meu controle seja eficaz, devo tomar conhecimento de qualquer mensagem dele que possa indicar que a ordem é compreendida e foi obedecida (...) O propósito da Cibernética é desenvolver uma linguagem e técnicas que nos permitam de fato, atacar o problema do controle e da comunicação em geral, mas também encontrar o repertório apropriado de idéias e técnicas para classificar suas manifestações particulares sob certos conceitos. (...) Informação é um nome para o conteúdo do que é trocado com o mundo exterior quando nos ajustamos a ele, e fazemos nosso ajuste ser sentido sobre ele. O processo de receber e usar informação é o processo de nos ajustarmos às contingências do ambiente externo e de nosso viver efetivamente dentro desse ambiente. As necessidades e a complexidade da vida moderna exigem mais do que nunca esse processo de informação.. (WIENER, 1989, p. 21. Tradução própria.)

Nesse sentido, nos estudos de cibernética, por *controle* entende-se um processo organizacional através do qual, em dado sistema, compartilham-se mensagens e respostas a fim de cumprir um objetivo “comum”, para o qual se espera certo grau de coordenação e/ou harmonia. Uma série de abordagens teóricas funcionalistas em relações internacionais e disciplinas correlatas emprestou, da elaboração de Wiener, conceitos e termos ao passo em que propunham uma interpretação de certos contextos sob as lentes das ideias de *feedback* e fluxos comunicacionais⁴⁹. A ausência, entretanto, da consideração de que nos contextos assim entendidos como “sistemas”, o intercâmbio de mensagens e/ou de respostas (ou, de *feedbacks*) não se dava entre iguais, elucida a inadequação de tais abordagens em relação a certos contextos nos quais a desigualdade entre os membros do “sistema” não pode ser inexplorada.

⁴⁹ Deutsch, K. *The Nerves of Government: Model of Political Communication and Control* (1963); BRYEN, S. *The application of cybernetic analysis to the study of international politics* (1970).

É possível assumir que, desprendido de seu complexo significado original e as subsequentes elaborações, o prefixo *ciber* cada vez mais parece se associar a um significado geral que se refere a qualquer processo/fenômeno que se dê por meio de um computador. Uma vez, entretanto, que computadores - e tecnologias de informação e comunicação, de modo geral - não prescindem de um funcionamento em redes, a noção de *sistema* permanece extremamente conectada com quaisquer reflexões sobre esse universo léxico, ainda que desassociadas do arcabouço brevemente apontado acima.

Ao mesmo tempo, o prefixo *ciber* é atribuído - como é o caso no presente trabalho - a fusão de redes de comunicação, bases de dados, fluxos informacionais, e intercâmbios eletrônicos (CAVELTY, M. BRUNNER, E. 2011; ARQUILLA, J. RONFELDT, D. 1997) - e suas respectivas correlações com infraestruturas do mundo *não-digital*.

Por dimensões cibernéticas - ou, como será tratado mais adiante, *ciber-colonialismo* - entende-se, aqui, os pontos de encontro entre o “ecossistema” que emerge com a fusão dessas redes e infraestruturas, e o contexto contemporâneo de práticas de controle e vigilância do colonialismo israelense, culminando no que no próximo capítulo será interpretado como um processo de digitalização da ocupação dos Territórios Palestinos.

2.1 Crônicas da Cidade Santa

- *que ele não deixe o teu pé vacilar, que o teu vigia não cochile! - Não! Ele não cochila nem dorme, o vigia de Israel*

Salmos 121:1-4

Jerusalém foi minha primeira parada, meu primeiro contato, quando deixei o aeroporto em 4 de Janeiro de 2014. Cheguei de madrugada, pela primeira vez - em Jerusalém Oriental, bem diante da imponente arquitetura otomana do Portão de Damasco, esculpido ao oeste da Cidade Velha, principal entrada para o chamado quarteirão muçulmano da antiga Jerusalém, onde fiquei hospedada. Nas ruas quase que absolutamente vazias daquela hora, via apenas cinco ou seis soldados, que nunca deixando de exibir suas armas, guardavam a entrada dos portões, nos quais ainda reluzem as marcas e os resquícios das balas da Guerra dos Seis Dias, de 1967.

Em 8 de Junho de 1967 as Forças de Defesa de Israel (FDI) completavam, bem sucedidas, a Ocupação dos Territórios Palestinos de Jerusalém Oriental, da Cisjordânia e da Faixa de Gaza⁵⁰. Apesar da Resolução 181 da ONU, sobre o Plano de Partição da Palestina, de 1947, ter previsto a cidade de Jerusalém como território internacional, pouco depois da *Nakba* de 1948, o território passou a ser dividido entre uma zona controlada inteiramente por Israel (Jerusalém Ocidental), e uma zona controlada pela Jordânia (Jerusalém Oriental), na qual a maioria demográfica era - ainda - palestina. Em 1967, então, tendo ocupado inteiramente a cidade, Israel submete os palestinos de Jerusalém Oriental à ordem de exceção da Ocupação Militar até que, em 30 de Julho de 1980, o *Knesset*⁵¹ aprova a chamada Lei de Jerusalém, segundo a qual a cidade, então capital de Israel, seria reunificada - o que, na prática, implicou na anexação integral do território, chegando a incluir quase 7 mil hectares de vilas palestinas de municipalidades próximas, tais como Belém e Beit Jala⁵².

Desde então, tem-se uma série de evidências que apontam para a importância estratégica de Jerusalém para a desconstrução das reivindicações palestinas, principalmente durante os processos de paz da década de 90. O aumento no número de assentamentos israelenses ao redor de Jerusalém, tal como a construção do Muro da Cisjordânia a partir de 2002, marcam o esforço empreendido para criar obstáculos e descontinuidades entre vilas e bairros palestinos, muitas vezes eles mesmos divididos por novas fronteiras e novas jurisdições que cada vez mais implementam empecilhos para a demanda por Jerusalém Oriental como capital de um possível Estado Palestino. Weizman (2007), a respeito das estratégias de planejamento urbano para Jerusalém desde 1967, aponta que se tratariam de projetos para garantir que não houvesse a possibilidade de re-implementar qualquer plano de partilha. O isolamento de bairros e vilas palestinas - isoladas entre si e isoladas de Israel - passaria a ter papel fundamental para a necessidade de controle e monitoramento coloniais que, por sua vez, passaram também a dispor de um amplo território contínuo, cercado de novas comunidades de colonos, resignificando e reconstruindo a pouca possibilidade de vida palestina que restou dentro das novas fronteiras da Cidade Santa.

⁵⁰ Como consequência da mesma Guerra, Israel também ocupa a Península do Sinai, território devolvido ao Egito em 1982, e as Colinas do Golã, da Síria, que permanecem sob controle israelense até hoje.

⁵¹ Parlamento de Israel

⁵² B'Tselem: The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories

É fato que a anexação de Jerusalém implicou, para os palestinos jerusalemitas, na impossibilidade de métodos de controle tão explicitamente violentos tais quais como os que se observam na Faixa de Gaza, por exemplo, inclusive dado o *status* e importância atribuídos à cidade pela comunidade internacional. É por essa razão, exatamente, que a própria arquitetura da anexação se torna um elemento central do controle e monitoramento específicos que se dão sobre os palestinos de Jerusalém. A relação, portanto, entre expansão territorial, controle do espaço e da população e colonialidade, nesse caso, se torna exemplar,

(...) Dada a sua condição de cidade santa e o desejo de Israel de torná-la a capital indivisa do estado, Jerusalém hospeda uma combinação de métodos e meios de vigilância, alguns em uso em Israel / Palestina, outros únicos (...). A vigilância israelense gira em torno da capacidade de controlar duas características-chave da vida, evidentes no caso de Jerusalém: terra e povo. Desde sua anexação imediatamente após a guerra de 1967, Jerusalém tem estado sob controle (contestado) de Israel. Ao longo dessas décadas, Israel expandiu as “fronteiras municipais” de Jerusalém, enquanto construía dezenas de assentamentos dentro e ao redor da cidade, em um esforço para judaizar a cidade. O redesenho dos limites territoriais desempenha um papel importante na vigilância e no controle, pois determina quem se enquadra no âmbito do regime. Além disso, a expansão territorial não pode acontecer sem vigilância: um regime precisa saber como e qual território precisa ser demarcado, fixo, protegido e ampliado (...), exigindo assim definições claras de territórios, fronteiras e populações. (TAWIL-SOURI, 2016, p. 60. Tradução própria.)

Desde 1948, como será discutido mais adiante, os processos de registro e identificação da população palestina que restara no território se torna um dos principais métodos de controle da população e do território. Desde 1967, entretanto, uma vez que o procedimento passa a ser de responsabilidade do Estado de Israel, documentos de identidade para os Palestinos dos TPOs se tornam elementos centrais de sua sobrevivência à Ocupação - e para os símbolos da dominação colonial sobre o povo palestino hoje, especialmente no que se refere àqueles que não são contemplados pela política de identificação e registro do Estado.

Mural dos palestinos do campo de refugiados de Aida, na municipalidade de Belém - vizinha à Jerusalém.

O palestino carrega um cartão de identidade, em seu nome lê-se: refugiado; data de nascimento: 1948.

(Aida, 2014. Foto: Acervo próprio)

2.1.1 Os cartões verde-azuis de Jerusalém Oriental

“Toma nota!

Sou árabe

O número do meu bilhete de identidade: cinqüenta mil

Toma nota!

Sou árabe

Sou o meu nome próprio - sem apelido

Infinitamente paciente num país onde todos

Vivem sobre as brasas da raiva”

Mahmoud Darwish⁵³, 1964.

Não leva muito tempo, ao se andar pelas ruas de Jerusalém Oriental, para que fique muito clara a centralidade atribuída à identificação como uma prática de monitoramento e controle, totalmente incorporada ao cotidiano dos palestinos que carregam (ou não) uma permissão de residência na cidade - entre uma *matrix* de práticas de diversos registros populacionais, censos e coleta de dados, responsáveis por categorizar e dividir a população. Depois de alguns dias cruzando *check-points* ou observando soldados interpelando pessoas na rua, eu mesma comecei, sem perceber, a carregar meu próprio passaporte - *azul-azul-escuro* - como o intermédio de poder que ele de fato era. Sempre guardando em seus envelopes plásticos coloridos - e obrigatórios - os documentos emitidos aos palestinos - dentro de Israel e nos TPOs - representam, então, uma primeira dimensão de controle colonial que é identificada na atuação israelense na região desde 1948.

A emissão de Cartões de identidade se localiza historicamente na necessidade do Estado Moderno - e dos Estados coloniais - de controle populacional, fundada em uma narrativa de segurança e imposição burocrática (LYON, 1994; TAWIL-SOURI, 2011). A partir de 1948, ao passo em que o recém fundado Estado de Israel percebia que tinha apenas sido bem sucedido na expulsão de uma parte da população palestina local, a gestão da população palestina que permaneceu se torna uma questão inevitável - como

⁵³ Poeta e escritor palestino, lembrado como o poeta da resistência nacional

ainda o é, hoje em dia. Os cartões de identidade emitidos por Israel foram implementados em 1949, e foram expedidos aos palestinos que permaneceram dentro das fronteiras do novo Estado - aos quais a literatura se refere como *palestinos de 48*. É importante notar, entretanto, que a atribuição de cartões de identidade - ou, até, de reconhecimento de cidadania - não se tratou tanto de garantia de direitos ou da incorporação dos palestinos de 48 à sociedade israelense que se formava então, mas apenas de um mecanismo de mapeamento dos que permaneceram e de prevenção do retorno dos que tinham deixado o território, aos quais não foi concedido nenhum *status* de cidadania ou residência (KOOK, 2006; TAWIL-SOURI, 2011b.)

Até a Guerra dos Seis dias - e a Ocupação dos TPOs - o Estado israelense era apenas responsável pelas identidades dos palestinos vivendo dentro de suas fronteiras, enquanto aos palestinos de Jerusalém Oriental, da Cisjordânia, eram fornecidos passaportes jordanianos (os palestinos da Faixa de Gaza, até então, recebiam documentos da administração egípcia). A partir de 1967, todos os palestinos dos TPOs passaram a receber os “cartões laranja” que, nos anos noventa, foram substituídos pelos “cartões verdes” que, por sua vez, embora emitidos pela Autoridade Palestina - como parte da responsabilidade partilhada nos Acordos de Oslo -, passam por análise e aprovação israelenses. Tawil-Souri enfatiza:

(...) Enquanto os limites do Estado de Israel são contestados, as fronteiras estão sendo instituídas no papel na forma de cartões de identificação coloridos. Por um lado, esse sistema fala do reconhecimento da porosidade das fronteiras em um mundo globalizado; por outro lado, é também um mecanismo de instituir limites e barreiras duras e concretas para os palestinos nos TPOs. Estas fronteiras erguidas através de identidades coloridas servem como quadros para as comunidades palestinas reais. Estojos coloridos são o mecanismo de encapsulamento que determina os limites geográficos das prisões ao ar livre da Palestina. (TAWIL-SOURI, 2011a, p. 223. Tradução própria.)

Uma das prisões palestinas a céu aberto, então, é a que nos cabe nessa seção e, em Jerusalém Oriental, a partir de 1967, os palestinos jerusalemitas - assim como os palestinos de 48 - recebem cartões de identidade azuis - não *azuis-azuis* (como as carteiras de identidade judaicas em Israel), nem *árabes-azuis* (como as carteiras de identidades dos palestinos de 48 - ou, dos árabes-israelenses)⁵⁴, mas de um verde-azul

⁵⁴ Tawil-Souri, 2011b

intermediário, intermediário como o (não-)*lugar* de Jerusalém Oriental: entre as fronteiras materiais da Cisjordânia, por um lado, e as fronteiras imateriais, mas igualmente concretas, de Jerusalém Ocidental (e de toda Israel, de modo geral), do outro.

A dinâmica que se dá a partir das identidades coloridas dos palestinos dentro e fora de Israel é extremamente complexa e permeada por nuances e contingências que tornam sua compreensão, no mínimo, difícil (PARSONS e SALTER, 2008; TAWIL-SOURI, 2011b; SHALHOUB-KEVORKIAN, 2015; ZUREIK, 2010). As cores determinam quais palestinos podem dirigir um carro de determinada placa e/ou em uma determinada via, e quais não podem; determinam quais palestinos podem se casar, com quem e onde seus filhos poderão viver - e onde não poderão; determinam quais palestinos poderão um dia conhecer sua reivindicada capital simbólica - e muitos não a conhecerão; determina onde podem trabalhar, determina a que horas chegarão no trabalho; determina, como uma vez um palestino da Cisjordânia me disse, quais palestinos poderão, um dia, ver o mar, e quais nunca o verão.

Independentemente do fato de que a posse do cartão de identidade pouco tem a dizer, ou a garantir, no que se refere a acesso a serviços públicos ou direitos básicos, são os documentos, sem sombra de dúvida, mais cobiçados pela população palestina - mais cobiçados pelo seu próprio objeto de controle e monitoramento. A esse respeito, Zureik discorre a partir do que entende ser uma dupla natureza desse tipo de prática,

É importante ressaltar a natureza bilateral da vigilância. Embora seu principal objetivo seja monitorar e controlar, ele também tem uma dimensão de capacitação. Isso é evidente na ligação dos direitos à vigilância e, de maneira mais geral, através de um conceito da "dialética do controle". Da mesma forma, o conceito de cidadão "abraçar" pelo Estado é justificado com base na prestação de todos os tipos de serviços. No caso diante de nós, a emissão de carteiras de identidade para os palestinos na Cisjordânia e em Gaza, embora seja indubitavelmente o símbolo de vigilância por excelência, também tem um efeito fortalecedor. Os titulares de carteiras de identidade podem reclamar certos direitos em relação às autoridades de ocupação, e no leste de Jerusalém vis-à-vis o próprio sistema legal israelense. Em ambos os casos, os titulares de cartões de identidade emitidos por Israel podem exercer certos direitos, ainda que de natureza limitada e circunscrita. (ZUREIK, 2010, p. 224. Tradução própria)

Para Tawil-Souri, a chave para entendermos a possível contradição entre um esforço sistemático de apagamento e expulsão, com uma burocracia complexa de

registros, documentação e identificação, é entender sua articulação simultânea como uma prática colonial, já observada em contextos norte-americanos e sul-africanos, nos quais as populações nativas tinham suas comunidades destruídas, ao passo que uma *outra* estrutura era construída, que organizasse a suas vidas a partir da racionalidade do Estado colonizador. Outrossim, o cartão de identidade representaria um ponto de encontro entre o palestino e o Estado israelense, no qual se inscrevem a colonialidade do espaço, do território e do corpo:

(...) Simboliza a dificuldade e muitas vezes a impossibilidade dos palestinos de se mover, viver, trabalhar e/ou amar através dos territórios palestinos, a fragmentação forçada dos palestinos uns dos outros, a expulsão ameaçadora de garimpeiros da Palestina / Israel e a importância determinante de um cartão de identificação. As carteiras de identidade tornaram-se uma das experiências palestinas mais táteis, cotidianas, mundanas, porém fundamentais, de carregar os termos de dominação de Israel no bolso de trás ou na bolsa. Não é de surpreender, portanto, que as carteiras de identidade sejam também questões de negociação, interpretação e resistência. (TAWIL-SOURI, 2011b, p. 79. Tradução própria.)

Os benefícios para o registro de um palestino jerusalemita parecem, de fato, extraordinários, levando em consideração que permitem o aparente livre trânsito pelo território (com exceção de Gaza). A contrapartida do “privilégio”, por sua vez, se dá pela permanente ameaça de revogação do *status* de sua identidade, mediante a comprovação recorrente de que a cidade configura o centro de sua vida. Shalhoub-Kevorkian⁵⁵, reúne uma série de entrevistas e relatos representativos do que ela entende por imagens de sufocamento e confinamento, características da experiência palestina em Jerusalém - a experiência de viver em uma armadilha⁵⁶. Nahida, palestina de *Shu'fat*⁵⁷, relata a situação de seu irmão que - embora parte de uma família na qual todos carregam uma identidade jerusalemita - nasceu em um hospital na Cisjordânia, não tendo sido autorizado a receber uma identidade *verde-azul*. Por ser, também, original de Jerusalém,

⁵⁵ Nadera Shalhoub-Kevorkian é palestina, ativista feminista, docente da Hebrew University of Jerusalem, e diretora do programa de estudos de gênero do *Arab Center for Applied Social Research*, de Haifa.

⁵⁶ Shalhoub-Kevorkian, 2011, p. 8.

⁵⁷ *Shu'fat* é um campo de refugiados, estabelecido em 1965, para atender às quase 500 famílias vivendo no campo de *Mu'askar*, na Cidade Velha de Jerusalém. A UNRWA estima que, hoje, aproximadamente 24.000 vivem em *Shu'fat* - apesar de existirem registros de apenas 12.500. O campo fez parte do território anexado depois de 1967, de modo que seus residentes carregam cartões de identidade de Jerusalém, ainda que não tenham condições concretas de viver na cidade. Desde a construção do Muro da Separação em Jerusalém Oriental, *Shu'fat* está separado do resto dos palestinos de Jerusalem e só podem acessar a cidade através de um posto de controle local, independentemente de portarem os cartões de identidade *verde-azuis*. (mais em: <https://www.unrwa.org/where-we-work/west-bank/shufat-camp>)

a Autoridade Palestina não lhe emitiu uma identidade local e, tendo passado por uma série de audições e processos legais, aos 18 anos ainda não tem acesso a uma identidade oficial. O irmão de Nahida, portanto, não pode passar por nenhum posto de controle, não pôde obter nenhum tipo de educação formal, não pode se casar, não pode ter um emprego e não pode correr o risco de ser interpelado fora de *Shu'fat*, uma vez que sem um cartão de identidade - que lhe foi recusado por todas as instâncias possíveis - seria imediatamente detido⁵⁸. A história da família de Nahida é uma entre as muitas similares de palestinos que vivem na municipalidade estendida de Jerusalém, cujos relatos têm em comum o fato de que a sensação de estarem constantemente sendo vigiados, monitorados e observados – pela simples condição de carregarem ou não uma identidade jerusalemita -, que levou a produzir as condições para que muitas famílias abandonassem sua cidade de origem, preferindo ir embora a viver sob a permanente paranóia da observação colonial. Shalhoub-Kevorkian nos conta, também, o relato do palestino de 23 anos, Samir, que afirma que nem os mortos conseguem escapar do controle israelense⁵⁹: ao tentarem enterrar um corpo em um cemitério palestino de Jerusalém, foram interrompidos por mais de uma hora por soldados que exigiram verificar os documentos e a identidade de um homem morto⁶⁰: verificar se ele tinha permissão para morrer ali. De onde a autora conclui,

O poder mundano da arquitetura da vigilância e do domínio colonial cria não apenas um senso de prisão, de viver em múltiplas armadilhas intermináveis, mas também forja uma situação necropolítica com uma economia de vida e morte. O fato de que os palestinos precisam procurar maneiras de manobrar em torno das forças armadas israelenses para enterrar seus mortos com dignidade e sem serem controlados por seu regime de vigilância é apenas um exemplo particularmente convincente da obscenidade da política da *cotidianidade*. (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2011, p. 12. Tradução própria.)

Em minha segunda viagem, encontrei com um palestino jerusalemita que já tinha conhecido antes, de uma grande família antiga e tradicional de Jerusalém, de intenso envolvimento político e que testemunhava um período de endurecimento sobre seus cotidianos na cidade. Ele recepcionou minha chegada, e a de um grupo de colegas

⁵⁸ Shalhoub-Kevorkian, 2011, p. 7.

⁵⁹ Ibid, p. 14.

⁶⁰ Ibid, p. 14.

que estavam comigo, na noite de 25 de Dezembro de 2014, e não parecia - nem de longe - o mesmo que tínhamos visto em Janeiro do mesmo ano. Ele compartilhou conosco relatos sobre os palestinos de Jerusalém que vinham, nas últimas semanas, recebendo ordens militares de afastamento da cidade, sob o argumento de que eram riscos à segurança pública. Um deles eu também havia conhecido em Janeiro, enquanto trabalhava como guia turístico e tinha nos levado, então, para conhecer os cantos da Cidade Velha com as camadas dos abusos e dos desafios cotidianos enfrentados pela comunidade palestina local. Daoud, de fato, conhecia cada pedra da Cidade Velha como se fosse parte dele mesmo, e isso o configurava como uma ameaça à segurança pública. Nos contaram tinha recebido a ordem militar que o forçava a se deslocar para a Cisjordânia, por pelo menos cinco meses - e que, uma semana depois, tinha recebido uma nova ordem militar, que o proibia de estar nos Territórios Ocupados. Ele, então, deslocou-se até Haifa, no norte de Israel, onde estava quando o encontramos algumas semanas depois. Ele ria um sorriso amarelo ao comentar que estava apenas esperando ser proibido de estar lá também: “do que mais podem me proibir?”. A ordem militar que o proibia de retornar a Jerusalém, que devia ter expirado em abril de 2015, foi estendida até outubro do mesmo ano, proibindo-o, também, de fazer qualquer viagem ao exterior. Durante todos esses meses, os outros 5 palestinos expulsos de Jerusalém na mesma época, viviam sob a ameaça permanente de que nunca poderiam retornar - seja pela burocracia militar que poderia de novo e de novo emitir novos prazos para seu retorno, seja pela burocracia civil que tem a prerrogativa de, sem a necessidade de maiores justificativas, alegar que um palestino jerusalemita cujo centro da vida não é mais Jerusalém, não deve mais portar o cartão de identidade que permite seu trânsito pela cidade. Mesmo se, no caso, esse centro de suas vidas tenha sido justamente desfeito pela arbitrariedade da mesma administração que também lhes sonega o direito de voltar.

Ainda que o deslocamento forçado tenha sido uma prática “normal” da presença israelense na Palestina Histórica, o episódio de Daoud no final de 2014 trazia novas preocupações para os palestinos de Jerusalém. Nosso amigo jerusalemita afirmava não estar surpreso com a decisão arbitrária, mas afirmava também a novidade representada pelos termos daquela forma de expulsão militar temporária. Ele temia ser o próximo e, enquanto caminhávamos por Jerusalém Oriental, ele segurava firmemente em sua mão seu telefone celular, com o indicador pronto para pressionar o botão verde, para que alguém - em algum lugar - pudesse ouvir, pudesse saber, caso ele fosse

surpreendido tal como alguns de seus pares. Todas as vezes que o vi em 2015, o vi com a mesma postura, e o celular discretamente a postos, ligado entre os dedos, enquanto olhava sobre seu próprio ombro, sobre sua própria sombra, o tempo todo. Em uma das tardes em que nos encontrou, chegou atrasado e ofegante - mas mantendo o compromisso de uma reunião de um dia, aparentemente, como qualquer outro – e nos contou que soldados tinham entrado em sua casa e revistado tudo, quando ele não estava lá. Ele não sabia se tinham levado alguma coisa, alguma coisa que poderia eventualmente ser o argumento da ordem militar que viria a seguir, mas tinha se atrasado dando meia volta para tirar fotos da desordem deixada para trás pelos invasores, na tentativa de registrar o que tinha acontecido - não que o registro fosse lhe servir para alguma coisa, acrescentava. As revistas nas casas tinham, tal como as expulsões temporárias, tornado-se habituais nas primeiras semanas de 2015.

Na mesma época, outro companheiro - palestino de Jerusalém, da *Civic Coalition for Jerusalem*, que trabalhava em campanhas pelos direitos dos palestinos jerusalemitas na cidade, afirmava que a escalada de ações contra os palestinos de Jerusalém Oriental, no final de 2014, estava associada a um esforço calculado de fazer com que os jerusalemitas se entendessem cada vez mais como submissos às estruturas da Ocupação, fazendo com que a intensificação do medo no dia-a-dia tirasse a atenção de qualquer tipo de protesto ou manifestação de resistência. Nossos amigos de Jerusalém concordavam em sua percepção de que a vida palestina na cidade estava submetida a condições muito piores do que o normal - a sensação de sufocamento e de vigilância, já mencionada como uma característica comum da experiência do palestino em Jerusalém, tomava novas proporções.

Algumas semanas depois, um deles participaria conosco de um *tour* na vila palestina destruída de *Lifta*⁶¹, ainda em Jerusalém. Quase quarenta minutos depois do horário marcado, e sem ele, prosseguimos andando sobre as ruínas sozinhos, até que ele pôde finalmente nos encontrar, no centro do que restara de *Lifta*, e nos explicou que não tinha conseguido passar por *Qalandia* a tempo.

⁶¹ *Lifta* é um ponto marcante no horizonte dos arredores de Jerusalém. A maior parte das casas palestinas ao seu redor, foi destruída, mas as casas do centro vila permanecem quase que inteiramente de pé, a maioria delas ainda deserta. Mais em: <https://zochrot.org/en/village/49239>

Qalandia é um dos maiores *checkpoints* militares nos TPOs, e se encontra entre a “capital virtual” da Autoridade Palestina, Ramallah, o campo de refugiados palestinos de Kalandia, e o bairro palestino *ar-Ram*, ao norte de Jerusalém.

Fila de trabalhadores palestinos, *Qalandia checkpoint*, Muro da Cisjordânia em Jerusalém Oriental ao fundo, 2014.

(Foto: Cortesia de Gabriel Mathias Soares)

Fila de carros na travessia de *Qalandia* e Muro da Cisjordânia.

(Foto: Cortesia de Gabriel Mathias Soares)

Qalandia vista de cima

(Foto: Cortesia de Gabriel Mathias Soares)

O *check-point* de Qalandia foi objeto de infindáveis relatórios e estudos⁶² por conta da recorrência de situações de abuso e violência evidentes contra os palestinos que procuram cruzar seus corredores - ainda que muitos deles, como era o caso de nosso amigo, carregassem a identidade jerusalemita que, *em tese*, lhes permitiria cruzar a “fronteira” com alguma tranquilidade. Ele sentou-se conosco e aproveitou para nos lembrar de como seu cartão *verde-azul* de nada servia, na prática, quando toda a fila de palestinos e palestinianas pressionados contra as grades e corredores do *check-point*, ou na desordenada fila de carros aguardando a passagem, era submetida a longo e detalhado escrutínio. Nosso amigo não estava especialmente irritado com o tempo perdido, parecia tão somente cansado de mais um dia, como todos os outros, no qual pouco ou nenhum controle ele tinha sobre seu tempo, sobre seu deslocamento. “Assim é a Palestina”, ele disse algumas vezes, erguendo os ombros como quem enfatizava o peso de não se poder fazer nada.

Um ano depois, quando o encontrei no começo de 2016, ele tinha se mudado para Ramallah, para viver com sua noiva, que não tinha permissão de residência em Jerusalém, sabendo que ao se deslocar para a Cisjordânia, poderia ser ele mesmo impedido de voltar para casa. Sua escolha é igual à de muitos palestinos⁶³ que por, talvez, não mais reconhecer (ou sobreviver a) *sua* Jerusalém na Jerusalém verde-azul da Ocupação, para seguir com suas vidas, precisam correr o risco de perdê-la.

⁶² Ver: Tawil-Souri, H. (2011); Bornstein, A. (2008); Kotef, H., Amir, M (2007)

⁶³ Shalhoub-Kevorkian, 2011.

O Muro da Separação em Jerusalém Oriental
(Foto: Cortesia de Gabriel Mathias Soares)

Processos de identificação parecem, então, emergir como essenciais para a produção de categorias como ferramentas de governamentalidade e de construção e administração de populações⁶⁴ em um sistema que, no caso palestino-israelense, combinaria, concomitantemente, o poder disciplinar direto de Foucault e a sociedade do controle indireto de Deleuze⁶⁵.

A partir de 1989, soma-se à já complexa política das identidades coloridas dos TPOs, a implementação de cartões magnéticos de identidade, nos quais estão contidas informações codificadas a respeito de antecedentes de seus usuários, no que se refere à segurança nacional. Obrigatórios, em um primeiro momento, apenas para palestinos de Gaza com vistos de trabalho em Israel, os cartões magnéticos foram levados para a Cisjordânia e se tornaram indispensáveis para qualquer palestino que solicitasse um visto de entrada ou de trabalho em Israel.

Emitidos por um registro israelense de controle de população, o sistema biométrico dos cartões coleta e armazena informações praticamente de todos os

⁶⁴ Lyon, D. 2011.

⁶⁵ Deleuze, 1992.

palestinos vivendo em território ocupado acima de 16 anos⁶⁶, e exige a reprodução digital da mão direita, das digitais da mão esquerda, da retina de um dos olhos e armazena dados de reconhecimento do rosto do usuário. Para que uma solicitação de um novo cartão magnético seja aprovada, é submetida para análise⁶⁷ do *Shin Bet*⁶⁸. De acordo com relatório da ARIJ, entre 2000 e 2013, mais de 400.000 cartões magnéticos foram emitidos para trabalhadores palestinos, que somariam um valor de aproximadamente 40 milhões de *shekels* por ano para a subsidiária da Hewlett-Packard (HP), *Electronic Data Systems (EDS) Israel*, uma das grandes fornecedoras das FDI e do Ministério da Defesa no que se refere à infraestrutura de segurança⁶⁹.

A obrigatoriedade dos cartões magnéticos como condição para solicitação de vistos foi associada, então, a um sistema desenhado para o controle biométrico da passagem de palestinos por postos de controle, tendo sido primeiramente instalado em *Erez*, ao norte da Faixa de Gaza e, alguns anos mais tarde, em pelo menos outros 12 *checkpoints* - em cidades como Jenin, Nablus, Tul Karem, Hebron e Jerusalém, de acordo com declarações⁷⁰ do Ministério da Defesa feitas ao *Who Profits*⁷¹ e a *Maschon Watch*⁷².

Voltaremos aos *checkpoints* mais adiante, entretanto, o que aqui nos concerne sobre o processo recente de digitalização dos procedimentos de identificação dos palestinos em Israel e nos TPOs é a percepção de que um palestino não existe, de fato, se um computador israelense afirma o contrário⁷³ - como, ao mesmo tempo, cada vez mais se constroem formas de garantir que qualquer guarda de fronteira, qualquer agente do Estado, por menos importante que seja, tenha acesso a uma miríade de dados e

⁶⁶ Applied Research Institute of Jerusalem (ARIJ), 2013.

⁶⁷ Tawil-Souri, 2011b; Zureik, 2011.

⁶⁸ Ou *Shabak* (*Sherut haBitachon Haklali*), em hebraico, é o serviço de segurança interna de Israel.

⁶⁹ Who Profits, 2011. *Technologies of control: the case of Hewlett Packard*.

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Centro de pesquisa dedicado a exposição das companhias internacionais envolvidas no prolongado controle israelense sobre os territórios palestino e sírio. (<https://whoprofits.org/content/about-who-profits>)

⁷² Organização de mulheres israelenses voluntárias, de diversos setores, que monitoram e documentam as atividades nos postos de controle da Cisjordânia, tendo por objetivo influenciar a opinião pública israelense a respeito das condições dos Palestinos vivendo sob Ocupação. (<https://machsomwatch.org/en/about>)

⁷³ Hass, A. 2006

informações a respeito de uma grande quantidade de pessoas, sobre as quais está, com frequência, autorizado a atuar como bem entender⁷⁴.

2.1.2 O pervigil guarda de Israel: o circuito interno da Cidade Velha

Em Jerusalém Oriental, então, soma-se à política das identidades (e sua versão 2.0) um segundo método exemplar do colonialismo israelense. Logo nas primeiras horas da manhã que se seguiu a minha chegada - na Cidade Velha de Jerusalém -, segui pela via principal que saía do Portão de Damasco em direção à conhecida Via Dolorosa - pela qual, segundo a tradição cristã, Jesus Cristo carregou a cruz, até a Igreja do Santo Sepulcro, a oeste da Cidade Velha.

Muito rápido se torna evidente, ao andar pelas ruas estreitas de pedra, tomadas quase sempre por multidões e pequenos mercados, que uma presença se destaca, chamando a atenção no cenário tão peculiar da antiga Jerusalém. Por todo o caminho, sobre os ombros das multidões nas ruas, uma sequência de câmeras acompanham os caminhos - e as vidas - na Cidade Velha, especialmente localizadas no quarteirão muçulmano⁷⁵ e em suas extremidades.

Desde 1999, parcerias público-privadas instalaram (na área de cerca de 1km² da Cidade Velha) mais de 350 câmeras de circuito fechado de televisão (CFTV), em um programa que passou a ser conhecido como “*Mabat 2000*”, entregando às forças policiais israelenses em Jerusalém Oriental a possibilidade de uma guarda que, de fato, não iria dormir nem tosquenejar - tal como anuncia o Salmo que abre esta seção. Cada uma das mais de 350 câmeras e seus respectivos sensores é capaz de seguir e rastrear movimento e registrar em detalhes os rostos e características de seus objetos de vigilância.

⁷⁴ Gordon, N. 2002.

⁷⁵ A cidade velha é uma área de cerca de 1km², cercada por muros e portões que datam do século XVI, é dividida em quatro quarteirões: o muçulmano, o cristão, o armênio e o judaico. O quarteirão muçulmano reúne a maior população da Cidade Velha, e hoje enfrenta a profusão de assentamentos israelenses - que passam a marcar a arquitetura da cidade com bandeiras de Israel espalhadas pelos telhados do bairro. (International Peace and Cooperation Center, 2009)

Câmera do CFTVs do *Mabat 200*
(Cidade Velha de Jerusalém, 2014. Acervo próprio.)

Além, portanto, da coleta de informação biométrica, há quase vinte anos a administração israelense na Cidade Velha procurou materializar a ideia da observação colonial de forma perfeitamente evidente. Usama Halabi⁷⁶ constrói uma análise do ponto de vista legal a respeito dos métodos de monitoramento implementados por Israel e, a esse respeito, afirma:

Sistemas de CFTV, especialmente aqueles operados sem respeito por políticas ou limites, podem ser desconcertantes e insidiosos. Pelo menos, no entanto, a existência do sistema é publicamente conhecida, e aqueles que vivem, trabalham e viajam na cidade velha de Jerusalém sabem que provavelmente estarão sob vigilância. Eles foram alertados pela natureza pública do sistema, não importando o quanto possam se irritar com isso. Muito mais preocupante é a possibilidade de que as autoridades possam executar a vigilância em indivíduos involuntários (HALABI, 2011, p. 211. Tradução própria.)

Ao se referir a circuitos de CFTV, cada vez mais comuns em centros urbanos ao redor do mundo, com frequência se ativa, de imediato, a metáfora do *panóptico* de Foucault. A disciplina dispersa, à qual pode corresponder a distribuição de circuitos de

⁷⁶ Pesquisador e advogado residente de Jerusalém; pesquisador das leis discriminatórias para palestinos dentro de Israel.

câmeras em espaços públicos⁷⁷, sem dúvida remete à indução de um estado permanente de vigília, que assume a presença sempre operante das difusas torres de observação *panoptical* que se manifestam nas CFTVs da Cidade Velha. Ao passo em que, entretanto, o processamento digital das imagens coletadas ficam à disposição também de um amplo banco de dados biométricos que associa nomes e identidades a rostos e trajetos⁷⁸, a dimensão do poder disciplinar adquire outras proporções,

Com a perspectiva de recursos precisos de reconhecimento facial, a perda de funcionalidade causada pelo distanciamento espacial torna-se muito menos significativa. A identificação, que anteriormente exigia conhecimento face a face, agora pode ser realizada à distância. Ao combinar uma imagem a um banco de dados, os movimentos de uma pessoa podem ser potencialmente registrados por meio de um espaço em que as câmeras localizadas em diferentes partes do sistema capturam suas imagens. Além disso, quando os "ofensores conhecidos" entram em um campo de visão, o software algorítmico pode exibir automaticamente sua imagem na tela e alertar sobre o status de desvio da pessoa. (NORRIS, 2003, p. 271. Tradução própria.)

Ao mesmo tempo, se a relação entre o monitoramento e o espaço se transforma a partir do uso de uma arquitetura que ultrapassa distâncias, os circuitos digitais de CFTV também impõem transformações no que se refere à temporalidade do controle populacional:

Com a próxima geração de gravadores digitais, a possibilidade de capturar imagens a doze ou até vinte e quatro quadros por segundo é cada vez mais possível. Isso significa que o registro de arquivamento será muito mais completo, aumentando muito a capacidade de detectar incidentes e identificar suspeitos retrospectivamente. Simplificando, o quadro crucial que capturou o movimento da mão hábil envolvido em uma transação de drogas de rua ou forneceu um tiro facial frontal completo é muito mais provável que seja armazenado em "fita". Mas o mais importante é que o meio digital facilita enormemente a busca automatizada de imagens para combinar rostos de uma imagem de banco de dados que também pode ser usada para pesquisar retrospectivamente as "fitas" para a presença de um indivíduo em uma variedade de locais. (NORRIS, 2003, p. 273. Tradução própria.)

As redes produzidas entre esses sistemas digitais e bancos de dados - tais como o produzido pelas identidades biométricas mencionadas anteriormente - permitem, ao

⁷⁷ Norris, C. "From personal to digital: CCTV, the panopticon, and the technological mediation of suspicion and social control", in: *Surveillance as Social Sorting: Privacy, risk and digital discrimination*, 2003.

⁷⁸ Ibid, p. 270.

mesmo tempo, não apenas novas dimensões de controle e monitoramento sobre o presente e o passado, mas também sobre o futuro (NORRIS, 2003; HARAWAY, 1991; BOGARD, 1996; GRAHAM, 1998.), uma vez que cada vez mais estariam, também, integradas a modelos de simulação da realidade:

Com a perspectiva de recursos precisos de reconhecimento facial, a perda de funcionalidade causada pelo distanciamento espacial torna-se muito menos significativa. A identificação, que anteriormente exigia conhecimento face a face, agora pode ser realizada à distância. Ao combinar uma imagem a um banco de dados, os movimentos de uma pessoa podem ser potencialmente registrados por meio de um espaço em que as câmeras localizadas em diferentes partes do sistema capturam suas imagens. Além disso, quando os "ofensores conhecidos" entram em um campo de visão, o software algorítmico pode exibir automaticamente sua imagem na tela e alertar sobre o status de desvio da pessoa. (GRAHAM, 1998, p. 486)

Em *The Simulation of Surveillance: Hypercontrol in telematic societies*, William Bogard⁷⁹ localiza os amplos sistemas de tecnologia (GRAHAM, 1998) e o papel da simulação - e da "previsão do futuro" - no espectro dos estudos e da literatura em controle populacional, monitoramento e tecnologias digitais, argumentando que:

Vigilância é uma tecnologia social de poder - supervisionar, monitorar e registrar, seus métodos mais comuns, são simplesmente maneiras de controlar pessoas e seu comportamento - e podemos certamente descrever seus usos, causas e efeitos em termos sociológicos relativamente diretos. (...) Mas a vigilância também é uma fantasia de poder, cujo significado nas sociedades pós-industriais se estende muito além da simples ideia de supervisionar ou regular indivíduos e relações sociais, para a criação de formas virtuais de controle dentro de sociedades virtuais (...) ponto onde o imaginário e o real coincidem, especificamente, onde a lacuna entre o controle virtual e o controle real desaparece (BOGARD, 1996, p. 9. Tradução própria.)

Mais do que, portanto, produzir registros do passado e do presente, articulando imagens, dados, localidades e identidades, a interligação entre estes circuitos digitais de monitoramento, tais como os de CFTV, alastram, para as autoridades locais, o poder de *imaginar*. No caso palestino-israelense, por sua vez, a imaginação seria, por excelência, racializada. Também para Donna Haraway, a distinção turva entre o virtual e o real, entre a simulação e o fato, característicos do que ela entende por uma existência

⁷⁹ Docente do departamento de Sociologia da *Whitman College*, pesquisador das interfaces the controle digital.

*ciborgue*⁸⁰ - para a qual a fronteira entre o corpo e a tecnologia é cada vez menos clara -, implicada na produção de redes de controle global sobre o tempo, sobre o espaço e sobre subjetividades *in-corporadas*⁸¹. Para o contexto em questão, ao mesmo tempo, é interessante sempre assentar reflexões a esse respeito na concretude *especializada* dos circuitos de *hipercontrole* da Ocupação.

Graham (1998) alerta para o fato de que, nesse sentido, não haveria necessariamente uma promessa *orwelliana*⁸² no advento de tais mecanismos que, a princípio, não deixariam de ser sempre incompletas e fragmentadas, sempre contingentes e insuficientes para a totalidade da vida de seus objetos de monitoramento - entretanto, ressalta também que para compreender essas práticas e as formas pelas quais a tecnologia contribui com a produção do espaço (GRAHAM, 1998, p. 500), é central a consideração contextualizada da implementação desses mecanismos para melhor compreensão de seus efeitos concretos, na prática.

Sendo assim, através de mecanismos tais como os circuitos de CFTV da Cidade Velha, tem-se um processo de transformação dos corpos em sujeitos digitais, facilmente identificados em relação a suas “personas” biométricas disponíveis em bases de dados eletrônicos - a *chave* para a sujeição digital destes corpos, como anteriormente mencionado, é racializada por meio da *identidade* palestina desviante da demografia desejável em território anexado, o que se torna especialmente marcante com a presença dos mesmos circuitos em espaços fundamentalmente organizados pela existência de assentamentos de colonos.

Se, por um lado, a conhecida presença do CFTV de Jerusalém - que se registra não apenas nas proximidades de sítios históricos e religiosos da Cidade Velha, mas especialmente ao redor das rotas do quarteirão muçulmano pelas quais a comunidade palestina circula, pelas portas de suas casas, pela saída de suas escolas, de seus mercados, tem-se também a presença menos evidente de outras centenas de câmeras contratadas pela iniciativa privada, “guardando” assentamentos e comunidades de colonos - ambas ilegais do ponto de vista da Lei Internacional⁸³ - em Jerusalém

⁸⁰ Haraway, D. 1991, p. 154,

⁸¹ Ibid, p. 164.

⁸² Fazendo referência ao romance distópico 1984, de George Orwell.

⁸³ Assentamentos israelenses são considerados ilegais do ponto de vista do direito internacional, por constituírem construção e reconfiguração do espaço e da infraestrutura em território ocupado.

Oriental e na Cidade Velha, garantindo um maior escopo para os olhos onipresentes do colonialismo israelense. Não por acaso, Israel é líder mundial no desenvolvimento de tecnologias de circuitos fechados de televisão e de *softwares* associados a transmissão e análise de suas imagens⁸⁴, inclusive conhecida pelo desenvolvimento de câmeras capazes de transmitir imagens obtidas através das paredes⁸⁵. A presença de técnicas e tecnologias de vigilância em Jerusalém, muitas vezes as mesmas que implementadas nos TPOs como um todo, enfatizam, para Tawil-Souri, uma mudança de foco do esforço da administração israelense,

A observação à distância por meio de equipamentos eletrônicos - como câmeras de CFTV - pode se situar ao longo de um espectro tecnológico entre escutas telefônicas e interceptação de informações transmitidas eletronicamente (como ligações telefônicas e tráfego de internet), por um lado, mapeamento aéreo de imagens e perfilando através de satélites e drones, por outro lado. A vigilância passou a incluir mineração de dados, marcação de geolocalização e perfis de mídias sociais. (...) Da mesma forma que o uso da tecnologia entre os palestinos (e israelenses) mudou, o foco e a força do regime de vigilância de Israel também mudaram. (TAWIL-SOURI, 2016, p.63. Tradução própria.)

O lugar - e a importância - da presença dos assentamentos e dos colonos (associada a circuitos privados de imagens, de gravação e interceptação de áudio e escutas), que têm contribuído imensamente para a des-palestinização de Jerusalém e para o alarmante aumento do monitoramento sobre a população, será tratado com maior atenção mais adiante, devido também ao destaque que as mesmas estruturas têm tido nos territórios ocupados na Cisjordânia. Nesse sentido, é conveniente ressaltar que mesmo se tratando de experiências distintas - a dos palestinos de Jerusalém, da Cisjordânia, da Faixa de Gaza, e no refúgio -, muito do que aqui consta como método do projeto colonial Israelense transcende essas distinções, tal como também transcende as distintas etapas da Ocupação dos TPOs, sobre sua aplicação no tempo e no espaço.

No presente trabalho, Jerusalém teve um lugar especial - e exclusivo - tal como o tem dentro de mim, desde a madrugada de 4 de Janeiro de 2014. Jerusalém foi minha introdução à Palestina Ocupada, foi minha introdução ao que eu veria de pior e de melhor nas semanas subsequentes às quais as próximas seções se referem, e continuou

⁸⁴ Tawil-Souri, 2016, p. 62.

⁸⁵ mais em: www.camero-tech.com

assim sendo em 2015 e 2016, quando sempre, em primeiro lugar, descia do *Sherut*⁸⁶ que me resgatava da insuportável frieza dos saguões do Ben Gurion, e me levava de volta para o calor da Jerusalém palestina - que intercala memórias de colonialidade, controle e vigilância, com memórias de cafés da manhã de pepino fresco e pasta de grão de bico, memórias de espaços embebidos pelo som da chamada das mesquitas, memórias de acolhimento que recebi mesmo daqueles que menos tinham condições de oferecer qualquer coisa, senão a história de suas vidas e a expectativa de que, em um próximo encontro, teriam histórias mais bonitas para contar.

2.2 A colonialidade entre nós: arquipélagos e encruzilhadas de controle na Cisjordânia Ocupada

Depois de alguns dias em Jerusalém, e em alguns outros cantos do lado “de cá” da fronteira de 1967, entrei pela primeira vez na Cisjordânia pelo *checkpoint* que separa de Jerusalém a municipalidade de *Beit Jala*. O trajeto de 11km que levou cerca de uma hora, de ônibus, teria levado não mais do que 30 minutos segundo qualquer mapa ou aplicativo que desconhece os desvios, interrupções e atrasos das estradas da Ocupação. O trajeto que eu seguiria fazendo ao longo das minhas próximas semanas - pelo ônibus 321 que saía do terminal do Portão de Damasco a cada meia hora, e que se tornaria uma paisagem recorrente -, tal como o que fiz da primeira vez, tomava tempo por conta do desvio que fazia ao redor do principal *checkpoint* que divide Jerusalém de Belém, o *check-point 300*.

Podendo ser facilmente confundido com um pedágio qualquer, em um trecho de estrada de terra e areia, a fronteira de *Beit Jala* me surpreendeu por ter passado tão completamente despercebida - o que não se repetiria uma vez que tentássemos entrar de volta em Jerusalém pelo mesmo caminho. Já dentro de território palestino, dei-me conta - finalmente - de onde eu estava, de onde eu tinha chegado (e de que não tinha mais a menor certeza sobre o que tinha ido fazer lá), quando, de repente, oito metros de concreto cinza-claro se materializaram à minha esquerda além da janela do ônibus, e rapidamente desapareceram no horizonte - no horizonte que seria, a partir de então, ora marcado por sua presença de fato, ou marcado por sua persistência em meu próprio

⁸⁶ Táxis compartilhados que fazem o trajeto entre o aeroporto e Jerusalém Oriental.

olhar, mesmo quando eu não estava mais diante dele. A Separação, assim, com um “s” maiúsculo de oito metros de altura, não é uma coisa que consegui, desde então, des-ver, ou desvelar.

Muito rapidamente, enquanto me dirigia para um pequeno miolo de Área A⁸⁷ em *Beit Sahour*, o cenário quase bucólico de pequenas construções simples de tijolos de cor clara, de poucas ruas estreitas, que muito cedo ficavam absolutamente vazias e escuras, já dava alguns sinais das diferentes marcas da Ocupação de longa data, entre a vida aparentemente escondida - ainda que escondida sob a sombra da serpente de concreto do Muro da Separação - que eu conheceria nos próximos dias, e a ansiedade sufocada da Cidade Velha de Jerusalém.

Quase como dentro de uma bolha, às vezes era possível passar algumas horas no café local sem se lembrar da condição de fato na qual o município estava inserido - daí, então, olhava-se pela janela e, ao fundo, no topo da colina, lá sempre estava o enorme assentamento de *Gush Etzion*; quando se esbarrava, sem querer, com as bombas de gás e as pedras trocadas entre soldados e crianças do campo de refugiados mais próximo, no horário da saída da escola; tudo embalado no mais perfeito clima de normalidade, entre pequenos intervalos do dia sem água ou sem luz, que rapidamente eram endireitados por um ou outro *shekel* a mais (dos quais nós, ali temporariamente, não como muitas das famílias palestinas locais, podíamos dispor).

A empreitada colonial na Cisjordânia, como será visto na seguinte seção, passou por uma série de adaptações que culminaram, hoje, na aparente normalização da vida, especialmente em algumas cidades sob o privilégio quase supérfluo que é, por enquanto, se estar entre os limites territoriais da administração palestina - situação muito diferente, por exemplo, de cidades em Área C⁸⁸. A estruturação de um extenso labirinto de *nós*, representados por assentamentos, *check-points*, barreias físicas e virtuais, consiste no quadro da experiência da colonialidade nos TPOs hoje, no limite se estendendo ao que chamaremos, mais adiante, de Ocupação Digital, coerente com uma série de elaborações que se deram ao longo dos últimos anos de controle do território, durante os quais cada vez mais se buscou invisibilizar, normalizar e ocultar os métodos de sua manutenção e permanência.

⁸⁷ Área de administração Palestina, segundo a divisão dos Acordos de Oslo.

⁸⁸ De acordo com a divisão estabelecida pelos Acordos de Oslo, zonas sob controle militar israelense.

2.2.1 Historicizando a Ocupação Digital I:

controle e reconfiguração do território (1967-1987)

Uma questão frequente em muitos dos debates e reflexões acerca da Ocupação da Palestina se traduz na percepção de que se trata de um objeto homogêneo, estático e estável, e que eventuais mudanças internas teriam sido respostas à interferência internacional ou à organização da resistência palestina. A Cisjordânia e Gaza estão, hoje, sob um regime de ocupação “temporária” que está em vigor há cinquenta anos, e é de extrema importância considerar as transformações nas relações e nas formas de controle, ao longo do tempo, que tornam evidente o caráter absolutamente dinâmico, flexível e complexo da administração colonial dos TPOs - caráter, inclusive, que pode fornecer pistas na tentativa de se compreender sua permanência e sustentabilidade.

A despeito de um primeiro e breve momento no qual se colocaram em prática mecanismos de limpeza étnica conhecidas durante a *Nakba* palestina de 1948, ainda no primeiro ano da Ocupação, torna-se explícito o caráter distinto que passaria a ser atribuído à administração dos novos territórios adquiridos e de sua população autóctone.

Nessa ocasião, o então Ministro da Defesa, Moshe Dayan, coloca em questão a forma pela qual os Territórios Ocupados deveriam ser geridos, tendo como preocupação central o fato de que, diferentemente do que ocorrera duas décadas antes, a maioria da população da Cisjordânia e de Gaza não foi deslocada durante a Guerra, suas lideranças urbanas e rurais permaneceram no território e não havia possibilidade concreta ou interesse para integrar quase um milhão de palestinos no complexo regime israelense de cidadania⁸⁹, dado o evidente problema que representaria para a “frágil” balança demográfica nacional⁹⁰. A administração dos TPOs passa então a ser organizada em termos do que se considerou uma “política de normalização” (GORDON, 2008, p.48),

⁸⁹ GORDON, N. (2008) AZOULAY, A. OPHIR, A. (2012)

⁹⁰ A questão da balança demográfica, para Israel, se coloca ao longo dos anos do conflito como uma preocupação primordial do Estado. Entre as chamadas *Leis Básicas de Israel*, que correspondem ao que se entende como a constituição formal de um país, consta a *Lei da Dignidade Humana e Liberdade* que, em sua oitava seção, afirma a definição de Israel como um Estado judeu e democrático, tal como a necessidade imperativa de preservá-lo como tal. Por Estado judeu entende-se um Estado de maioria demográfica judaica, o que implica em políticas e medidas frequentemente direcionadas a garantir a manutenção deste *status*. No caso, a incorporação dos palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, em caso de anexação dos Territórios Ocupados, implicaria em um problema demográfico, nesse sentido.

segundo a qual a vida deveria *parecer* o mais inalterada possível. O objetivo era, nas palavras de Dayan, tornar a Ocupação, invisível⁹¹.

A narrativa oficial estabelece diretivas correspondentes ao projeto de normalização de Dayan, sendo elas: imperceptibilidade e não-intervenção. O primeiro ponto se refere ao fato de que todos os sinais da presença israelense nos TPOs deveriam ser minimizadas; o segundo, se refere à ideia de que deveria ser permitido à população dos Territórios viver suas vidas sem perturbações, exceto pelos casos que diretamente interferissem na segurança de Israel⁹². A historiografia revisionista israelense problematiza, nesse sentido, o esforço normalizador do *establishment* israelense desde a primeira década da Ocupação em termos de suas medidas disciplinares - que passavam por políticas de melhoria das condições materiais da vida local - cujo objetivo último seria, sob essa perspectiva, a possibilidade de administrar uma população dócil, associada a um discurso público assimilável, cujo argumento central era o de que Israel seria a força civilizadora para uma Palestina selvagem, de uma população incapaz de governar a si mesma.

Até os anos oitenta, a administração militar israelense emitia relatórios anuais de “prestação de contas”, o que poderia sugerir uma intenção inicial de responsabilidade sobre os palestinos em território ocupado e de deixar claro para a sociedade civil israelense que a Ocupação não tinha nada a esconder, dado que suas intervenções estavam trazendo infraestrutura e desenvolvimento econômico para uma região que estaria, até então, imersa na barbárie. Posteriormente, entretanto, ficaria claro que este momento de transparência e coleta de dados teria sido um elemento importante para o controle dos palestinos nos TPOs, tendo sido mapeados rapidamente todos os aspectos da vida local⁹³.

Os primeiros anos da Ocupação foram bem sucedidos em potencializar a produtividade econômica dos palestinos nos TPOs, ao mesmo tempo em que reduziam sistematicamente suas capacidades políticas. Assim, observa-se desde então a lógica segundo a qual se organizaria o uso das medidas coercitivas nos TPOs, identificada por

⁹¹ GAZIT, 2003, p. 43.

⁹² GAZIT, 2003, p. 44.

⁹³ GORDON, 2008, p. 51.

Eyal Weizman⁹⁴ como uma lógica de “contenção”⁹⁵. Weizman e Gordon afirmam que o exercício da força seria, aqui, empreendido a partir da relação entre o potencial de violência que as forças armadas seriam capazes de colocar em prática e, por outro lado, as práticas, de fato, utilizadas no território. A meta, portanto, de Dayan em relação a ‘Ocupação invisível’, muito se associava ao fato de que a gestão da população em questão só poderia ser bem sucedida enquanto o Estado fosse capaz de ocultar suas tecnologias de controle e que, tendo tornado a linha do armistício de 1948 praticamente inexistente⁹⁶, as atividades empreendidas em Território Ocupado precisavam ser contidas e estratégicas no sentido de evitar maiores tumultos que pudessem impregnar o lado israelense da fronteira (a promoção aparente do desenvolvimento e prosperidade, por exemplo, entraria nessa mesma lógica) (Gordon, 2008).

Lado a lado aos pontos bem definidos do projeto da Ocupação dos territórios - no que diz respeito à integração da economia e a forma de interferência sobre a vida da população local - Israel também lançou mão, em um primeiro momento, de uma estratégia vaga e ambígua no que concernia a seus interesses e objetivos em relação, propriamente, à terra. Se a narrativa da integração econômica e da Ocupação “responsável” e transparente encontravam pouca ou nenhuma oposição na opinião pública, qualquer projeto claro de assentamentos⁹⁷ na Cisjordânia e Gaza - ou, de *colonização*, efetivamente - era indesejado e reprovável, dado seu caráter de contravenção diante da lei internacional e sua incompatibilidade com a promessa de uma Ocupação de curta validade:

⁹⁴ Eyal Weizman é um intelectual e arquiteto israelense, professor na Universidade de Londres, diretor do Centro de Pesquisa em Arquitetura - Laboratório para práticas espaciais críticas e membro do projeto *Decolonizing Architecture* (Beit Sahour, Cisjordânia). Seu trabalho é focado em reflexões acerca da arquitetura da Ocupação, tecnologias de controle e poder disciplinar nos conflitos urbanos.

⁹⁵ Weizman, 2007.

⁹⁶ A configuração atual das fronteiras remete as resoluções que os Acordos de Oslo coloca em pauta, a partir das quais se estabelece um regime restrito de circulação entre Israel e os TPOs. Pelo menos até a Primeira Intifada, em 1987, não havia regulação rígida do deslocamento entre a *Green Line*, inclusive para possibilitar a intensa exportação de mão de obra palestina para Israel.

⁹⁷ O termo “assentamento” se refere as estruturas erguidas, a partir de 1968, em Território Ocupado para transferência de população judaica, na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental, nas Colinas do Golã e na Faixa de Gaza (até 2005). A construção de infraestrutura e alteração das características locais de territórios sob ocupação militar é considerada contravenção a Lei Internacional, e tem sido condenada pela ONU por ser entendida como um dos maiores obstáculos para os processos de paz, uma vez que a população judaica nos TPOs representa um problema para se conceber a devolução dos territórios. Estima-se, hoje, que cerca de 500 mil colonos judeus vivam nos TPOs, em pelo menos 140 assentamentos.

(...) um plano publicamente autorizado teria minado a ostensiva temporalidade da ocupação e expunha as aspirações territoriais de Israel como permanentes. Um plano aprovado teria tornado mais fácil a resistência ao projeto de assentamento, porque o processo arbitrário pelo qual assentamentos foram estabelecidos - a saber, o estabelecimento de um assentamento aqui e outro lá de acordo com circunstância política e oportunidade - bem como a falta de informação sobre a construção de assentamentos criou uma dificuldade estrutural que serviu para dificultar a mobilização de uma oposição contundente. (GORDON, 2008, p. 117-118. Tradução própria.)

A dinâmica a partir da qual, entretanto, as terras palestinas passaram a ser sistematicamente apropriadas, imediatamente após a Ocupação dos territórios, criaram condições concretas para que, com o passar dos anos, a política de assentamentos fosse normalizada - não apenas em prol de interesses de anexação de território, mas (e, talvez, principalmente) em favor dos mecanismos de controle social que se tornaram possíveis a partir da interferência direta na terras e propriedades locais. Associada à retórica da Ocupação Invisível, e da violência contida, uma série de métodos foram utilizados nos TPOs para levar a cabo o confisco e controle de terra, tais como a construção de bases militares, de assentamentos, de estradas secundárias e a transferência de cidadãos Israelenses para dentro da fronteira de 1967.

Weizman⁹⁸ argumenta, nesse sentido, que a Ocupação da Cisjordânia e Gaza deu centralidade a um planejamento territorial e arquitetônico de colonização, em termos do que o autor chama de *políticas de verticalidade*, que definiriam a Ocupação do território em todas suas dimensões: do subterrâneo até o ar e o espaço aéreo, em função da necessidade de administração da população local. Nos primeiros vinte anos da Ocupação, os assentamentos controlavam a maior parte da costa de Gaza e, na Cisjordânia, eram frequentemente erguidos em topos de montanha, aos pés das quais permaneciam, ainda, vilas palestinas. A própria existência dos assentamentos, assim, e dos colonos transferidos para o território serviam como mecanismos de vigilância e policiamento étnico⁹⁹ permanente, dirigidos à garantia de uma população disciplinada e sempre visível, seja em seus espaços de trabalho, de residência ou de trânsito.

Os assentamentos israelenses têm adquirido importância central nas reflexões que buscam compreender os mecanismos de controle específicos à Ocupação da

⁹⁸ Eyal Weizman, *The Politics of Verticality*, Open Democracy em: www.opendemocracy.net.

⁹⁹ GORDON, 2008, p. 138.

Palestina, tais como os de Gordon e Weizman, dado o fato de que se tratam, possivelmente, da primeira grande estrutura responsável pelo controle e vigilância dos Territórios, em um momento no qual todas as estruturas concretas posteriores aos Acordos de Oslo ainda não eram possíveis nem coerentes com a narrativa oficial - da curta duração e da não intervenção. A experiência extremamente peculiar destes assentamentos, quase como enormes subúrbios sofisticados no meio do deserto, completamente destoantes de toda a paisagem ao seu redor, altamente servidos de todo tipo de infra-estrutura - estradas, escolas, hospitais, centros comerciais, centros comunitários - e nos quais se incorpora, de maneira invisível, a força bruta da Ocupação, seja nos postos de controle ou na presença próxima das Forças Armadas, têm transformado, desde 1968, a configuração geográfica dos TPOs de forma a garantir não apenas o permanente controle panoptical sobre os indivíduos, mas também a impossibilidade de qualquer retorno do território a sua configuração original. Hoje os assentamentos na Cisjordânia representam, principalmente, um obstáculo à continuidade espacial de zonas do território que deveriam estar sob administração palestina e, aos poucos, separam os palestinos da região entre labirintos de estradas e zonas restritas que acompanham as fronteiras artificiais (e ilegais) erguidas ao redor deles, tornando quase a metade do território da Cisjordânia inacessível a sua população.

A dimensão talvez mais evidente - material e verificável - do prolongado processo de colonização dos territórios, vem sendo traduzida, por alguns autores, nos termos do desenvolvimento da política para assentamentos ao longo dos anos da Ocupação,

A política de colonização de Israel - e suas implicações políticas, territoriais e demográficas - tem sido objeto de intenso debate na mídia local e internacional há décadas. Os assentamentos representaram uma fonte contínua de atrito nas relações entre israelenses e palestinos e um obstáculo aparentemente intransponível para a negociação. Seu crescimento constante nas últimas cinco décadas os transformou no que é amplamente considerado como o mais significativo “fato no terreno” estabelecido por Israel nos territórios conquistados em 1967: hoje cerca de 600.000 israelenses (de um total de oito milhões) vivem na Cisjordânia - duzentos mil dos quais em Jerusalém Oriental (...) Em contraste com a ênfase comum da ideologia religiosa e fé messiânica, eu argumento que a melhor maneira de entender o desenvolvimento do projeto de assentamento de Israel é considerar seu desenvolvimento como um processo contínuo e dinâmico de normalização que não foi produzido por um agente específico, mas sim moldado por processos e mudanças maiores, originados da sociedade israelense. (HANDEL, A. ALLEGRA, M. MAGGOR, E., 2017, p. 8. Tradução própria.)

Na tentativa de garantir, nesse sentido, a *normalidade* da vida nos assentamentos israelenses na Cisjordânia e Jerusalém Oriental, foi e continua a ser necessária a reunião de uma série de condições para a manutenção e permanência dessas comunidades, tais como a presença militar, os *checkpoints*, e todo um sistema exclusivo de vias e estradas que não apenas proíbe o trânsito palestino por certas vias, como também força seu fluxo na direção justamente dos caminhos e percursos mais obstacularizados e rigidamente monitorados. A presença civil israelense nos TPOs, é possível constatar, não apenas configura mais uma fonte de controle e vigilância sobre a população palestina local, como também por si mesma exige a reprodução continua de outras estruturas de monitoramento entendidas como necessárias para a garantia de sua própria existência.

Outra das mais profundas transformações na estrutura local constata-se no plano do desenvolvimento e do trabalho, a partir do qual, também, parte uma reflexão a respeito do primeiro momento de transformação do caráter da Ocupação. Se, por um lado, de fato havia algum aumento na qualidade de vida nos TPOs, por outro, estipulavam-se medidas que impossibilitavam qualquer tipo de desenvolvimento da economia local, transformando a sociedade palestina em uma sociedade de exportação de força de trabalho, destinada aos países do Golfo mas, principalmente, a Israel.

Os palestinos que foram integrados ao mercado israelense rapidamente se viam participando de atividades cujos resultados diretamente interferiam na possibilidade de libertação de sua própria terra - tais como a construção de assentamentos na Cisjordânia - ao mesmo tempo em que se percebiam submetidos a condições de trabalho violentas e precárias, de modo que:

A integração econômica que realmente melhorou os padrões de vida na sociedade palestina durante a primeira década de ocupação aumentou sua vulnerabilidade. Não reduziu a dimensão da apropriação de terras, mas fornecia as condições para sua exacerbação. Milhares desistiram de sua agricultura tradicional e foram trabalhar na construção e serviços dentro de Israel. Eles abandonaram suas terras, algumas das quais foram declaradas “terras de pesquisa”, seu status não está claro e seu uso prescrito foi suspenso, enquanto outros foram invadidos por colonos israelenses sem autorização, alegando que eles eram abandonados. (AZOULAY e OPHIR, 2012, p. 53. Tradução própria.)

Aos poucos se tornava evidente, principalmente diante de um contexto de recessão econômica nos anos oitenta, que as estratégias de normalização empreendidas continham, nelas mesmas, contradições profundas, equilibrando-se em uma fronteira sutil - e possivelmente insustentável - entre a colonização e a separação. Para Gordon (2008), Azoulay e Ophir (2012), os próprios aparatos e práticas de controle colocados em prática nos TPOs expuseram a natureza permanente da Ocupação, alteraram a estratificação social¹⁰⁰ local e tiveram efeito direto na possibilidade de unificação de uma sociedade historicamente fragmentada.

A abrupta reversão do cenário de prosperidade da década anterior, a crescente percepção a respeito do alto número de colonos sendo transferidos para os territórios, associada a uma economia parcialmente integrada em decadência, criou algumas das condições concretas para a unificação da reivindicação palestina em termos de uma luta nacional que demandava um Estado soberano.

Às vésperas da Primeira Intifada, Israel se depara com o grande primeiro momento de inflexão de seus mecanismos de controle dos Territórios Ocupados. A contribuição de Gordon, na mesma direção do argumento de Achille Mbembe em *Necropolitics*, sugere que a administração israelense dos TPOs, desde 1967, teria lançado mão de três tipos de aparatos de controle, fundados em mecanismos de poder disciplinar, *biopoder* e poder soberano (GORDON, 2008, p. 15) . Ao longo do tempo, Israel enfatizaria ora um, ora outro tipo de aparato, sendo que, para Gordon, o primeiro tipo (disciplinar) teria efeito sobre o indivíduo, fragmentando sua vida cotidiana e estaria associado com a maximização de sua produtividade e correspondente docilidade; o segundo tipo (biopoder), neste contexto, se daria sobre diversos aspectos da vida da população no que se refere as taxas de fertilidade, expectativa de vida e taxa de desemprego, por exemplo, que poderiam ser artificialmente reduzidas ou infladas de acordo com o objetivo da administração dos TPOs; o terceiro tipo (poder soberano), por fim, estaria associado ao uso de medidas coercitivas e da força, propriamente ditas, e teria sido - nas duas primeiras década da ocupação - o menos presente (ainda que sempre potencial).

¹⁰⁰ Ao impossibilitar qualquer forma de desenvolvimento da economia local senão pela interferência da administração israelense, reduzir as possibilidades de trabalho dentro do território e nos setores tradicionais daquela região, e direcionar a grande maioria dos palestinos dos TPOs para sub-empregos nos assentamentos ou em Israel, a administração da Ocupação teria reduzido diferenças internas da sociedade civil palestina, especialmente no que se refere a classe e gênero, tendo deslocado as elites tradicionais palestinas e inserido as mulheres no mercado de trabalho.

A alternância entre o tipo de aparato de controle predominante, e seus correspondentes conceitos de poder, se deu desde o princípio da tomada dos Territórios e, independentemente das transformações pelas quais as estruturas fundamentais da Ocupação passariam ao longo dos anos, esses três mecanismos estariam sempre presentes, de uma forma ou de outra. A questão primordial que, entretanto, vem à tona com a explosão da Primeira Intifada e com seus efeitos subsequentes, é a do deslocamento - ou, da substituição - de uma política da vida, que objetivava o controle da terra mediante a garantia de uma existência sustentável para a população palestina local, por uma política da morte¹⁰¹. A configuração à qual Mbembe se refere como a “mais bem realizada forma de *necropoder*”¹⁰² da Ocupação colonial da Palestina, por sua vez, se consolidaria a partir deste contexto.

Para os palestinos dos TPOs, então, a Ocupação não apenas deixara de ser invisível, mas estava cada vez mais evidente e os anos seguintes testemunharam perturbações cotidianas no espaço público¹⁰³. A expressão máxima, até então, do que se entende como a democratização da resistência palestina¹⁰⁴, se dá na forma da Primeira Intifada, em 1987.

2.2.2 Historicizando a Ocupação Digital II:

O Estado dos *Checkpoints* (1987-2000's)

Em 8 de Dezembro de 1987, um tanque colide com um carro transportando trabalhadores palestinos do campo de refugiados de Jabalya, na Faixa de Gaza, para Israel, culminando na morte de quatro palestinos, e em outros sete gravemente feridos. Rapidamente espalharam-se rumores de que o motorista israelense teria provocado intencionalmente a colisão e, na mesma noite, milhares de palestinos marcham em uma manifestação massiva. A resposta violenta de Israel em *Jabalia*, então, leva à morte de

¹⁰¹ GORDON, 2008, p. 4

¹⁰² MBEMBE, A. 2003, p. 23. Aqui, *necropoder* não apenas entendido como o poder soberano de tirar a vida, como também o de submissão a um estado de exceção entre a vida e a morte, característico dos regimes coloniais modernos.

¹⁰³ AZOULAY e OPHIR, 2012, p. 59.

¹⁰⁴ AZOULAY e OPHIR, 2012, p. 60. Se referem ao fato de que, pela primeira vez, tratou-se de um movimento orgânico, do qual participaram trabalhadores, jovens, mulheres, e não correspondeu às organizações políticas preponderantes anteriormente na Cisjordânia, restritas a uma elite política tradicional, representada por homens das grandes famílias de maior poder econômico da região.

um jovem palestino de dezessete anos, o que marcou a explosão do levante, se difundindo, primeiro, entre os campos de refugiados e, um ano depois, entre as vilas e cidades.

Como nunca antes, a Intifada interfere no centro da vida política israelense, trazendo a Ocupação para o centro do debate público, dentro de Israel e em âmbito internacional, expondo a truculência da administração militar. As explicações atribuídas ao levante popular palestino incluem a percepção de que o movimento de resistência teria se radicalizado em um contexto de crescente desemprego e exportação da mão de obra, que se somou a um sentimento geral de humilhação compartilhado pela população palestina dos TPOs e à crescente adesão à Organização para a Libertação da Palestina (OLP) nos anos 1970. O levante popular palestino, mais do que qualquer coisa, expunha o fracasso da normalização e da Ocupação Invisível de Moshe Dayan.

A resposta institucional à primeira Intifada foi dada em termos de um crescimento exponencial das formas de controle que já eram empreendidas e do uso indiscriminado da violência, traduzido no maior número de vítimas palestinas da Ocupação até o momento,¹⁰⁵ como resultado da política de “punho de ferro” do Primeiro Ministro, Yitzhak Rabin¹⁰⁶ - o mesmo que alguns anos depois receberia o Prêmio Nobel da Paz -, que, na ocasião, publicamente afirma ser necessário “quebrar os ossos deles”, recomendação que as FDI tomaram literalmente. Estava aberta a temporada de suspensão de todo e qualquer direito civil dos palestinos que, majoritariamente, vítimas das Forças Armadas, também passaram a ser mortos pelos colonos judeus - civis - dos assentamentos nos TPOs: a população palestina de Israel e dos TPOs, portanto, adquirira rapidamente status de *homo sacer*¹⁰⁷, no sentido de que se tornavam passíveis de morte não só pelo Estado, mas por qualquer um que desejasse vê-los mortos. A realidade, até então oculta, da violência intrínseca à manutenção da Ocupação da Palestina era revelada, e a gestão do território e de sua população tinha,

¹⁰⁵ GORDON, 2008, p. 156,

¹⁰⁶ Rabin, líder do Partido Trabalhista em 1992, foi Primeiro Ministro entre 1974 - 1977 e 1992 - 1995, e Ministro da Defesa entre 1985-1990. É conhecido por ter sido o primeiro chefe de Estado israelense nascido dentro das fronteiras do que viria a ser Israel e por ter sido, em 1995, assassinado durante as negociações dos Acordos de Oslo, por um sionista radical em oposição ao prosseguimento dos processos de paz. Recebeu, em 1994, o Prêmio Nobel da Paz, ao lado de Shimon Peres e Yasser Arafat.

¹⁰⁷ Imagem que se refere a uma figura do direito romano que representa a suspensão dos direitos civis de um indivíduo, como resposta a uma ameaça que representaria a própria existência do Estado, que não mais teria a prerrogativa de preservar sua vida.

pela primeira vez, implicações negativas em termos de sua sustentabilidade financeira.

Em resumo,

(...) A revolta conseguiu desmascarar e politizar a ocupação. O uso de medidas punitivas que tiveram um forte impacto antes da erupção da intifada - como deportação, tortura, demolição de casas e toques de recolher - se mostrou ineficaz, e ficou claro para Israel que não podia mais contar com poder disciplinar para produzir senso de normalidade, como havia feito no passado. O movimento nacional palestino era forte e não estava prestes a entrar em colapso, e Israel percebeu que teria que continuar a implantar milhares de soldados apenas para sustentar o controle da terra. Tudo isso enfatizou a necessidade de mudar as estratégias. E é precisamente aí que Oslo entra em cena (GORDON, 2008, p. 168. Tradução própria.)

Os Acordos de Oslo¹⁰⁸, deste ponto de vista, concretizam a percepção de que a insustentabilidade da Ocupação, sentida durante os anos da Intifada, não seria necessariamente intrínseca à sua permanência, desde que alterações fossem feitas no regime de controle do território e, principalmente, da população. O processo de divisão de áreas de administração¹⁰⁹ entre Israel e a recém instituída Autoridade Palestina, então, representa o deslocamento de uma ideologia da separação - que, anteriormente, era constatável, ainda que tímida, na construção dos assentamentos - para o centro da administração dos TPOs, a partir da qual se instituiriam novas formas de controle e gestão da população,

Para os palestinos, a separação significava desemprego, frequentes fechamentos e restrições de movimento. Mudanças no que diz respeito à liberdade de movimento já estavam em obras durante a Primeira Guerra do Golfo. Durante os anos de Oslo, o fechamento tornou-se o principal meio de controle nos Territórios Ocupados e um dos principais símbolos do aparelho governante. Como mecanismo de governo, durou mais que todos os acordos que acompanhou. Serviu como uma fórmula de fragmentação do espaço que enquadrava as práticas de controle visíveis e pensáveis e moldadas cuja eficácia e brutalidade atingiram o auge durante a Segunda Intifada (...) O fechamento sempre foi racionalizado em termos da necessidade de

¹⁰⁸Os Acordos de Oslo, mediados pelo presidente norte-americano Bill Clinton, foram negociados entre Yitzhak Rabin e Yasser Arafat, então líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e assinados em 1993 (Oslo I) e 1995 (Oslo II).

¹⁰⁹Os Acordos de Oslo estabelecem uma série de diretivas entendidas como os passos necessários para que uma resolução pacífica do conflito fosse possível. Entre elas, consta a gradual retirada das FDI da Faixa de Gaza e da Cisjordânia e a divisão dos TPOs em Área A (administração total da Autoridade Palestina), Área B (administração civil palestina e controle militar israelense) e Área C (administração militar israelense). O acordo previa que a divisão seria temporária e que, em 5 anos, se renegociaria a entrega total dos territórios à Autoridade Palestina. A renegociação não aconteceu e a configuração então estabelecida permanece até hoje.

“combater o terrorismo”, mas sempre afeta a população em geral, restringindo o movimento dos palestinos, interrompendo sua atividade e desvendando o tecido das relações sociais em todas as esferas da vida. (...) A quase autonomia transferida para a AP foi severamente controlada por um sistema que fazia tudo depender de uma simples decisão do aparato governante: fechar ou deixar em aberto? (AZOULAY e OPHIR, 2012, p. 71. Tradução própria.)

Azoulay e Ophir argumentariam que os mecanismos de separação, dentro de um mesmo regime de controle, constituíram o que os autores chamam de "modelo da inclusão exclusiva", no qual a dominação se dá através da separação espacial entre territórios de jurisdição distintas e separação entre aqueles entendidos como cidadãos e aqueles entendidos como não-cidadãos. A reorganização do espaço e a restrição ao movimento, pautadas pelo processo de paz, rapidamente se colocaram como a principal forma de administração da vida nos TPOs, interferindo, inclusive, na forma como a força militar seria introduzida a partir de então. Paradoxalmente, o fundamento da separação, depois dos anos de Oslo, estaria sempre associado a uma contrapartida de intervenção, contato e interação - sempre de acordo com os padrões permitidos pela autoridade israelense, a fim de garantir que as fronteiras - concretas e simbólicas - permanecessem sempre erguidas. A esse respeito, os autores acrescentam:

As funções e a interação dessas formações de dois poderes mudaram ao longo dos anos, mas o padrão básico e a diferença permaneceram inalterados. O poder busca obter algo através do contato, seja por meio de persuasão ou coerção, cria separação - por exemplo, quando os moradores palestinos abandonam um bairro por causa das freqüentes incursões das forças de segurança israelenses ou invasões por colonos judeus. E o poder cuja lógica é a separação, necessariamente, cria contato e atrito, como acontece em todos os pontos de verificação. (...) A resistência palestina tem sido um subproduto primário dessas forças opostas (...) Ela assumiu várias formas, civil e armada, mas o frio quase sempre é visto como um esforço para restabelecer a separação onde as autoridades de ocupação a haviam apagado. ou eliminar a separação e impor contato e fricção onde as autoridades da Ocupação procuraram institucionalizar a separação (AZOULAY e OPHIR, 2012, p. 79. Tradução própria.)

Na mesma direção do argumento de Azoulay e Ophir, Gordon acrescenta que a década de 1990 representou um deslocamento do princípio de colonização para o princípio da separação, enfatizando que os processos de paz nada mais fizeram do que reorganizar o poder da Ocupação, sem de fato alterar suas estruturas¹¹⁰. A colonização e

¹¹⁰ Gordon, N. 2008, p. 206

a separação se diferenciariam pelo fato de que, enquanto o primeiro princípio contém algum interesse sobre a população local em termos de como melhor administrá-la em função da possibilidade de explorar seus recursos, o segundo abdica de qualquer tipo de responsabilidade sobre a mesma - instaurando, portanto, a referida política da morte.

Do ponto de vista da reflexão de Mbembe, e mesmo da de Fanon, entretanto, não haveria nada mais coerente do que um projeto colonial fundamentado sobre um princípio violento de separação. A fragmentação territorial, a expansão dos assentamentos, as estradas restritas, de pontes, de túneis - de enclaves - seria característica clara da moderna ocupação colonial, podendo enfatizar as duas geografias - mutuamente exclusivas, ainda que em contato/confronto - convivendo no mesmo espaço¹¹¹. Também para Fanon, o mundo colonial é aquele compartimentado e dicotômico¹¹² - das fronteiras delimitadas pelos postos de controle -, é o de duas zonas que se excluem e entre as quais não pode haver conciliação possível pelo simples fato de que em uma delas consta um “outro” que não deve existir, um outro “impermeável à ética”: o mal absoluto¹¹³. A radicalização da ocupação da Palestina, portanto, traz em seu centro não apenas o controle e a separação, mas a sistemática reclusão da população local, cada vez mais dividida entre si e cada vez mais isolada:

A ocupação colonial tardia é uma concatenação de múltiplos poderes: disciplinares, biopolíticos e necropolíticos. A combinação dos três aloca ao poder colonial uma dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O estado de sítio é em si uma instituição militar. Permite uma modalidade de matança que não distingue entre o inimigo externo e o inimigo interno. Populações inteiras são o alvo do soberano. As aldeias e cidades sitiadas são isoladas e isoladas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. A liberdade é dada aos comandantes militares locais para usar sua discricção quanto a quando e quem atirar. O movimento entre as células territoriais requer licenças formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. assassinato invisível é adicionado a execuções definitivas. (MBEMBE, A. 2003, p. 31. Tradução própria.)

A *dispensibilidade* da vida palestina se torna mais evidente nos anos subsequentes ao passo que, durante a segunda Intifada (2000 - 2005), mais palestinos foram mortos ou feridos, por ano, do que nos vinte primeiros anos de Ocupação dos

¹¹¹ MBEMBE, 2003, p. 28.

¹¹² FANON, 2005, p. 54.

¹¹³ FANON, 2005, p. 59.

territórios¹¹⁴. A lógica, a partir dos anos 2000, seria a de preservar os TPOs em um estado de permanente crise, de iminente catástrofe, sem que Israel precisasse arcar com quaisquer custos no que diz respeito à manutenção da vida da população sob sua administração.

Se a Primeira Intifada representa uma primeira grande transformação no paradigma de poder e controle empregado na Ocupação da Palestina, um segundo momento de inflexão fundamental se dá em 2005, perfeitamente de acordo com o princípio de separação vigente, com a “Lei de Implementação de Retirada”, de Ariel Sharon¹¹⁵, que determina a retirada da presença israelense civil e militar da Faixa de Gaza.

Gaza constituía, desde 1967, um território fundamentalmente diferente da Cisjordânia, considerando sua alta densidade demográfica e o fato de que pelo menos sessenta por cento de seus habitantes eram refugiados palestinos de 1948¹¹⁶, que nunca deixaram de reivindicar o direito de retorno a suas vilas de origem. Trata-se, desde o princípio, de um problema administrativo para Israel, no sentido de que representava um espaço instável de atividade política muito mais intensa, que aproximava perigosamente os refugiados da *Nakba* das fronteiras do Estado. O processo de paz, por sua vez, garante as condições concretas para que Israel transferisse a responsabilidade administrativa da população para a Autoridade Palestina - na Cisjordânia - e transformasse, a partir de 2005, o território em um enclave - separado, cercado e desconectado (de Israel e dos próprios palestinos para os quais a realidade da Faixa de Gaza passa a ser desconhecida e distante). A Retirada teria consolidado o território de Gaza como uma terra de ninguém, a mercê das agências humanitárias internacionais, ainda que permanecesse - até hoje - sob controle direto de Israel, de modo que não haveria a possibilidade, para a Autoridade Palestina, de assumir a administração do território, de fato¹¹⁷.

¹¹⁴ GORDON, 2008, p. 208

¹¹⁵ Sharon foi comandante das FDI desde sua fundação, Ministro da Defesa, em 1982, durante a campanha contra o Líbano (considerado o maior responsável pelo conhecido massacre de Sabra e Shatila), e é considerado uma das principais figuras da história militar de Israel. Líder do *Likud*, partido de centro-direita, em 2000 e Primeiro Ministro entre 2001 e 2006.

¹¹⁶ AZOULAY e OPHIR, 2012, p. 120.

¹¹⁷ AZOULAY e OPHIR, 2012, p. 124

Da segunda metade dos anos da Ocupação dos Territórios, o que nos concerne aqui é reter que a atual “geografia do desastre”¹¹⁸ se refere quase que apenas à etapa mais recente do controle israelense dos TPOs; até os anos 1990, é importante enfatizar, não havia restrições institucionalizadas ao trânsito de palestinos dentro ou fora dos Territórios Ocupados - e, mesmo durante os anos 1990, os enclaves estabelecidos consistiam, principalmente, em mecanismos não permanentes, tais como cubos de concreto, portões de ferro, cercas ou trincheiras¹¹⁹. Do caráter de permanência dos obstáculos que passam a ser implementados a partir dos anos 2000 se destaca a velocidade e a intensidade pela qual barreiras de todo tipo passaram a se multiplicar,

Após o surto da segunda intifada, em setembro de 2000, as restrições ao movimento aumentaram drasticamente, e o TPO foi dissecado em muitas dezenas de "células terrestres" em constante mudança. Em janeiro de 2006, na Cisjordânia, havia cinquenta e oito postos de controle tripulados e 471 blocos não tripulados. “Pontos de verificação surpresa”, consistindo em um jipe ou veículo blindado e um pequeno número de soldados, não estão incluídos nesses números, embora sua interrupção da vida seja ainda maior que a das barreiras permanentes, para as quais é possível preparar e estimar o tempo necessário para passar por eles. De acordo com um relatório do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), no início de 2006, havia, em média, 100 postos surpresa por semana. Além de todas as barreiras mencionadas, há dezenas de quilômetros de cercas ao longo de estradas nas quais o movimento palestino é proibido e, é claro, o Muro de Separação. (HANDEL, 2009, p. 183. Tradução própria.)

A Cisjordânia que conheci, em 2014, era uma de separações, barreiras, invólucros já cristalizados, quase dez anos depois da Segunda Intifada. Algumas cenas que circulavam na mídia internacional no começo dos anos 2000 - de soldados e blocos de concreto em estradas de terra, e que carregavam consigo a ideia, ainda, de que se tratava de uma intervenção temporária - foi substituída, em pouco mais de uma década, por estruturas que, mais do que nunca, estariam marcadas pela impossibilidade de serem interpretadas como transitórias.

Os postos de controle podem ser entendidos como o espaço substancial da vida dos palestinos sob ocupação a partir de Oslo (WEIZMAN, 2007; GORDON, 2011; HANDEL, 2009), que fizeram dos TPOs a *terra dos check-points*¹²⁰ - incorporando o

¹¹⁸ Handel, A. 2009.

¹¹⁹ Ibid, p. 183.

¹²⁰ Bishara, A. 2001.

controle e a disrupção, cada vez mais, no cotidiano - no caminho das crianças para a escola, no caminho do trabalho, da universidade, entre casas de famílias, entre hospitais, universidades - e nos espaços do dia-a-dia.

Checkpoint de Al-Zeitun, em Jerusalém Oriental

(Foto: Cortesia de Gabriel Mathias Soares)

Tive - talvez - a sorte de ter transitado entre poucos postos de controle durante minha estadia nos Territórios, e acabei por me familiarizar com aquele que às vezes usávamos para a passagem entre Belém e Jerusalém, o *checkpoint* 300 - ou *Gilo Checkpoint*, amplamente utilizado por palestinos que atravessavam a fronteira para trabalhar, todos os dias, em Jerusalém Oriental.

Entrada do *checkpoint 300*
(Foto: Cortesia de Gabriel Mathias Soares)

Nas primeiras horas do dia, antes mesmo do amanhecer, as intermináveis filas de trabalhadores já estavam formadas nos corredores de grades de ferro - quase como jaulas - e nos trechos de concreto que controlam o fluxo até a checagem de documentos. A Palestina de minhas viagens, sempre entre os meses de dezembro e fevereiro, era uma de invernos rigorosos e úmidos, que faziam das filas nos postos de controle - debaixo do frio, debaixo de chuva, debaixo de neve - das representações mais concretas da

truculência da Ocupação que presenciamos de perto. O tempo estimado para a passagem era sempre imprevisível, em especial nos horários de grande fluxo, durante os quais os responsáveis designados para aquele posto - que nos últimos anos têm incluído funcionários de segurança privada -, gozavam da autonomia de interromper o tempo, interromper, todos os dias, as vidas dos cerca de 15 mil palestinos que cruzam o 300 entre as quatro e as oito horas da manhã. Ao longo da fila de trabalhadores, também se forma uma fila, chamada pelas autoridades de Israel de *via humanitária*, destinada às mulheres, crianças e idosos que, com frequência, são levados a esperar ainda mais tempo para ter autorizada a passagem. O sentimento que prevalece no trânsito entre o 300 e outros postos de controle da Cisjordânia não deixa de ser muito diferente do sentimento que era comum entre os observadores dos *check-points* dos anos da Intifada: o de que não há regra nem previsibilidade possível, ainda que as longas filas sejam inteiramente compostas de transeuntes portadores dos documentos formalmente exigidos para a entrada.

Uma vez passadas as longas filas, os fluxos são direcionados para dentro de um amplo saguão, bem iluminado, limpo e de cor amarelo-hospitalar, dividido entre cancelas, catracas e guichês de janelas grandes, dentro das quais sentam-se os seguranças locais que, sem nem precisar levantar os olhos na direção de seja quem for que estiver aguardando, liberam ou paralisam as portas giratórias de pelo menos outros três corredores entre o amplo saguão e a prenunciada entrada em Jerusalém. Não foram poucas as vezes em que me surpreendi olhando em volta, enquanto “presa” entre uma porta giratória e outra, com meu passaporte aberto e visto em mãos, procurando o que faltava fazer ou com quem faltava falar para que minha entrada fosse permitida - faltava apenas esperar.

O *check-point 300*, mais tarde eu perceberia, era um espaço excepcional. Excepcional em sua elaboração, arquitetura e tecnologia de controle. Tendo sido parte de um projeto de desmilitarização do controle das fronteiras e de (alguns) postos de controle, o trânsito no labirinto de ferro e concreto que dividia Belém de Jerusalém exibia sinais claros de um novo momento - e uma nova racionalidade - da Ocupação que representava. Pouco mais de 20 km ao sul de Belém, a cidade de Hebron se vê ainda testemunha de estruturas anteriores, de uma truculência típica dos anos imediatamente antes e após Oslo, servindo de exemplo à percepção de que no controle dos TPOs se intercalam e relacionam tecnologias e técnicas de controle e manifestações do projeto

colonial que embora evidenciem suas “versões” mais sofisticadas, não deixam de resguardar alguns tons de suas manifestações ríspidas.

Crianças e jovens palestinos em Hebron cruzando o *checkpoint* para ir a escola
(Foto: Cortesia de Gabriel Mathias Soares)

Saída de *checkpoint*, em Hebron H2
(Foto: Cortesia de Gabriel Mathias Soares)

Palestinos passam pães frescos para vender por baixo das grades de *checkpoint* em Hebron
(Foto: Cortesia de Gabriel Mathias Soares)

Hebron constitui um cenário específico no que se refere às cidades palestinas ocupadas da Cisjordânia, por conta de sua divisão interna entre uma área sob controle da Autoridade Palestina (H1) e uma área sob controle militar israelense (H2)¹²¹. Visitei Hebron algumas vezes, sempre muito impressionada com a maciça presença militar que não tinha visto anteriormente em nenhuma outra cidade palestina. Um palestino local guiou nosso grupo em 2014, procurando evidenciar as peculiaridades do contexto até que, pela primeira vez em minha primeira estadia nos TPOs, com o característico sorriso palestino-sarcástico no rosto, nos levou até o *check-point* da Rua *Shuhada*¹²² - por onde lentamente passamos, e ele não. Em um limite da rua, o estreito *check-point* tinha sobre suas portas giratórias - de entrada e de saída - um sinal de luz que indicava a possibilidade de passagem: verde ou vermelho, importando pouco quem estivesse do lado de fora - fosse uma criança com sua bicicleta ou um senhor com seu burro de carga - aqui não havia *via humanitária*. Diferentemente do que tínhamos em Belém, no 300, na Rua *Shuhada* os militares rapidamente apareciam no meio do caminho - curto, úmido, gelado e escuro - entre as duas portas giratórias, pelas quais passava-se um de cada vez, nos perguntando quanto tempo passaríamos do outro lado - no qual, algumas vezes, encontrávamos também logo adiante postos de controle móveis, que nos informavam que de certo ponto, naquele dia - por nenhuma razão aparente - não poderíamos atravessar. Não me parecia, naquele momento, haver pior fortuna possível do que a de se estar interrompida, sozinha naquele intervalo lúgubre onde brilhava apenas o sinal vermelho da proibição, entre duas portas enferrujadas pelas quais pode-se sempre ver o outro lado, ainda que se esteja impedido de nele entrar.

Em uma dessas ocasiões, um de nossos companheiros palestinos nos acompanhou até a passagem, e, conosco, se pôs a pedir para que o soldado nos explicasse por que ele não podia passar. “Você sabe”, ele dizia, “você sabe”. Perguntávamos nós, então, por que é que ele nos deixaria atravessar mas não a ele - não obtivemos respostas, apenas alguns minutos a mais de questões a respeito do que

¹²¹ O controle da cidade era integralmente de responsabilidade de Israel até 1997, com a assinatura do chamado Protocolo de Hebron. A H2 é conhecida por reunir, além de 35 mil habitantes palestinos, cerca de 500 colonos em assentamentos ilegais dentro da Cidade Velha - que foi, em 2017, declarada Patrimônio Mundial do Estado Palestino pela UNESCO. A população palestina de H2 tem diminuído drasticamente nos últimos anos, em resposta as restrições extremas e proibições no que se refere a inserção palestina no mercado local.

¹²² Principal rua do centro da cidade, que leva a Tumba dos Patriarcas, foi fechada em 1994 para trânsito de palestinos. Alguns anos mais tarde, a rua foi liberada para passagem mas não para re-abertura das lojas e centros comerciais, o que contribui para fazer do centro palestino da cidade de Hebron uma cidade fantasma.

estávamos fazendo ali, até quando e por quê. Afastamo-nos pelo caminho da rua-fantasma, e o deixamos, a ele e seu sorriso palestino-sarcástico ainda a debater com o soldado. Era evidente, entretanto, que ele não procurava respostas.

Sem grandes saguões “decorados” com plantas artificiais em um canto ou outro, sem guichês de vidro e sem segurança privada, os *check-points* de Hebron, tais como o da Rua *Shuhada*, são espaços de controle de fluxo menos preocupados em ocultar sua presença e sua razão de ser - o que, de fato, tem contribuído com a redução da população palestina na cidade, para a qual o assédio e a violência em espaços militarizados de controle arbitrário - somados à impossibilidade de desenvolvimento econômico local - tem inviabilizado cada vez mais as condições de sua permanência.

O fato de que as vidas dos palestinos nas mais diversas vilas e cidades dos TPOs passaram a ser regularmente permeadas por interrupções no espaço - e no tempo - implica na estrutura que Ariel Handel¹²³ identifica como a de uma “geografia do desastre”:

A decomposição do espaço pelas políticas israelenses nos TPO prejudica a capacidade dos palestinos de trabalhar, produzir, vender, comprar, estudar, curar, conhecer alguém, manter contato, organizar, coordenar, resistir, lutar. Os limites de movimento impostos por restrições fisiológicas e de acoplamento nesse sentido são definidos como um evento de larga escala no qual o sofrimento e a perda ocorrem juntamente com o colapso parcial ou total do sistema de espaço e tempo. Em períodos de desastre, padrões e regras regulares são suspensos, mas não cancelados ou permanentemente alterados, uma vez que o desastre é, por definição, limitado no tempo (e no espaço). Durante esse tempo, entretanto, é difícil, se não impossível, discutir padrões ou regras, coordenar, sincronizar expectativas. Espera-se que um governo em uma zona de desastre restaure a rotina e a ordem e seja julgado, entre outras coisas, pela quantidade de tempo que leva para conseguir isso. A situação nos TPOs pode ser definida como um “desastre contínuo”, uma vez que a incerteza se tornou a única certeza verdadeira e seu fim não está à vista (HANDEL, 2009, p. 193. Tradução própria.)

Exemplos tais como o *check-point 300* e *Qalandia* - localizados em pontos de trânsito intenso de pessoas - ilustram o processo que, a partir de 2006, passa a transferir o controle militar dos postos nas fronteiras para outros campos administrativos da Ocupação, que procuraram ressignificar os espaços enfatizando um suposto caráter de “terminais” típicos de quaisquer fronteiras nacionais, não tão diferentes de aeroportos,

¹²³ Diretor do projeto *Lexicon for Political Theory* e co-diretor do Minerva Humanities Centre, da Universidade de Tel Aviv. Se dedica principalmente a estudos de geografia política, violência e configuração do espaço.

por exemplo. Em 2010, pelo menos metade dos postos de controle e trânsito permanentes nos TPOs tinha sido transferida para o chamado *Crossings Directorate*, responsável pela *biometrização* e desmilitarização do controle de “fronteiras” internas da Ocupação.

Os dispositivos biométricos disponíveis nos recentes “terminais” da Cisjordânia e de Gaza, exigem a leitura da geometria facial e das digitais de cada pleiteante a passagem, somada à exigência da apresentação e leitura dos já referidos cartões de identidade magnéticos, que contribuem para reunir um conjunto de dados a respeito dos centenas de transeuntes palestinos que atravessam os postos de controle todos os dias, sem prescindir da rotina *low tech* que continua exigindo a apresentação de cartões de identidade “tradicionais” e uma série de revistas e checagens de segurança, além das habituais interrupções das filas - e do tempo - que, como coloca Handel, associam-se à manutenção do desastre permanente. A despeito da *tecnologização* e *desmilitarização* das passagens, os sempre estreitos corredores que conduzem ao sempre ainda mais estreito conjunto de portas metálicas giratórias, continua congregando multidões. Em intervalos que podem levar poucos ou muitos minutos, as mesmas luzes que conduzem o fluxo nos *check-points* (militarizados) de Hebron ascendem em verde, autorizando temporariamente um pequeno grupo de pessoas - como é o caso em *Qalandia* e no 300, por exemplo - a se encaminhar para a etapa biométrica da verificação - que simultaneamente confere as digitais, o rosto e as identidades (magnética e tradicionais) de cada indivíduo nas longas filas - que, por sua vez, nessas circunstâncias, não tem contato nenhum com militares e, muitas vezes, contato nenhum com administradores de qualquer tipo, como parte da “estratégia” da administração israelense de reduzir confrontos e conflitos em pontos de passagem e postos de controle. Caso, portanto, uma ou outra pessoa não tenha suas digitais, geometrias faciais e dados biométricos identificados ou autorizados pelo sistema, ela permanece proibida de atravessar, sozinha atrás de paredes de vidro, sem ter a quem recorrer ou justificar. Evidentemente, portanto, o sistema possibilita que se acumulem “pessoas proibidas” nesses intervalos envidraçados que, não tendo com quem falar ou, muitas vezes, para onde retornar, também passam a contribuir para interromper os fluxos daqueles que ainda aguardam o ascender da luz verde da autorização arbitrária. Para Zureik,

A utilização intensificada das coisas - na verdade, a desumanização da fronteira - também se traduz em um projeto de desumanização do palestino na fronteira. Através da utilização de coisas não-humanas na fronteira, a mudança de Israel da de-humanização para a desumanização - ou seja, sua tentativa de civilização - é feita para parecer não apenas necessária, científica e neutra, mas também positiva e progressiva. (...) O resultado da transformação do ponto de verificação é que a tecnologia que parece ser neutra e científica remove elementos de descrição a um custo muito alto para os usuários palestinos. (ZUREIK, 2011, p. 32. Tradução própria.)

Por vezes, a configuração *nonsense* de uma longa fila interrompida - por um lado, por pessoas proibidas de continuar sem que lhes seja dada nenhuma alternativa ou explicação - ou rota de saída - e, por outro, por grades e portas giratórias travadas, em corredores asfixiantes que de forma alguma podem comportar tamanhos fluxos - resultou em costelas quebradas dos palestinos que se veem na impossível situação de estarem presos entre as multidões e as máquinas. Aos que, raramente sem esforço, conseguem atravessar para o outro lado, restam, além da certeza de que o mesmo percurso os aguarda na volta, algumas horas mais tarde, simpáticas placas nas quais se lê “**tenha uma estadia agradável**” (ZUREI, 2011. BRAVERMAN, 2012).

2.2.3 O presente *ciber-colonial* na Palestina - ou, quando o Google descobriu os Territórios Ocupados

Em Maio de 2013, as palavras “Territórios Palestinos” foram substituídas por “Palestina” pelo Google, em todos os seus produtos, de acordo com as recomendações das Nações Unidas e outras organizações internacionais, desagradando a um já conhecido *lobby* israelense, que argumentava a incoerência do reconhecimento da Palestina no âmbito virtual, uma vez que não se tratava de uma entidade territorial ou geopolítica de fato. Nessa ocasião, a Autoridade Palestina afirma que o reconhecimento representava um passo importante no caminho em direção à libertação nacional.

As autoridades nos TPOs e em Israel, em suas afirmações, teriam entendido a emergência *oficial* de uma Palestina digital como uma questão, fundamentalmente, de poder. Se, entretanto, a existência da Palestina no Google constituiria um ato de resistência, propriamente dito, é uma questão mais complexa. De fato, desde os anos noventa, a Internet e as tecnologias de informação e comunicação, de modo geral, têm sido úteis para os palestinos sob ocupação, dando elementos para se lidar com a fragmentação do território

e com a separação entre as comunidades de diferentes regiões, principalmente os palestinos em refúgio.

As contribuições de Tawil-Souri e Aouragh, entretanto, afirmam a possibilidade de que a infraestrutura da internet palestina revelaria uma dimensão de complacência da Autoridade Palestina com a economia política da Ocupação:

O interesse das elites palestinas pela acumulação de capital e as profundidades às quais a ocupação israelense se liga territorialmente a qualquer infraestrutura palestina. Ao lado de alguns de seus benefícios “online”, a internet reforça um mundo de contato e influência entre poderes radicalmente assimétricos, que chamamos de “cibercolonialismo”. (TAWIL-SOURI e AOURAGH, 2010, 107. Tradução própria.)

Para os palestinos foi concedida permissão de construção para suas próprias infraestruturas de internet e telecomunicações no contexto do Processo de Paz, em 1993, no qual, ao redor do mundo, se enfatizava a importância das tecnologias de comunicação e informação. A integração da Internet representava a integração à economia global e, inevitavelmente, aos investimentos financeiros que a acompanhavam - trazendo junto das negociações de paz, dinâmicas correspondentes aos valores da globalização neoliberal para dentro das fronteiras da Ocupação. Argumenta-se, nessa ocasião, que haveria um processo de modernização e libertação intrínseco ao uso das novas tecnologias e que se estaria abrindo, de Oslo, caminho para uma economia moderna e competitiva para a Palestina (ocupada). Para o Ministro Palestino de Planejamento e Cooperação Internacional, os palestinos precisavam fazer parte da nova economia global, ou não fariam parte de nada¹²⁴.

A “abertura” para a infraestrutura nos TPOs veio acompanhada de promessas de novos empregos, democratização e viabilidade econômica, enfatizadas por uma rede de doadores internacionais representados principalmente por organizações internacionais envolvidas com o Banco Mundial e empresas privadas de tecnologia, tais como a Microsoft, a Intel e a Cisco - para as quais o universo, antes oculto, dos territórios ocupados, estava, pela primeira vez, exposto e acessível (também consequência dos Acordos de Oslo). Os vínculos íntimos entre Israel e os Estados Unidos, ator principal na economia global das TICs, implicavam que qualquer projeto que fosse considerado, por Israel, como inaceitável, ainda que se justificasse por meio de argumentos de desenvolvimento, não alcançaria os palestinos nos territórios,

¹²⁴ UNDP Focus (2001), 6, <http://www.undp.ps/en/newsroom/publications/pdf/focus/01v2.pdf>.

(...) A maior parte da ajuda não desafia, mas trabalha para promover o status quo econômico e político. (...) A ajuda mantém e institucionaliza ainda mais os desequilíbrios estruturais que caracterizam a relação e o controle de Israel sobre os territórios. Estruturas de ajuda não desafiam Israel em questões de soberania territorial, fechamentos, fronteiras, postos de controle ou assentamentos, por exemplo, e muito menos nas estruturas de dependência econômica. Em vez de criar mudanças estruturais e links, os projetos de ajuda trabalham em torno daqueles que foram impostos. Assim, os programas de desenvolvimento não são capazes de corrigir os efeitos prejudiciais das políticas israelenses. No máximo, os programas podem tentar mitigar esses efeitos. Nesse contexto, então, os projetos da Internet são uma opção legal para a assistência dos EUA. (TAWIL-SOURI e AOURAGH, 2010, 109. Tradução própria)

O interesse das corporações internacionais nesse contexto sugere uma relação forte entre a dominação dos mercados globais de informação e a necessidade de investimento constante em novos mercados. Os projetos levados para os TPOs, em sua maioria, se dão a partir de uma relação de dependência com grandes empresas de tecnologia norte-americanas, que fornecem equipamento e enviam especialistas para ministrar cursos. Sendo assim, o desenvolvimento da infraestrutura e do *know-how* em tecnologia de informação nos territórios sempre esteve quase completamente dependente de práticas monopolistas do capital internacional, proveniente de Estados que mantêm relações de parceria com Israel - e com a indústria de tecnologia militar israelense. Não é permitido aos palestinos dos TPOs desenvolver projetos próprios nem trabalhar com sistemas *open-source*. Toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento nos Territórios Ocupados, desde o Processo de Paz, tem sido envolvida em uma retórica de globalização e em estruturas neoliberais de modernização da economia que são incompatíveis com as imposições do colonialismo israelense.

Em 1995, a Autoridade Palestina - ao receber a relativa autonomia sobre uma pseudo-infraestrutura de telecomunicações nos TPOs -, rapidamente entrega a responsabilidade sobre o desenvolvimento das telecomunicações nos territórios à iniciativa privada. A empresa palestina, *Paltel*, precisaria passar todas as linhas e redes por provedores israelenses, precisaria pagar taxas de conexão, não poderia importar equipamento ou desenvolver infraestrutura, de forma que a efetiva construção de uma rede de comunicação nos territórios, nunca foi possível. Para os palestinos, custos exorbitantes, baixa ou nenhuma velocidade, e equipamentos e infraestrutura limitados, culminam em uma rede fragmentada.

Os palestinos na Faixa de Gaza, por exemplo, poderiam, de fato, acessar a Internet, desde que tivessem acesso à eletricidade e pudessem arcar com os preços altos que comprem apenas um acesso lento e limitado. Enquanto o território for cercado, controlado e o movimento limitado, no espaço físico, não há razão - nem condições concretas - para que não o seja no espaço virtual.

A estrutura monopolista da telecomunicação palestina aponta para uma dimensão de colaboração interna, uma vez que as empresas locais enfatizam sua responsabilidade em cumprir e implementar as regulações e restrições. A posição de empresas como a *Paltel* se dá ao mesmo tempo em que, a despeito da diversidade de limitações, o setor de telecomunicações e tecnologias de informação tem crescido, gerando cada vez mais lucros não apenas para os monopólios dos setores correspondentes, como também para a própria Autoridade Palestina. Para Aouragh, a Autoridade e empresas como a *Paltel* adquirem um comportamento de empreiteiros da Ocupação;

No contexto palestino, a economia política que subjaz à emergência da nova era em rede demonstra como a política engendra a infraestrutura tecnológica e como as supostas fronteiras sociais e espaciais expandidas da internet estão confinadas. O desenvolvimento da internet nos territórios ocupados é uma ilustração marcante do poder econômico crescente de uma elite de pequenas empresas dentro do contexto do capitalismo global. É por isso que nos referimos à política da internet sob o colonialismo israelense como “cibercolonialismo”. (TAWIL-SOURI e AOURAGH, 2010, 116. Tradução própria.)

O presente ciber-colonial na Palestina ocupada, nesse sentido, se refere à percepção de que a incorporação das dinâmicas próprias da economia global, especialmente no que se refere às tecnologias de informação, reforçaria as experiências vividas no campo do não-virtual, encarcerando a sociedade palestina entre uma elite corrupta e auto-interessada e a Ocupação, em uma relação de rentabilidade e colaboração que se desdobra para outros setores da economia local.

Apesar da série de problemas apontados é, entretanto, importante levar em consideração que as tecnologias de informação e comunicação poderiam, de fato, transcender diferentes formas de espaço, para além da realidade territorial. É, nesse sentido, também importante localizar o papel dessas tecnologias em relação a uma população que vive em condição de ocupação ou de diáspora.

Algumas fronteiras, é importante ressaltar, de fato foram despedaçadas com a relativa abertura da Palestina – o que implicou na inserção do mercado palestino em fluxos

internacionais de capital e empreendimentos neoliberais de investimento no suposto Estado Palestino em formação (Tawil-Souri, 2016). O período, portanto, que contextualiza a possibilidade - ainda que remota - do estabelecimento de infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação nos TPOs, demonstra a forma pela qual as fronteiras da Ocupação podem ser entendidas mais como complexas do que apenas rígidas, tendo apontado para certos espaços de permeabilidade que, embora talvez insuficientes, podem ser aproveitados, de acordo com o que Tawil-Souri chama de *fronteiras desniveladas*:

O que é verdade para a Palestina-Israel pode ser extremo, mas não único: em todos os lugares da nossa rede global, as fronteiras e seus processos relacionados estão mudando e são dinâmicos. As fronteiras são aplicadas, experimentadas e contornadas de diferentes formas e em diferentes espaços, continuamente reformuladas, reforçadas e negociadas (TAWIL-SOURI, 2016, p. 273. Tradução própria.)

O setor de telecomunicações, para Tawil-Souri, é exemplar para o entendimento do contexto em suas limitações e contradições internas. Verdade seja dita: eu mesma nunca consumi nem utilizei um provedor de internet ou telefonia celular palestino durante minhas estadias nos Territórios Ocupados. No contexto espacial e infraestrutural palestino-israelense, uma ação simples de todos os dias, tal como uma ligação telefônica ou como o ativar do sinal de internet móvel em um aparelho celular, traz à tona manifestações das tensões do conflito e, principalmente, de suas fronteiras:

Em Israel / Palestina, a infra-estrutura de telecomunicações não é uma metáfora para o conflito, é o conflito na forma material. Quem pode ligar para qual número em que rede e a que preço são as profundas preocupações políticas moldadas pelo relacionamento desigual que os palestinos e israelenses têm na construção e aplicação das fronteiras territoriais (...) mostra como as infraestruturas e redes de mídia - como telecomunicações - não são em si mesmos ilimitados e abertos, mas funcionam como espaços territoriais de controle politicamente definidos e são aspectos integrais da territorialidade do Estado, trazendo à tona pressupostos rígidos sobre globalização, comunicação, soberania e fronteiras. (TAWIL-SOURI, 2015, p. 158. Tradução própria.)

Meu provedor de escolha - ou, de falta de escolha - sempre foi o de uma das empresas israelenses que - por conta da presença de assentamentos e *check-points* - desfruta de amplo sinal em algumas regiões dos Territórios Ocupados - tal como era o caso

da pequena municipalidade de *Beit Sahour* na qual costumava ficar hospedada, às margens de *Har Homa*, *Gush Etzion* e *Gilo*.

Em 1986, a companhia nacional *Bezeq* lançava sua subsidiária *Pelephone*, que possibilitou serviço móvel de telecomunicações em assentamentos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza - desde então, outros três provedores passaram a operar nos TPOs - cobrindo as áreas dos assentamentos, das estradas exclusivas e dos postos militares, principalmente. Diferentemente dos provedores palestinos, as empresas israelenses têm liberdade para transferir para os territórios quaisquer equipamentos ou tecnologias que julguem necessário para o desenvolvimento de seu mercado local (TAWIL-SOURI, 2015.). A geografia da presença israelense nos TPOs, portanto, tem na infraestrutura de comunicação um espelho preciso e, muitas vezes, teve a construção e desenvolvimento de comunidades de colonos dada a partir de infraestruturas locais, ao invés do contrário. Não por acaso, a arquitetura da Ocupação de Weizman é introduzida pelo seguinte cenário:

Nos anos que se seguiram à assinatura em 1993 do primeiro Acordo de Oslo, que pretendia marcar o início do fim do conflito sobre a Palestina, tornou-se cada vez mais difícil para os colonos israelenses obterem licenças oficiais para estabelecer novos assentamentos na Cisjordânia. Como resultado, os colonos recorreram a métodos cada vez mais sofisticados de pirataria para ajudar o governo - que, não oficialmente, desejava ver os assentamentos estabelecidos mas que não podiam ser vistos ajudando em sua fundação - contornando suas próprias leis e compromissos internacionais. Em 1990, vários colonos reclamaram dos militares de má recepção em seus telefones celulares enquanto percorriam uma curva na estrada principal, a rodovia 60, indo de Jerusalém para os assentamentos no norte da Cisjordânia. Em resposta, o provedor de celular, *Orange*, concordou em erguer uma antena na área. Os colonos apontaram para um morro elevado com vista para a curva como um local potencial para o mastro. O mesmo morro tinha sido o local de tentativas de assentamento anteriores - malsucedidas. (...) Dois jovens colonos ocuparam o morro, vivendo em contêineres convertidos, mas sem perspectiva de poderem desenvolver o local, saíram após um curto período de tempo. O topo da colina, suas encostas cultivadas com figos e azeitonas, era propriedade de agricultores palestinos das aldeias de *Ein Yabrud* e *Burka*, que eram pastores ali. De acordo com os poderes de emergência investidos nos militares israelenses, no entanto, a construção de uma antena de celular poderia ser considerada uma questão de segurança e, portanto, poderia ser realizada em terras privadas sem obter o consentimento dos proprietários. Após um pedido da *Orange*, a *Israel Electric Corporation* conectou o topo da colina à rede elétrica e o provedor nacional de água conectou o topo da colina ao sistema de água, supostamente para permitir a construção (WEIZMAN, 2007, p.3. Tradução própria)

O autor prossegue relatando como, alguns anos depois - dado o atraso na construção da antena solicitada - colonos não apenas ergueram uma antena improvisada, como também solicitaram permissão militar para contratar segurança privada que guardasse a antena 24 horas por dia (WEIZMAN, 2007). Em 2002, cinco famílias israelenses se juntaram ao segurança privado que já havia se fixado no território que, a partir de então, se tornou o posto militar de *Migron*, um dos maiores postos que permanece até hoje nos Territórios Ocupados. Para Weizman, então:

A antena tornou-se um foco de intensidade territorial na paisagem circundante. A infra-estrutura construída permitiu que o posto avançado surgisse. O campo de energia da antena não era apenas eletromagnético, mas também político, servindo como um centro para a mobilização, canalização, aglutinação e organização de forças políticas de vários tipos. (WEIZMAN, 2007, p. 3. Tradução própria.)

Enfatiza, portanto - como Tawil-Souri, o caráter de correspondência concreta que as infraestruturas de comunicação detém, nesse sentido, em relação às disputas do conflito como um todo.

Se, por um lado, o período entre os anos 1990 e os 2000 foram decisivos para o desenvolvimento do setor de TIC nos TPOs - dentro de todas as suas limitações -, o mesmo intervalo testemunhou a ascensão de Israel como o que passaria a ser considerado uma *nação high-tech* - característica fundamental para o entendimento do processo pelo qual as estruturas da Ocupação passariam no mesmo contexto.

Gordon enfatiza que a economia altamente tecnológica e informatizada de Israel se relaciona, primeiramente, aos processos já discutidos da globalização da economia, que implicariam em maior circulação de pessoas, bens e serviços através de fronteiras políticas, incluindo a necessidade de governos e corporações de conduzir negócios de forma mais rápida e mais eficiente. O segundo fator que seria determinante para a consolidação deste mercado israelense como ele é hoje, seria o atentado contra as torres gêmeas e a subsequente Guerra ao Terror. As mesmas tecnologias que foram, a partir de 2001, empregadas em atividades de combate ao terrorismo teriam também passado a funcionar em escolas, hospitais, instituições financeiras e corporações para monitorar e gerir fluxos de população, consumo e consumidores, empregados e interações internacionais de diversas naturezas¹²⁵.

¹²⁵ GORDON, 2011, p. 160.

A capital israelense se tornou o exemplo internacional no que se refere a um mercado que permaneceu em alta na medida em que Israel estaria constantemente atenta à possibilidade iminente da guerra e, ao mesmo tempo, seria supostamente vítima sistemática de ações terroristas. Naomi Klein¹²⁶ aponta que Israel consolidou uma economia não apenas resistente a eventuais choques políticos, mas que expande na medida em que a violência escala internamente:

A razão para o nível de conforto da indústria israelense com o desastre não é misteriosa. Anos antes das empresas norte-americanas e européias perceberem o potencial do boom global da segurança, as empresas israelenses de tecnologia eram pioneiras no setor de segurança interna, e continuam a dominar o setor hoje. O instituto israelense de exportações estima que Israel tem 350 empresas dedicadas à venda de produtos de segurança interna e 30 novas entraram no mercado em 2007. (KLEIN, 2007, p. 542)

Nos anos noventa, entre as negociações dos Acordos de Oslo, as corporações israelenses dão um grande salto na economia global, investindo enfaticamente em empresas de alta tecnologia, telecomunicações e cibernética. Na época, Israel se consolidava como a economia mais dependente de tecnologia no mundo. Argumentando ser parte de uma estratégia de manutenção de superioridade regional - dado o fato de que, de acordo com a narrativa oficial do Estado, Israel consistiria em um pequeno território cercado de inimigos em potencial -, a indústria militar tendeu a atribuir grande foco ao desenvolvimento tecnológico, entendido como uma grande vantagem estratégica em relação aos países árabes vizinhos. O governo, dono do maior segmento da indústria militar nacional, incentivaria o setor de aeronáutica, computação, design mecânico, eletrônica e, principalmente, engenharia de *softwares*. Atribui-se, também, com frequência, a falta de recursos naturais em território israelense para explicar a intensa dedicação de mão de obra para a indústria de alta tecnologia - é preciso, entretanto, refletir sobre o deslocamento sistemático de novas tecnologias desenvolvidas pelas corporações *high tech* israelenses, para regiões estratégicas em recursos naturais dos TPOs, tal como é o caso do Vale do Jordão, no qual assentamentos aplicam tecnologia de ponta na gestão da terra e das fontes de água - confiscadas da população local.

O próprio fracasso do processo de paz poderia ser atribuído, em parte, ao fato de que se, nos anos oitenta (com a explosão da primeira Intifada), as elites nacionais

¹²⁶ Jornalista e ativista canadense, autora da *Doutrina do Choque*, de 2007 e do recém publicado *No is not enough: resisting Trump's shock politics and winning the world we need* (2017).

entendiam que alguma forma de paz seria condição para prosperidade, a emergência da economia *high tech* trouxe elementos que demonstraram que não era esse o caso - a expansão do mercado não dependeria, de forma alguma, de uma melhoria nas relações de Israel com os países árabes vizinhos, nem do fim da Ocupação dos territórios¹²⁷. A prosperidade dependeria, sim, das corporações transnacionais e de seus parceiros ao norte do Equador. O estouro da bolha da internet, entretanto, nos anos 2000, colocou as empresas israelenses em busca de outros nichos na economia global.

Neste contexto, o governo, numa administração entre Ehud Barak e Ariel Sharon, passa a encorajar a indústria de alta tecnologia a se desenvolver no campo da segurança e do monitoramento, os soldados passam a experimentar com sistemas e dispositivos durante o serviço militar obrigatório e, uma vez o tendo concluído, partiriam para aplicar seus conhecimentos nas empresas de ponta do setor privado. O 11 de Setembro, pouco depois, transforma Israel, muito rapidamente, na nação modelo no que se referia ao combate - *high tech* - ao terrorismo. Klein enfatiza a importância de refletir sobre a geopolítica da região tendo em mente o mencionado processo,

O desempenho extraordinário das empresas de segurança interna de Israel é bem conhecido para os observadores de ações, mas raramente é discutido como um fator na política da região. Deveria ser. Não é coincidência que a decisão do Estado de Israel de colocar o "contraterrorismo" no centro de sua economia de exportação tenha coincidido precisamente com o abandono das negociações de paz, bem como uma estratégia clara para reestruturar seu conflito com os palestinos não como uma batalha contra os palestinos, um movimento nacionalista com metas específicas para terra e direitos, mas como parte da guerra global contra o terror - uma contra forças ilógicas e fanáticas que se inclinam apenas contra a destruição. (KLEIN, 2007, p. 556)

Parece possível, então, a partir do cenário descrito pela autora, estabelecer uma relação entre a percepção de que, na segunda metade dos anos oitenta, a primeira Intifada representou um momento paradigmático de crise para a Ocupação israelense no sentido de que, pela primeira vez, o Estado se deparava com o fato de que aquela operação seria um fardo, do ponto de vista econômico - e, por outro lado, a percepção de que, em primeiro lugar, a expansão do mercado não necessariamente passava por uma "solução" do problema Palestino e, em segundo lugar, esse mesmo problema poderia fornecer elementos que impulsionariam a incorporação do nicho da segurança na economia global.

¹²⁷ KLEIN, 2007, p. 549

Em 2007 - *apenas dois anos depois do plano de retirada da Faixa de Gaza* -, Israel tinha estabelecido como consumidores diversos governos, forças policiais, agências de segurança, bancos, corporações, linhas aéreas, companhias petrolíferas, energéticas em pelo menos 100 países ao redor do mundo. A diferença, entretanto, entre Israel e outras capitais *high-tech*, tais como Irlanda, Taiwan e Índia, estaria no impacto direto das forças armadas e da indústria militar sobre o setor nacional de alta tecnologia¹²⁸:

(...) A indústria israelense de alta tecnologia foi inicialmente impulsionada pela demanda local, principalmente dos estabelecimentos militares e de segurança, o que ajudou a moldar a orientação da indústria de alta tecnologia em seus primeiros estágios. Além disso, tanto a indústria militar como a militar serviram como correias transportadoras para literalmente milhares de programadores da indústria de alta tecnologia, que desempenharam um papel vital na conversão de produtos e idéias de uso militar para uso comercial. As forças armadas também criaram um espaço público colaborativo que facilita o compartilhamento de idéias e aprendizado coletivo orientado para a invenção e melhoria de produtos e serviços de segurança, enquanto a incorporação de pessoal de segurança que teve experiência em combate abre portas políticas e econômicas e fornece crédito aos produtos e empresas que representam (GORDON, 2011, p. 156. Tradução própria.)

As forças armadas teriam contribuído não apenas no que se refere ao incentivo ao desenvolvimento de dispositivos e tecnologia, mas também ao passo em que um grande número de ex-combatentes ingressa na indústria militar - esse número é especialmente alto quando se fala de ex-membros de unidades de inteligência do exército. A relação entre o campo de combate e o desenvolvimento dessas empresas não se resume, entretanto, a isso. A alta produtividade de produtos de segurança e monitoramento se deveria ao fato de que nenhum outro país no mundo tem experiência tão próxima com o combate ao terrorismo, com o desenvolvimento de novos sistemas de segurança que podem ser testados em tempo real, podendo ser, também, ajustados e adaptados de acordo com *feedbacks* constantes da atuação das próprias forças armadas - nos territórios ocupados.

A capacidade de testar os produtos e serviços atende a dois objetivos importantes. Primeiro, permite que as empresas melhorem seus bens por meio de tentativa e erro. Em segundo lugar, permite que as empresas estabeleçam ou demonstrem alguma “verdade” sobre seus produtos e serviços, que os “certificam” e lhes dão crédito. Assim, serve como uma vitrine que, em última análise, gera vendas. (GORDON, 2011, p. 66. Tradução própria.)

¹²⁸ GORDON, 2011, p. 154.

O crescimento exponencial da indústria de cibertecnologia israelense - que teria em 2014 superado a exportação de armamento tradicional - estaria, portanto, diretamente associada a uma necessidade permanente de manutenção de uma sociedade de monitoramento, controle e intervenção.

3. A digitalização da Ocupação da Palestina Contemporânea

3.1 A Faixa de Gaza como Laboratório

Darryl Li¹²⁹, em *The Gaza Strip as Laboratory: Notes in the Wake of Disengagement*, argumenta que a retirada de Gaza, em 2005, teria sido a etapa mais avançada de um mesmo projeto de segregação, confinamento e vigilância, idealizado pela colonização sionista dos TPOs, tendo inaugurado o entendimento do território de apenas 365km² não como um gueto, nem como um Bantustão¹³⁰, mas como um laboratório¹³¹.

Desde 1948 a Faixa de Gaza representa uma situação *sui generis* em relação aos territórios palestinos da Cisjordânia. Desde o estabelecimento das fronteiras de Israel, a economia local sofreu grande impacto diante do isolamento geográfico, em relação ao resto do que se tornara, então, a Palestina, e do grande fluxo de palestinos que passaram a integrar campos de refugiados de altíssima densidade demográfica. Até então, os palestinos de Gaza tinham na agricultura sua principal atividade econômica e, até 1967, a infraestrutura local permanecera rudimentar na ausência de integração local com o mercado dos territórios vizinhos. Ainda que, nos primeiros anos da Ocupação, a economia local tenha sido parcialmente integrada a Israel - tal como foi o caso da Cisjordânia, os palestinos da Faixa de Gaza foram sempre submetidos a políticas específicas que objetivaram impossibilitar qualquer infraestrutura capaz de sustentar o crescimento da região. Este processo, comumente chamado de *des-desenvolvimento*¹³², segundo o qual impostos exorbitantes teriam enfraquecido os produtores palestinos locais, a proibição de incentivos financeiros, o controle sobre importações e exportações e a consequente restrição de acesso a mercados internacionais, as restrições sobre a criação de zonas industriais, cooperativas ou fábricas - culminando em um cenário de dependência absoluta na interferência externa.

¹²⁹ Ex-membro do *Palestinian Centre for Human Rights (Gaza)*, professor assistente do departamento de antropologia da Universidade de Chicago.

¹³⁰ Referência aos bantustões do apartheid sul-africano.

¹³¹ LI, 2006, p. 38.

¹³² ROY, Sara, 1987, p. 83

A demarcação e isolamento da Faixa de Gaza tem como regra, desde então, a produção da escassez como a forma principal de perpetuação do controle israelense sobre a região, somada ao permanente monitoramento de todas as fronteiras - por ar, por água e por terra:

Após o desengajamento de Israel em agosto de 2005, o controle de solo dentro da Faixa foi substituído por um controle de solo israelense periférico, além do controle do ar e do mar, bem como incursões ocasionais no solo e ataques aéreos. Gaza foi fechada, como uma caneta de retenção, com entrada e saída permitidas apenas raramente, e apenas para alguns indivíduos, e totalmente proibida durante longos períodos de tempo, porque as travessias são frequentemente fechadas. As águas territoriais de Gaza são totalmente controladas pela força aérea israelense. A vigilância controlada por controle remoto permite um monitoramento local abrangente de todos os indivíduos que se deslocam dentro da área. (...) Nestas circunstâncias, a ameaça de catástrofe não é o resultado da atividade militar ou política econômica de um “estado forte” nem uma consequência dos fiascos de um “estado fraco” se rendendo à violência do grupo paramilitar; é antes o resultado da retirada de uma parte do aparato dominante de um Estado forte - Israel - de um território definido mantido sob estrito fechamento. (AZOULAY e OPHIR, 2012, p. 127. Tradução própria.)

A breve retomada histórica apontada procurou enfatizar que, seja por meio do princípio da colonização e da violência contida, seja por meio da separação, o projeto sionista na Cisjordânia e na Faixa de Gaza implementa, desde 1967, medidas que objetivam controlar, alterar e deletar - controlar a população e os recursos locais, alterar a configuração do espaço e as relações sociais e, no limite, deletar - ainda que no plano simbólico - qualquer resquício daquele povo, daquela terra. A escalada da Ocupação da Faixa de Gaza, talvez, seja a melhor representação do processo mais recente de sofisticação e transformação dos mecanismos de controle - que, desde os anos sessenta, não suplantam seus antecessores, mas se acrescentam a eles - e, nesse sentido, a Retirada de 2005 foi um elemento central para o desenvolvimento de práticas que permitissem a permanência da Ocupação, na sua narrativa de ausência - que, muitas vezes, se reproduz até no que se refere à Cisjordânia:

(...) O ato de equilíbrio de Israel de “controle máximo e responsabilidade mínima” fez com que a ocupação de Gaza se tornasse cada vez mais tecnologizada. Drones de reconhecimento aéreo e ataque aéreo não tripulados, metralhadoras com controle remoto, televisão de circuito fechado, imagens sônicas, detectores de radiação gama, escavadeiras e barcos controlados remotamente, cercas eletrificadas, entre muitos outros exemplos, são cada vez mais usados para controle e vigilância. Uma forma de conceituar o

desengajamento, então, é reconhecê-lo como um momento que marca a mudança de Israel de uma ocupação militar tradicional para uma de alta tecnologia. (TAWIL-SOURI, 2012, p. 27. Tradução própria.)

O que Helga Tawil-Souri identifica como um processo dinâmico de Ocupação digital sugere não apenas que o controle israelense territorial sobre Gaza permanece, como também que inclui todos os fluxos digitais, tais como telecomunicações e internet. A digitalização da Ocupação representaria uma contradição no sentido de que, ao mesmo tempo em que o enclausuramento do território e sua desconectividade em relação ao resto do mundo se dá simultaneamente a uma narrativa de uma globalização altamente tecnológica cuja promessa seria a da abertura - uma narrativa, inclusive, que seria incorporada pela Autoridade Palestina, associada a corporações multinacionais e a organizações internacionais não-governamentais em uma tentativa de desenvolvimento local da estrutura de telecomunicações.

É comum o argumento de que, a despeito da imobilidade física, os palestinos de Gaza teriam acesso a Internet, podendo superar, no âmbito virtual, os limites impostos pela Ocupação. Tawil-Souri enfatiza a importância de se levar em consideração as especificidades do caso palestino e da Faixa de Gaza que, hoje, constitui também um *enclave digital* e argumenta que a associação entre a política de privatização da Companhia Palestina de Telecomunicações (PALTEL), e o controle israelense sobre as alocações de *bandwidth*, do alcance dos sinais de internet e celulares e sobre os equipamentos e infraestrutura permitidos no território, trazem à tona uma reflexão específica do caso israelo-palestino no que se refere ao papel da tecnologia em processos neoliberais de reestruturação do espaço, da violência militar e da exploração colonial:

Aqui, é o regime israelense e seu aparato (o governo, a força policial, os militares, os serviços de inteligência, a indústria de alta tecnologia, todos com vínculos incestuosos entre si) que é o local do poder; as subsidiárias da PA, PALTEL, PALTEL e outras firmas de alta tecnologia da Palestina são secundárias. É o aparato estatal israelense que decide se, quando e onde os palestinos podem instalar, gerenciar e manter a infraestrutura, assim como é o aparato israelense que limita e destrói essa infraestrutura. A ocupação digital caracteriza a confluência perniciosa entre o capitalismo neoliberal e o colonialismo em transformar ativamente a economia social, a demografia e a cultura de Gaza em direção ao aumento da privatização, vigilância e controle. (...) Salvar uma reforma significativa da ordem neoliberal e da ocupação israelense, uma “nova revolução da mídia” de Gaza continuará sendo uma ilusão virtual. (TAWIL-SOURI, 2012, p. 39. Tradução própria.)

A digitalização da Ocupação, nesse sentido, seria um espaço propício de encontro das dinâmicas características da globalização neoliberal, em suas dimensões econômicas e tecnológicas, da especificidade da colonização sionista e - mais - da contradição evidente entre uma e outra, o que implicaria em processos contínuos de renovação e reinvenção por parte de Israel, para garantir a sustentabilidade de uma estrutura que seria, a princípio, insustentável (TAWIL-SOURI, 2012.).

Jeff Halper¹³³ contextualiza o processo mencionado como digitalização da Ocupação em termos de localizá-lo no que identifica como uma matriz de controle israelense, responsável por transformar os TPOs em um dos lugares mais monitorados e controlados do planeta. O interesse de Israel nos territórios, dessa perspectiva, não estaria apenas na possibilidade de expansão - ou eventual anexação - e exploração dos recursos e população locais, mas na manutenção do espaço como permanentemente militarizado e permeado por mecanismos flexíveis de controle, dado à especial inserção do país no mercado global de segurança de alta tecnologia.

Israel, em 2015, já havia se tornado o segundo maior exportador do mundo de produtos e serviços cibernéticos. A Unidade 8200 - do Corpo de Inteligência das Forças de Defesa de Israel -, *a maior unidade das forças armadas israelenses*, teria incorporado, recentemente, o ciberespaço em seu escopo de atuação, sendo implicada como responsável pelo primeiro ato registrado de *cyberwar*, contra o Irã em 2010 e, posteriormente, em 2012¹³⁴. Halper, então, enfatiza que as grandes empresas pioneiras no que se refere a indústria de cibertecnologia e segurança seriam, com frequência, fundadas por ex-membros da mesma Unidade, sugerindo uma relação de interdependência e retroalimentação entre as tecnologias de ponta, as forças armadas e os pilares da economia nacional.

Halper, ao mesmo tempo, coloca Israel como um grande nicho global no que se refere ao fornecimento de conhecimento e instrumentos de controle doméstico, desenvolvidos a partir de suas muitas décadas de contato (e separação) com os

¹³³ Halper é antropólogo e ativista americano-israelense, fundador e coordenador do *Israeli Committee Against House Demolition* (ICAHD), em Jerusalém.

¹³⁴ O episódio do *stuxnet* é comumente atribuído a administração israelense e norte-americana em conjunto. O *malware* foi projetado para atacar o sistema operacional das centrífugas de enriquecimento de urânio, e ficou conhecido por ser o primeiro do tipo a ser capaz de interferir em infraestrutura industrial crítica. Mais em: Zetter, Kim. *Countdown to Zero Day: stuxnet and the launch of the world's first digital weapon*, 2014.

palestinos em território ocupado. Israel seria, para Halper, a especialista internacional em um tipo emergente híbrido de conflito, que incluiria as capacidades desenvolvidas a partir de conflitos em suas formas tradicionais e em suas formas irregulares. Aqui, a demanda por sistemas altamente tecnológicos de segurança, armamentos, veículos aéreos não tripulados, ou suporte logístico para serviços correspondentes a essas atividades, aumenta sistematicamente a capacidade produtiva israelense nesse setor, também, tornando a questão da relação intrínseca de uma doutrina militar fundada no controle populacional, e uma economia altamente tecnologizada, uma questão de relevância internacional. O modelo israelense serviria não apenas ao interesses das elites políticas locais, mas às grandes hegemonias, cada vez mais munidas de elementos para reprodução das lógicas em questão sobre suas populações mais vulneráveis, ou mais inconvenientes.

No caso da Faixa de Gaza, a questão dos assassinatos seletivos, levados a cabo por meio de veículos aéreos não tripulados, é exemplar no que se refere à percepção de que a digitalização da ocupação da Palestina tem representado um caminho próspero para atingir o já antigo desejo da presença sionista nos TPOs: máximo controle do território e mínima responsabilidade pela população.

3.1.1 A *tecno-economia* do Drone

A geração.com israelense parece não ter estômago para o combate mortal. Eles começaram a perguntar por que deveriam arriscar suas vidas quando armas de precisão podem reduzir a guerra a um videogame.

Daily Telegraph, 2000¹³⁵. Tradução própria.

Quando chega, traz consigo um cheiro, uma fragrância mesmo. Você aprende a reconhecê-lo como uma criança crescendo nessas ruas estreitas. Você desenvolve um talento para detectá-lo, saboreá-lo no ar. Você quase pode ver isso. Como uma bruxa familiar, ela se esconde nas sombras, te segue a uma certa distância aonde quer que você vá. Se você mantiver essa habilidade, poderá dizer que está chegando - horas, às vezes dias, antes que ela realmente chegue. Você não se engana. Guerra.

Atef Abu Saif, *The Drone Eats With Me*, 2016. Tradução Própria.

¹³⁵ Citado em: Der Derian, 2000.

A centralidade de Israel nos processos de globalização de tecnologias de segurança pode ser, em grande parte, atribuída aos 70% de controle do país sobre o mercado de tecnologia de veículos aéreos não tripulados¹³⁶, entendidos como:

Complexo e variado, mas compreende amplamente uma variedade de sensores, plataformas aéreas, infra-estrutura de comunicações e estações de controle. Eles são usados para ancorar o comando do campo de batalha além da linha de visão e para realizar as chamadas operações de combate e vigilância “maçantes, sujas ou perigosas”. (...) Eles estão sendo atribuídos não apenas a um papel central na transformação dos espaços e formas de violência e controle que moldam a prática militar contemporânea, mas um papel fundamental no mapeamento e monitoramento dos processos humanos e ambientais fundamentais que moldam nosso mundo. (DENES, 2011, p. 171. Tradução própria.)

A opção pelos assassinatos seletivos e a posterior intensa adoção dos UAVs se popularizou nas FDI principalmente durante a Segunda Intifada, contexto no qual as forças armadas passaram a se dedicar com mais afinco ao desenvolvimento da tecnologia necessária para esse tipo de operação aérea. Weizman (2009) aponta que, a despeito do fato de que era descrita como método excepcional utilizado em situações de emergência, a estratégia rapidamente se tornou a forma mais comum de ataque contra a população palestina da Faixa de Gaza:

Segundo Ephraim Segoli, um piloto de helicóptero e ex-comandante da base da força aérea em Palmahim, localizado entre Tel Aviv e Gaza, de onde a maioria dos ataques de assassinato foram lançados e onde agora estão localizadas as maiores frotas de drones assassinos remotamente controlados. “As liquidações são o componente central das operações das IDF e a própria essência da guerra que está travando”. Segoli, falando em maio de 2006, alegou, além disso, que “a intenção de aperfeiçoar essas operações significava que as indústrias de segurança de Israel começaram a concentrar [muito de seus esforços] no desenvolvimento de sistemas que servem primariamente a essa lógica operacional. (WEIZMAN, 2009, p. 543. Tradução própria.)

Datando do começo dos anos 2000, as práticas de assassinatos seletivos tiveram explícito aumento entre os anos da Intifada. Durante os primeiros anos, então, do aperfeiçoamento da estratégia que viria a se tornar tão habitual, os alvos estavam presentes tanto na Faixa de Gaza quanto na Cisjordânia. A partir de 2005, entretanto, os assassinatos passam a se concentrar em Gaza.

¹³⁶ Zureik, 2011.

Entre 2000 e 2008, de acordo com levantamento do B'Tselem, os assassinatos seletivos eram, de fato, majoritariamente empreendidos contra seus alvos de escolha. Há, entretanto, registros de feridos e de fatalidades colaterais associadas aos ataques, perpetrados principalmente, por helicópteros: do total estimado em 376 mortos durante assassinatos seletivos, 227 eram os alvos da Operação. Durante a Operação Chumbo Fundido (Dez/2008 - Jan/2009), entre as 22 duas vítimas de assassinatos seletivos, apenas 2 eram de fato alvos definidos. Desde a Operação Chumbo Fundido, tem-se dados de 186 palestinos mortos durante operações de assassinatos seletivos: entre eles, apenas 53 eram seus alvos de fato. Ainda que o registro total de operações tenha reduzido, os dados mais recentes apontam para maior número de vítimas colaterais ou de "equivocos" nas determinações dos alvos.

Diante da permanência do fenômeno nos anos recentes, Weizman prossegue descrevendo a logística das operações:

Cada assassinato visado é uma operação em larga escala que integra centenas de especialistas de diferentes ramos militares e aparatos de segurança. Além da sua dependência de inteligência de fundo (grande parte da população é detida em massa e dos palestinos detidos nos postos de controle), o assassinato seletivo depende do compartilhamento de informações em tempo real entre vários agentes, comandantes, operadores e diferentes aviões militares e sua capacidade de agir. . Depois que um palestino é colocado na lista da morte, ele é seguido, às vezes por dias por um "enxame" de diferentes tipos de veículos aéreos não tripulados (...) Dessa forma, os serviços de segurança estabelecem as rotinas diárias e os hábitos do alvo e mantêm contínuas contato visual com ele até sua morte. (WEIZMAN, 2009, p. 544. Tradução própria.)

A incorporação da tecnologia do veículo aéreo não tripulado - ou, do *drone* - significou uma vantagem não apenas por conta de seu custo baixo (em comparação com pequenos aviões ou helicópteros), mas também pelo fato de que, diferentemente de veículos tripulados, o *drone* é capaz de permanecer no ar e, mais, permanecer em vigília por até 30 horas, enquanto produzindo imagens em tempo real do ponto de vista de múltiplos ângulos (Weizman, 2009).

Grégoire Chamayou, em sua *Teoria do Drone* (2010) propõem que, para as forças militares contemporâneas, o drone tem por objetivo a realização da ficção da onipotência do olhar divino e, nesse sentido, afirma que

Os promotores dos drones insistem nesse ponto: esses dispositivos “revolucionaram nossa capacidade de manter um olhar constante sobre o inimigo”. Aí estaria a contribuição fundamental: uma revolução no olhar (...) Emancipado das limitações que o corpo do piloto representava para o avião, o drone pode ficar no ar por muito tempo. Seu olhar pode permanecer constante, 24 horas por dia - o olho mecânico não tem pálpebras. Enquanto o dispositivo patrulha, os operadores, em terra, trabalham em turnos na frente da tela. A transferência da tripulação para fora de seu cockpit permitiu uma profunda reorganização do trabalho e, na realidade é isso, além das proezas tecnológicas da máquina, que garante, por força da multiplicação socializada das pupilas humanas, a “vigília geoespacial constante” do olhar institucional. (CHAMAYOU, 2013, p. 74)

Chamayou, dentro do que entende por princípios dessa técnica de caça ao Homem, inclui como uma importante dimensão das possibilidades do uso dos Drones a sua capacidade de arquivamento do passado que, somada à permanente vigília do presente, torna factível a produção de filmes completos das histórias das vidas, das cidades, das vítimas, que podem ser reproduzidas indefinidamente. O operador do equipamento, o soldado por trás das telas, passa a usufruir do poder de transitar pelas imagens espaciais e temporais das vidas de seus inimigos, procurando os recortes pertinentes para justificar sua eliminação. Evidente para o autor que as enormes quantidades de imagens produzidas por Drones militares implicam em uma inescapável limitação dos olhares humanos, ainda incapazes de categorizar e acompanhar a velocidade do conteúdo disponível. Para Chamayou a etapa posterior seria, portanto, óbvia: a da necessidade de indexação, categorização e descrição automática das imagens, a partir de *softwares* desenvolvidos para traduzir as cenas em dados quantificáveis.

A tecnologia disponível nos UAVs, consequentemente, alça as estruturas da Ocupação para um universo de oportunidades: a de ocupar os céus, os horizontes e, transformando o passado em arquivos digitais, a oportunidade de controlar comportamentos e eventos que já tivessem acontecido, em termos de suas implicações no que ainda não chegara a acontecer. Correspondendo à necessidade de tecnologias complementares identificada por Chamayou, no caso de Israel os Drones operam a partir de intensa colaboração com os serviços de inteligência - de interceptação de comunicações, de coleta e armazenamento de dados biométricos e de informações obtidas, ainda, através de encarceramento, interrogatórios e ameaças (WEIZMAN, 2009; WEIZMAN, 2007). O desenvolvimento da tecnologia dos Drones israelenses proporciona equipamentos designados para uma série de tarefas distintas: mapear

verticalmente o terreno, mapear diagonalmente o terreno, interceptar sinais de rádio, interceptar sinais de telefonia celular, distinguir e registrar características faciais, identificar veículos - e disparar mísseis (WEIZMAN, 2009).

Ainda que muito da literatura a respeito tenha se dedicado às casualidades causadas pela emergência da tecnologia do Drone, ou a novos paradigmas e psicologias que passam a fazer parte das doutrinas militares contemporâneas dado o distanciamento entre o operador e a vítima (CHAMAYOU, 2013; GREGORY, 2011; GREGORY, 2014; GRAHAM, 2014), é importante notar que algo de anterior, no que se refere a predominância de certas práticas de controle e vigilância, permanece e localiza os Drones dentro de uma lógica contemporânea de monitoramento, na qual outros componentes anteriormente indicados estão também incluídos (tais como circuitos de CFTV, processos biométricos de identidade e controle de fronteira),

Enquanto drones parecem afirmar a primazia das modalidades visuais de vigilância, suas racionalidades subjacentes são mais sutis e problemáticas. Como sistemas tecnológicos complexos, os drones são ambos baseados e produtivos de uma forma atuarial de vigilância. Eles são empregados para acumular dados sobre as probabilidades de risco e, em seguida, gerenciar as populações ou eliminar os nós da rede considerados como excedendo os limites de risco aceitáveis. Em parte, os drones são formas de vigilância em consonância com os preceitos categóricos e sociais que definem outros sistemas de vigilância contemporâneos (...) Os drones podem atuar predominantemente no registro discursivo de precisão automatizada e identificação positiva de ameaças conhecidas, mas na prática, esses sistemas de vigilância e seus agentes ativamente interpretam informações ambíguas que continuamente desafiam correspondências exatas ou respostas claras. No processo, os sistemas de UAV podem forçar a homogeneização na diferença, reduzindo assim a variação para categorizações funcionais que correspondem às necessidades e vieses dos operadores, não dos alvos, da vigilância. (MONAHAN, T. WALL, T. 2011, p. 240. Tradução própria.)

A narrativa da precisão e da eficiência tecnológica, associada a discursos de preocupação com a segurança nacional, no caso de Israel estaria intrinsecamente ligada ao processo geral de tecnologização dos dispositivos de segurança¹³⁷ e das forças armadas - ou, em outras palavras, ao processo geral de digitalização da ocupação. Por essa razão, aqui nos concerne enfatizar que os pesados investimentos no desenvolvimento de tecnologias de UAVs não pode ser entendido como excepcional ou destoante do que nada mais é do que uma nova faceta (na qual está implicada a

¹³⁷ Ver item 3.3

digitalização da Ocupação como um todo) do mesmo poder colonial, fundado em uma série das mesmas prerrogativas, em termos do que pode ser entendido como uma manifestação de orientalismo aéreo (GRAHAM, 2017; WEIZMAN, 2009), estruturado ao redor de reprodução de formas de conhecimento e interpretação do campo de batalha racializadas e des-humanizadas,

Essas racionalidades do chamado conhecimento objetivo valorizam o status quo ao mesmo tempo em que reforçam uma política excludente que nega ou subjuga formas alternativas de conhecer. No caso da vigilância por drone em ambientes de combate, a política excludente da visão onisciente não só prejudica os outros étnicos e culturais com grande preconceito, mas também instiga uma violência adicional de diferença local radicalmente *homogeneizadora*, agrupando civis inocentes com combatentes inimigos, mulheres e crianças com líderes terroristas procurados. Do céu, as diferenças entre as pessoas podem ser menos detectáveis, ou - talvez mais precisamente - as motivações para fazer tais distinções refinadas podem ser atenuadas na tentativa de enganar o inimigo. Quando esses mecanismos e lógicas de vigilância são importados para ambientes que não são de combate, como zonas de fronteira e territórios civis, eles podem, por sua vez, promover a desumanização violenta e a não diferenciação de pessoas, enquanto expande o escopo de quem poderia ser incluído no olhar do drone. (MONAHAN e WALL, 2011, p. 244. Tradução própria.)

A intensa produção de imagens, inseridas em um contexto no qual - principalmente por conta da Guerra ao Terror (MONAHAN e WALL, 2011; GRAHAM, 2014) - passam a contribuir para a renovação de um imaginário de um oriente exótico e violento que continua a justificar a interferência e controle militar ocidental (GRAHAM, 2017) que, por meio do Drone, produz não apenas efeitos em termos de vítimas fatais e infraestruturas comprometidas, mas também em termos da construção de populações inteiras submetidas a condição de objeto mutilado¹³⁸ do permanente *tecno-olhar* colonial.

Nick Denes¹³⁹, na mesma direção, argumenta que a especificidade da experiência - concreta e ideológica - do movimento sionista na Palestina contribuiria para o sucesso das tecnologias nacionais de UAVs, uma vez que, em Israel, o desenvolvimento da indústria, da pesquisa e da produção (e exportação) de Drones de alta tecnologia estaria associada não apenas a um discurso técnico, como também a um

¹³⁸ Puar, 2017.

¹³⁹ Docente do Centro de Mídia Global e Comunicação da SOAS University of London

discurso nacional e moral, em consonância inexplícita com o projeto colonial na Palestina:

Ler o IDI (Indústria de Defesa de Israel) como um centro de prática técnico-científica, mas também como um local onde os significados nacionais são dados, reflete vários tropos que emergem das leituras do sionismo. O sucesso e a especificidade do IDI podem ser amplamente associados a três temas principais. Primeiro, a natureza de pequena escala, estreita e militarizada da sociedade judaico-israelense promove os altos níveis de integração de pessoal, baixos níveis de burocracia e mecanismo informal de organização do qual depende um ciclo de desenvolvimento rápido. Ele faz isso enquanto fornece - por meio da integração de bases de conhecimento do ensino médio, militar, universitário e industrial - o que um admirador descreveu como sistema verticalmente integrado para identificar, recrutar, treinar e explorar o pessoal da indústria. Em segundo lugar, a valorização do sionismo da expressão científica da auto-suficiência, da “modernidade” e “pós-exílica” historicamente tem investido instituições e posições de conhecimento técnico com incentivos nacionais construindo o técnico de acordo com o que Derek Penslar chama de “tipo ideal sionista”, a incorporação do espírito implacavelmente pragmático que os sionistas labutaram para instilar”. Finalmente, o cenário para esse pragmatismo implacável tem sido de conflito. Por um lado, o cenário da guerra permanente fornece temas de sobrevivência, expediência e auto-sacrifício que influenciam a indústria por toda parte (...) Eles freqüentemente emergiram com reivindicações sobre moralidades e civilização para sugerir formas de especificidade nacional - economias organizando fronteiras e oposições em este estado de guerra constante e inovação militar (DENES, 2011, p. 178. Tradução própria.)

Denes, assim, enfatiza o caráter de um nacionalismo israelense profundamente associado a ideais de inovação e tecnologia, justificados pela ideia de que Israel sempre consistiu em um pequeno país (com recursos limitados no que se refere à demografia e ao território) cercado de inimigos em potencial, de modo que a necessidade de se manter à frente do ponto de vista do desenvolvimento de dispositivos de segurança capazes de atuar nessas condições, é sempre prioritária (DENES, 2011; ZUREIK, 2011). Ao mesmo tempo, a manutenção da Ocupação e do controle de fronteiras tais como se dão desde 1967, fornece ainda elementos para preservação desse discurso nacionalista, a partir do argumento segundo o qual a permanência do estado de guerra e de exceção - diante da irresolúvel presença palestina -, justificaria a reprodução da lógica belicista da inovação tecnológica. O autor conclui:

A produção de novas tecnologias e sistemas de armas como um índice de distinção moral, técnica e civilização não é exclusiva do discurso da Revolução Israelita nos Assuntos Militares; eles herdam lógicas

dos esquemas modernistas europeus de progresso, darwinismo social e colonialismo, correlacionando positivamente o técnico e o ético para produzir hierarquias e uma justificativa meritocrática para a violência. No entanto, a securitização onipresente na sociedade judaico-israelense, e o escopo das Indústrias de Defesa de Israel como um ativo nacional, empresta o uso da arma como sinédoque para o nacional, um grau de proeminência. Discernida através desses cientistas, acadêmicos e oficiais, a autodefinição do IDI é de auto-abnegação para o bem nacional - de colocar o povo diante do lucro, do apego ao país, e da superioridade técnica e moral sobre um inimigo amorfo. (DENES, 2011, p. 182. Tradução própria.)

A aposta em UAVs que não apenas seriam destinados para contextos de nítido combate - mas também para objetivos de monitoramento e coleta de dados sobre as populações monitoradas - pode, também, ser entendida como uma resposta à preocupação israelense, durante os anos de Oslo, diante da promessa de redução da violência e de construção da paz. Os Acordos implicaram, para os setores de tecnologia de segurança e defesa, na expectativa de que Israel deixaria de investir e gastar com preocupações de guerra permanente (DENES, 2011; KLEIN, 2007), temor que caiu por terra diante da desilusão acerca dos Processos de Paz e da consolidação do nicho global correspondente aos interesses e necessidades da Guerra ao Terror. A militarização da vigilância - ao invés da força militar “tradicional” - entra aqui como um elemento de renovação discursivo e técnico da indústria de segurança nacional, o que sugere a importância de se voltar a atenção ao impacto da presença do Drone para além do provocado por mísseis ou assassinatos seletivos.

Enquanto o número de relatos e dados se torna mais explícito nas ocasiões de incursões mais intensas ao território (como em 2009 e 2014), pouco tem sido elaborado a respeito da experiência cotidiana dos palestinos de Gaza durante os intervalos de tempo nos quais os bombardeios se tornam menos frequentes. Tal como em outras regiões submetidas ao monitoramento permanente de Drones - no Paquistão, no Afeganistão, no Yemen ou Iraque, por exemplo -, as vidas das populações que vivem sob os zumbidos da morte se tornam permeadas pela certeza de que estão à mercê de seus vigilantes: não é possível, como consta em depoimento dado a *Al Mezan*¹⁴⁰, esconder-se 24 horas por dia.

Essa percepção pode ser relacionada com o que Monahan e Wall apontam como a crescente dinâmica entre o monitoramento e a militarização, cuja força reside na

¹⁴⁰ *Al Mezan Center for Human Rights*, é uma organização de Direitos Humanos estabelecida na Faixa de Gaza desde 1999.

desestabilização e promoção da insegurança nas vidas cotidianas, mais do que apenas na eliminação sumária dessas populações. Os Drones, assim como outras tecnologias típicas de uma época de guerras midiaticizadas¹⁴¹ (Der Derian, 2001), atribuem a seus operadores o poder de destituir seus alvos de contexto e de subjetividade, não apenas no momento em que são atingidos por seus mísseis, mas desde o momento em que se tornam envolvidos nessa mórbida interação de todos os dias, uma vez que - tal como outras estratégias da Ocupação - cada vez mais se proíbe aos palestinos a possibilidade de conduzir as mais mundanas tarefas.

Palestinos em Gaza não podem apressar o passo caso estejam atrasados para o trabalho (considerada a improvável hipótese de que estejam empregados¹⁴²), por que temem atrair a atenção indesejada de uma das câmeras pairando sobre suas cabeças. Palestinos em Gaza, ao ouvir o soar dos *zananas*¹⁴³, abandonam quaisquer afazeres simples de seus dias, tais como ir ao mercado ou à escola, temendo que dos zumbidos rapidamente se façam explosões. Suas atividades são definidas, sem possibilidade de planejamento, a partir da percepção do volume ou da proximidade dos UAVs em relação a suas casas, suas escolas, suas ruas - nenhum dos quais permanecem seus, tornando-se todos espaços da Ocupação. Palestinos em Gaza escolhem as cores de suas roupas, nas ocasiões em que se sentem confortáveis saindo de suas casas, para evitar que sejam confundidos com uniformes paramilitares. Palestinos em Gaza passam a proibir que seus filhos passem tempo na rua, na escola, ou que se encontrem com seus amigos por maiores períodos de tempo, mesmo que sob a aparente proteção de um edifício ou de um telhado, uma vez que nenhuma casa e nenhum teto representa, de fato, segurança garantida. Não há resguardo possível que permita a eles desvencilhar-se da lógica do conflito nem por um instante, nem ambiente público ou privado que lhes permita vivenciar uns aos outros enquanto comunidade.

A Ocupação Vertical toma conta, inclusive, de seus corpos uma vez que - mesmo não havendo obstáculos concretos presentes entre suas cidades, seus bairros e

¹⁴¹ Ver item 3.2

¹⁴² As taxas de desemprego em Gaza são as mais altas do mundo, de acordo com o Banco Mundial, que indica 43.9% de desemprego em 2015, comparado a uma taxa de 18% na Cisjordânia.

¹⁴³ Termo atribuído aos Drones, de uso particular dos palestinos de Gaza, que se refere ao som produzido pelo pairar dos veículos no ar.

suas ruas, para os palestinos de Gaza mesmo a possibilidade de interação uns com os outros passa a ser interpelada pela incessante companhia de seus vigilantes.

A predominância das operações com UAVs na Faixa de Gaza se relaciona, dentro do processo de digitalização da Ocupação, a duas características que serão abordadas em maiores detalhes nas seções subsequentes: a primeira delas se refere à *mediatização* do conflito israelo-palestino, perpassando a militarização do espaço virtual; a segunda diz respeito à intersecção entre o desenvolvimento tecnológico, a desresponsabilização sobre a população em território ocupado e o correlato processo de privatização do poder colonial na Palestina.

3.2 A colonialidade nas redes: mediatização e militarização

Os últimos quinze anos, marcados por pelo menos três grandes ofensivas israelenses à Faixa de Gaza, assistiram à emergência da anteriormente mencionada dimensão *mediatizada* dos conflitos armados - não exclusivos do contexto palestino-israelense -, que se manifestou, nesse caso, no fato de que em 2012, por exemplo, os militares israelenses partiram para o campo de batalha com seus *smartphones* em mãos - fenômeno que pode ser identificado como uma evidência de digitalização da cultura militar (ou, do militarismo) israelense (Kuntsman, A; Stein, R. 2015). Chamou-se, nesse sentido, de militarismo digital:

(...) o processo pelo qual as plataformas de comunicação digital e as práticas de consumo, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, se tornaram ferramentas militarizadas nas mãos de atores estatais e não estatais, tanto no campo das operações militares e em quadros civis. Em termos mais amplos, o digital do militarismo digital é um domínio altamente variado de novas aptidões tecnológicas, incluindo armas de alta tecnologia e guerra cibernética - um campo no qual as forças armadas israelenses se orgulham orgulhosamente. (KUNSTMAN e STEIN, 2015, p. 14. Tradução própria.)

O relatório anual da *7amleh*¹⁴⁴ de 2016 entende as plataformas de mídias sociais como uma das mais importantes ferramentas atuais de que as FDI dispõem para monitoramento e controle social nos TPOs hoje. O que identificamos, aqui, como outra

¹⁴⁴ *Arab Center for Social Media Advancement*, é uma ONG palestina que reúne pesquisas e publicações acerca da proteção dos direitos digitais enquanto direitos humanos dos palestinos nos Territórios Ocupados; A ONG também fornece serviços de proteção e defesa às vítimas dos abusos da Ocupação no que se refere à segurança digital e liberdade de expressão

manifestação da colonialidade digital na Palestina pode ser entendida a partir de duas dimensões - a primeira se dá na extensiva presença virtual militarizada das FDI em uma série de plataformas, principalmente a partir da Operação Chumbo Fundido, de 2008. A segunda, por sua vez, se refere a um processo que se intensificou nos últimos anos, através do qual - por exemplo - mais de 20% do total dos jovens palestinos vivendo nos Territórios Ocupados hoje, já foram submetidos à detenção administrativa devido a atividade nas redes sociais¹⁴⁵.

3.2.1 O recrutamento das mídias sociais: *tweeting* sobre Gaza

Durante o que foi chamada de “primeira guerra nas mídias sociais”¹⁴⁶, enquanto palestinos da Faixa de Gaza - ainda que com recursos limitados para tanto - compartilhavam vídeos amadores e imagens da devastação provocada pela incursão aérea sobre o território em 2012, militares israelenses passaram a compartilhar *posts* e imagens ilustrando o dia-a-dia mundano de um jovem que aguarda sua vez de participar do conflito. *Esteticizadas* através de filtros, localizando os soldados em ambientes do cotidiano - elevadores, ônibus, lanchonetes, ainda que sempre munidos de suas armas e identificados por seus uniformes -, a contrapartida israelense ao esforço midiático dos palestinos de Gaza procurava distanciar a iconografia nacionalista da guerra de qualquer associação com imagens de violência e brutalidade.

O debate acerca das intersecções entre conflitos armados, forças militares e novas mídias não é exclusivo nem inédito no contexto palestino-israelense, tendo já sido abordado em relação a uma série de outros contextos, tais como o da guerra do Vietnã¹⁴⁷, da Guerra do Golfo¹⁴⁸, da invasão do Afeganistão e ocupação do Iraque¹⁴⁹, por exemplo. A extensa elaboração de Paul Virilio¹⁵⁰ acerca de temas correlatos teria em seu argumento central a percepção de que o mundo contemporâneo testemunhou a transição de um modelo industrial de guerra para um modelo informacional,

¹⁴⁵ *7amleh*, 2017.

¹⁴⁶ Peled, A. “The First social media war between Israel and Gaza”, 2012.

¹⁴⁷ Virilio, Paul. 2000 e 2002.

¹⁴⁸ Baudrillard, J. 1995.

¹⁴⁹ Der Derian, James. 2009.

¹⁵⁰ Urbanista e arquiteto francês, conhecido por sua produção acerca das tecnologias de comunicação.

determinado pela velocidade dos meios de comunicação eletrônicos e pelas tecnologias de monitoramento¹⁵¹ - contexto no qual as sociedades estariam submetidas à ameaça de bombas de informação¹⁵², com potencial destrutivo comparável ao de outras formas de artilharia, por conta de sua capacidade de disseminar informação em alta velocidade, ao redor do globo. Der Derian¹⁵³, a esse respeito, lança mão do atentado do 11 de Setembro de 2001 como exemplo:

Em 11 de setembro, o terror veio para a América não por um estado desonesto ou mísseis balísticos ou armas biológicas, químicas e nucleares de destruição em massa - como pressagiado pelos especialistas em inteligência e segurança nacional - mas por uma rede profana, aviões sequestrados e o “multiplicador de força” favorito do terrorista: armas primitivas, de cabo e internet de distração e ruptura em massa (...) A informação e a velocidade eram as principais variáveis na guerra: quem tem a rede mais rápida ganha (DER DERIAN, 2009, p. 242. Tradução própria.)

Der Derian argumenta que no começo dos anos 1990 uma nova forma de combate teria caracterizado as empreitadas militares ocidentais, marcadas por uma lógica de organização em rede cujo objetivo não apenas se associaria a identificar e destruir a infraestrutura de comunicação do inimigo, como também - e principalmente - instrumentalizar fluxos de informação, imagens e dados capazes de destituir a guerra de sua territorialidade, fazendo dela um produto de consumo global (DER DERIAN, 2009, p. 150). Do ponto de vista do autor, portanto, essa nova forma de combate implicaria em uma nova forma de percepção do inimigo e uma nova forma de percepção da guerra:

Enfrentando uma “era em que os inimigos da civilização procuram aberta e ativamente as tecnologias mais destrutivas do mundo”, o NSS sanciona uma contra-estratégia baseada em inteligência superior, ética e capacidade tecnológica. (...) Em suma, a guerra será virtuosa. Primeira audição nos Bálcãs e ensaio ensaiado no Afeganistão, a guerra virtuosa foi o centro das atenções na invasão do Iraque. A guerra virtuosa projeta uma superioridade tecnológica e ética na qual a simulação por computador, a dissimulação da mídia, a vigilância global e a guerra em rede se combinam para deter, disciplinar e, se necessário, destruir o inimigo. Eticamente intencionada e virtualmente aplicada, baseando-se nas doutrinas da guerra justa quando possível e da guerra santa quando necessário, a guerra virtuosa é mais do que um oximoro feliz. (DER DERIAN, 2009, p. 264. Tradução própria.)

¹⁵¹ Virilio, Paul. 2002.

¹⁵² Virilio, Paul. 2000.

¹⁵³ Docente e diretor do centro de estudos internacionais de segurança, da Universidade de Sydney, pesquisador de segurança internacional e tecnologias de segurança e comunicação.

Na mesma linha de Virilio e Der Derian, a contribuição de Jean Baudrillard¹⁵⁴ enfatiza o caráter midiático do conflito armado contemporâneo, argumentando que *“diferentemente de guerras anteriores, para as quais os objetivos políticos se traduziam em conquista ou dominação, o que está em questão nestes casos é a própria guerra: seu status, seu significado, seu futuro. É levada a não ter um objetivo senão sua própria existência”* (BAUDRILLARD, 1995, p. 32. Tradução própria.). A famosa - e extensivamente criticada - afirmativa do autor segundo a qual a guerra do Iraque não teria de fato acontecido, pode ser interpretada como uma reflexão acerca do espetáculo de mídia que se torna o conflito, somado a uma lógica de processamento do oponente em termos de um alvo computadorizado (Baudrillard, 1995), implicando em um contexto no qual o esforço principal das administrações ocidentais acerca dos conflitos armados nada mais é senão o de construir a aparência e a narrativa de guerras sem derramamento de sangue. Ao mesmo processo, Derek Gregory¹⁵⁵ e Christopher Coker¹⁵⁶ atribuem o nome de “re-encantamento” da guerra:

Coker (2004) chama isso de forma mais geral (e aprovadora) do 'reencantamento' da guerra, em cuja precisão óptica armas e ataques cirúrgicos atingem com sucesso combatentes e minimizam vítimas civis, a morte praticamente desaparece do espaço de batalha, e os militares se preparam para suas “operações humanizadoras que não a guerra” (...) Na verdade, os militares dos EUA se tornaram extremamente conscientes do papel da mídia digital na exibição pública da guerra moderna e procuram moldar sua encenação através de blogs, podcasts e seu próprio canal iraquiano. no YouTube e através do seu envolvimento na produção de *videogames* e outros entretenimentos. Imagens são absolutamente focais para este projeto. Uma vasta economia visual regula sua produção, seleção e circulação. (GREGORY, 2010, p. 164. Tradução própria.)

A noção de *simulação*, já brevemente mencionada no capítulo anterior, aqui também nos concerne, no sentido de que a fusão de representações eletrônicas tão amplamente dissemináveis e disseminadas implica na difusão de narrativas *simuladas* sobre a segurança, sobre o(s) inimigo(s), sobre a violência, sobre a guerra. Nas palavras de Baudrillard, mais uma vez,

¹⁵⁴ Filósofo e sociólogo francês, conhecido por *Simulacros e Simulação*, de 1981.

¹⁵⁵ Docente do departamento de Geografia da Universidade de British Columbia.

¹⁵⁶ Docente do departamento de Relações Internacionais da London School of Economics

A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: o hiper-real. O território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território - precessão dos simulacros - é ele que engendra o território cujos fragmentos apodrecem lentamente sobre a extensão do mapa. É o real, e não o mapa, cujos vestígios subsistem aqui e ali, nos desertos que já não são os do Império, mas o nosso. O deserto do próprio real. (BAUDRILLARD, 1991, p. 8)

A *desertificação* da realidade-*real*, para o autor, que desloca o sentidos atribuídos sobre o mundo para o que ele chama de realidade hiper real, seria um efeito produzido pelos meios de comunicação. Graham comenta a elaboração de Baudrillard tendo, também, por pano de fundo o debate acerca do 11 de Setembro e do contexto da Guerra ao Terror, enfatizando que os espaços de simulação não destituem as realidades que representam de sua *realidade de fato*, mas oferecem a possibilidade de dissociar a violência de qualquer conexão *real* com um território, com uma população, com um contexto (GRAHAM, 2016, p. 294).

Graham brevemente aborda a midiaticização da guerra em diferentes dispositivos - tais como canais do YouTube, salas de cinema e jogos de PlayStation, que estariam, como “*múltiplos domínios de mídia, no processo de se fundir e interpenetrar no e por meio do coletivo de simulacros militares - um processo ao mesmo tempo confuso, perturbador e em evoluir extremamente rápido*” (GRAHAM, 2016, p. 295). A importância fundamental deste “coletivo de simulacros” estaria no fato de que permitem, simultaneamente, um processo de reintrodução da corporalidade ao campo de batalha - no caso, ao campo de batalha *digital* -, sem que se volte à uma preocupação com estatísticas de mortalidade *reais*¹⁵⁷.

Os debates brevemente mencionados, portanto, acerca da midiaticização da guerra contemporânea, ainda que não abordem diretamente mídias sociais - que estão no centro do militarismo digital israelense (KUNSTMAN e STEIN, 2015) -, fornecem alguns caminhos para interpretação deste processo. Entre as muitas especificidades deste processo na sociedade israelense, está o fato de que se trata - em sua dimensão *não-digital* - de uma sociedade profundamente militarizada, de modo que em Israel a midiaticização da guerra nada mais é, no fundo, do que a midiaticização do cotidiano. A presença de militares uniformizados e armados - por todos os lados, nas ruas, no

¹⁵⁷ Graham, 2016; Der Derian, 2009.

transporte público, nos centros comerciais - é trivial; militares são convidados às escolas primárias, e desde cedo gerações e gerações de jovens israelenses conceberam seus futuros partindo do pressuposto de que não apenas era seu dever cumprir seu papel na defesa das ameaças perpétuas às quais Israel está submetida (de acordo com a predominante ideologia sionista), como também era crucial para determinar seus anos seguintes, suas oportunidades na universidade, suas carreiras, as possibilidades para suas famílias, enfim. Todas as dimensões da vida civil estão tão intrinsecamente associadas a uma estética e uma narrativa bélica, que nada seria mais corrente do que o mesmo se dar nos espelhos virtuais desse cotidiano, nomeadamente nas redes sociais.

A empreitada das FDI nas mídias sociais e colaborativas - que algum tempo depois adquire um caráter de espontaneidade não-tão-institucional - remete a um canal de YouTube lançado em 29 de Dezembro de 2008, disponível inteiramente em inglês, que compartilhava vídeos estilizados dos ataques aéreos em Gaza, seguidos por relatos e depoimentos de soldados que procuravam justificar a Operação:

Os vídeos mais populares envolviam imagens aéreas tiradas da vantagem da arma, alvos circulados em cores e aumentados com notas descritivas. Tal como com o uso militar prévio de imagens aéreas, tanto neste como noutros contextos geopolíticos, estes vídeos tentaram justificar e esterilizar a campanha aérea através de uma lógica visual que tornou todas as pessoas e edifícios vistos de cima como proto-alvos. O canal do YouTube recebeu mais de quatro mil inscritos nos primeiros dois dias após o lançamento, com alguns vídeos vistos mais de dois milhões de vezes até o final da guerra. As Forças Armadas consideraram seus esforços um sucesso categórico, e a vitalidade das filmagens iria diminuir as decisões militares subsequentes para expandir substantivamente o trabalho, os objetivos e a escala de sua unidade de mídia social. (KUNSTMAN e STEIN, 2015, p. 30. Tradução própria.)

Estava, assim, fundada a unidade de mídia social do exército, defendendo a revolução que as mídias sociais representariam para a diplomacia israelense, ao passo que abriam, também, sua intensa participação no Twitter. Se, por um lado, a preocupação israelense no campo das *ciberguerras* implicava em recrutamento e treinamento em um conhecimento técnico extremamente específico - que, até o momento, refletia em uma atuação de pequeno escopo -, a “ocupação” das mídias sociais se deu em ampla escala, dada a facilidade com a qual militares e cidadãos tinham disponíveis - a qualquer momento de seus dias - as ferramentas para contribuir com um *post* ou um *re-post*, tendo diante de si a assistência do mundo todo.

O canal das FDI permanece aberto e disponível no YouTube¹⁵⁸, com *playlists* públicas que reúnem vídeos dos mais variados temas, desde “*aprenda Krav Maga com nossos instrutores*”, “*Mulheres das FDI*”, “*Diversidade nas FDI*”, até as referidas *playlists* dedicadas exclusivamente as incursões nos Territórios Palestinos - das Operações Chumbo Fundido (2008-2009), Margem Protetora (2014), além de *playlists* especialmente dedicadas a Força Aérea e a Marinha. Intercalando imagens e depoimentos de jovens - que riem, que cantam, que festejam e oferecem suas mais simpáticas saudações para o resto do mundo - com imagens aéreas, nos quais pouco ou nada se vê das figuras marcadas pelos alvos em vermelho prenunciadas pelo alerta de que “este vídeo pode ser impróprio para alguns usuários” - a perspicácia dos idealizadores dessas narrativas parece bem sucedida em criar representações da guerra nas quais não apenas não se vê vítimas ou sangue - mas leva a ver apenas heróis e heroínas, a respeito dos quais sempre é importante lembrar sua notável humanidade, característica de uma tendência que Kuntsman¹⁵⁹ e Stein¹⁶⁰ identificam como adotada pelo Estado a partir de então para popularizar sua presença nas mídias sociais:

(...) Os órgãos estatais aumentariam substancialmente seu engajamento com as ferramentas e plataformas de mídia social: reforçando as defesas antifraude; expandir seu monitoramento de atividades anti-ocupação, particularmente entre as populações palestinas; aumentar o namoro de blogueiros internacionais capazes de defender a imagem de Israel on-line; e esforçando-se para ganhar uma posição mais forte em plataformas populares de mídia social e espaços digitais por meio de “curtidas”, “compartilhamentos” e números de seguidores. Mas, mais importante, esse período marcaria uma mudança na relação do estado com as plataformas mediais sociais como usuários fictícios comuns e cotidianos, transformando a linguagem tradicionalmente formalizada e hierárquica de conversas estatais e *press releases* nos termos populares exigidos pelo Twitter e pelo Facebook, onde a informalidade era a chave. No processo, o estado estava tentando se transformar em um jogador vernacular no campo de batalha digital. Acreditava-se que esse perfil de homem comum tivesse um potencial considerável como um idioma de persuasão política, particularmente crucial em tempos de guerra. (KUNSTMAN e STEIN, 2015, p. 55. Tradução própria.)

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/user/idfnadesk/featured>

¹⁵⁹ Docente na Universidade Metropolitana de Manchester, dedica-se a temas de mídias sociais e etnografias digitais.

¹⁶⁰ Antropóloga e docente da Universidade Duke, pesquisadora na área de cultura e política no contexto da ocupação da Palestina.

Em *War in 140 Characters: How social media is reshaping conflict in the twenty-first century*, David Patrikarikos¹⁶¹ localiza a intensificação do militarismo digital israelense a partir da necessidade que a própria instituição percebeu de melhor combater em um formato de guerra para o qual seu amplo arcabouço bélico e tecnológico, até então, não seria suficiente sem que se abordasse também o campo de batalha que se tornavam as mídias sociais,

A Operação Chumbo Fundido revelou a incapacidade de qualquer exército, por mais poderoso que fosse, de lutar adequadamente contra uma guerra do século XXI sem a mídia social. Claro que, no campo de batalha, Israel seria o vencedor. Mas o fato de Israel estar enfrentando um conflito assimétrico, no qual tinha o poder de fogo extraordinariamente superior, só serviu para fortalecer uma narrativa palestina de guerra centrada na vitimização. Como mostrou o incidente da guerra e da flotilha, sem a capacidade da mídia social de transmitir mensagens - e, portanto, promulgar sua própria narrativa - quase instantaneamente, e essas mensagens serem amplificadas em todo o mundo, as FDI não poderiam competir, mesmo com apenas algumas centenas de passageiros em alguns poucos navios. Uma unidade inteira dentro das forças armadas, possivelmente a instituição mais poderosa de Israel, foi totalmente superada pela *Homus Digitalis*. E foi apenas com o surgimento do mesmo fenômeno dentro de suas próprias fileiras que as coisas nas FDI eventualmente começaram a mudar. (PATRIKARIKOS, 2017, p. 63. Tradução própria.)

A mudança à qual Patrikarikos se refere - que, por sua vez, Kuntsman e Stein entendem como sendo de igual importância para a atuação das FDI nos Territórios Ocupados, à expansão das atividades de monitoramento da população palestina *online* -, diz respeito à “profissionalização” da unidade de mídias sociais das forças armadas, constituída principalmente por soldados jovens e com amplo conhecimento de línguas estrangeiras. Patrikarikos afirma, nesse sentido, que a Operação Chumbo Fundido foi a última guerra enfrentada pelas FDI no século XX. A Operação Margem Protetora, poucos anos depois, consolida a transição do militarismo israelense para uma nova - e profundamente midiaticizada - ideologia de guerra. Em 14 de Novembro de 2012, inclusive, a página oficial das FDI no *twitter* lançava seu chamado:

Tweet postado na página oficial das FDI, em 4 de Novembro de 2012. Lê-se: "Torne-se um guerreiro *online* - junte-se as fileiras das FDI hoje! Visite idfblog.com para se inscrever de graça!"

¹⁶¹ Jornalista, associado ao Instituto de Estudos Iranianos da Universidade de St Andrews.

(Fonte: @IDFSpokesperson - <http://twitter.com/idfspokesperson>)

No contexto da Operação Pilar Defensivo (14 a 21 de Novembro, 2012), a possibilidade de ser um “combatente virtual” pelas FDI estava apenas a um *clique* de distância, anunciado em termos de sua adesão gratuita - não tão diferente de uma assinatura promocional do *Netflix* -, sem que fosse ao menos necessário por os pés em um cambo de batalha. Durante o andamento da Pilar Defensivo, a atividade *online* das FDI permaneceu intensa com a aposta de uma linguagem informal, lançando mão de referências da cultura *pop*, contribuindo com a diluição da fronteira entre (ciber)espaços militarizados e não-militarizados e com a obstrução da distinção entre imagens virtuais de violência simulada e virtuosa (DER DERIAN, 2009) e a concretude das baixas e das vítimas reais, da concretude do território.

Tweet postado na página oficial das FDI, em 9 de Novembro de 2012. Lê-se: “James Bond tem alguns aparelhos legais, mas eles não chegam perto dos nossos.”

(Fonte: @IDFSpokesperson - <http://twitter.com/idfspokesperson>)

Tweet postado na página oficial das FDI, em 13 de Novembro de 2012. Lê-se: “Jogando jogos de guerra em *Call of Duty*¹⁶² ontem à noite? Mais de 1 milhão de Israelenses ainda estão sob fogo REAL”

(Fonte: @IDFSpokesperson - <http://twitter.com/idfspokesperson>)

Ao mesmo tempo, as FDI continuaram a promover intensamente a divulgação de vídeos e imagens em tempo real de suas atividades em território palestino, compartilhadas, ainda, através de uma estética e uma narrativa descontraída:

¹⁶² Série de videogames de tiro em primeira pessoa, em contextos de conflitos históricos, tais como as guerras mundiais ou a ocupação do Iraque.

Tweet postado na página oficial das FDI, em 14 de Novembro de 2012. Lê-se: “Fotos da *#PilarDeDefesa* em Gaza serão postadas aqui ao longo da operação: *flickr.com/photos/idfonline*”

(Fonte: *@IDFSpokesperson* - <http://twitter.com/idfspokesperson>)

Tweet postado na página oficial das FDI, em 14 de Novembro de 2012. Lê-se: “Caso você tenha perdido - VÍDEO - FDI em ataque certo a Ahmed Jabari, líder do braço militar do *#Hamas*”

(Fonte: *@IDFSpokesperson* - <http://twitter.com/idfspokesperson>)

Tweet postado na página oficial das FDI, em 14 de Novembro de 2012. Lê-se: “Ahmed Jabari: Eliminado”

(Fonte: @IDFSpokesperson - <http://twitter.com/idfspokesperson>)

À medida que as FDI passam a lançar mão de recursos coerentes com a tentativa de se aproximar cada vez mais do público - principalmente através de mídias frequentemente usadas por qualquer um em qualquer lugar (Facebook, Twitter, Flickr, YouTube), a propagação da Ocupação *online* passa a ser objeto de um esforço de normalização não tão distinto do mesmo que se aplica, há décadas, em suas dimensões mais tradicionais,

Imagens estetizadas de soldados israelenses se tornaram a regra e não a exceção, uma parte antecipada do feed de notícias ou do repertório

de redes móveis. (...) Todas as operações militares israelenses têm uma segunda vida em computadores e telas de smartphones. À medida que o militarismo digital israelense se normalizou, envolvendo-se nas práticas cotidianas das redes israelenses e nas estruturas de sentimento on-line, os usuários de mídia social israelense estão se alinhando voluntariamente à violência militar israelense. Hoje, civis israelenses pedindo vingança e retribuição violenta contra os palestinos são compartilhados com alegria nas redes sociais, e porta-vozes militares oficiais israelenses empregam selfies como plataformas de relações públicas em meio a violentas incursões em Gaza. (KUNSTMAN e STEIN, 2015, p. 194. Tradução própria.)

É evidente que a multiplicação de imagens e narrativas públicas por parte das forças armadas implique em maior documentação disponível para que os críticos à Ocupação possam dispor de múltiplas evidências da violência e dos abusos amplamente registrados (KUNTSMAN e STEIN, 2015; DISHY, 2017; STEIN, 2017). Parece haver, nesse sentido, pouco espaço para manutenção de discursos encobertos e dissimulados sobre os “trabalhos sujos” dos militares nos Territórios Ocupados, a respeito dos quais alegou-se em décadas anteriores não existir informação disponível. Contudo, há de se considerar que os símbolos mobilizados pelo militarismo digital israelense não representam qualquer rompimento com aqueles já compartilhados nos espaços *offline* da sociedade civil - nomeadamente, símbolos referentes a armas, a artilharia, a figuras uniformizadas, a emblemas nacionais - e, portanto, a princípio não parecem representar ameaça considerável ao *status quo*. Outrossim, os combatentes-cidadãos-personagens que deliberadamente emprestam seus rostos e suas vozes na consolidação deste processo, passam a equivaler a rostos anônimos da nação, exonerados de responsabilidade sobre quaisquer abusos cometidos em nome da segurança nacional - ao mesmo tempo em que inseridos na versão higienizada, virtuosa e virtual dos campos de batalha, nos quais a legitimidade da ação violência não deixa de estar associada à compreensão da mesma enquanto *simulacro* (BAUDRILLARD, 1995; DER DERIAN, 2009; DER DERIAN, 2000) ou enquanto realidade quase-virtual. Nesse contexto,

Enquanto os soldados rotineiramente carregam smartphones na batalha ao lado de suas armas, enquanto os civis israelenses produzem e consomem o *militarismo da selfie*, enquanto imagens da brutalidade militar israelense viralizam nas redes sociais israelenses e globais, a ocupação israelense torna-se cada vez mais exposta e cada vez mais obscurecida. Agora, imagens instantâneas privadas do campo de operações militares estão migrando para contas do Instagram das FDI e álbuns do Facebook, trazendo a Cisjordânia ocupada para o coração da metrópole israelense de novas maneiras. Ao mesmo tempo, o acoplamento da ocupação e das convenções digitais cotidianas está

trabalhando para banalizar essa violência, normalizando-a através do verniz das mídias sociais todos os dias, pelo qual o governo militar é reconfigurado como meme. (...) Essa esfera normalizada do militarismo digital, com seus segredos oscilantes, não sinaliza o desaparecimento imanente da ocupação. Pelo contrário, marca um abraço israelense coletivo de sua presença contínua e duradoura. (KUNSTMAN e STEIN, 2015, p.210. Tradução própria.)

3.2.2 A Ocupação em Algoritmos

O fenômeno do militarismo digital, abordado na seção anterior, contribui com a concomitante emergência de uma tendência recente no que se refere ao controle e monitoramento da população palestina nos TPOs e dentro das fronteiras de Israel. Em 24 de Abril de 2017, reportagem¹⁶³ publicada no *Haaretz* anunciava e trazia luz ao movimento que algumas ONGs e organizações palestinas vinham notando e mapeando nos últimos três anos - um movimento segundo o qual, desde 2015, mais e mais palestinos vinham sendo detidos por conta de suas atividades nas redes sociais. O *Haaretz*, na ocasião, chamava atenção para a detenção administrativa de mais de 800 palestinos¹⁶⁴, nos últimos anos, detidos a partir da *possibilidade* de que estivessem cogitando cometer um crime - possibilidade, esta, determinada por um *software*. As previsões do sistema de “alerta preventivo” (7amleh, 2017) identificaria os criminosos em potencial a partir de termos e palavras chave como: mártir, Estado Sionista, Al Quds (Jerusalém, em árabe) e Al Aqsa. Entretanto, ao passo que os palestinos detidos com frequência não têm acesso a informações que justifiquem suas detenções, o padrão utilizado pelos algoritmos da Ocupação permanece pouco claro - especialmente dado que, de acordo com as ONGs que tem acompanhado alguns dos acusados, os relatórios das autoridades frequentemente omitem as especificidades das postagens acusadas de suspeitas, razão pela qual a prática tem sido entendida como arbitrária e draconiana. Em Outubro de 2017, por exemplo, um palestino foi detido por suspeita de incitação a partir de uma equivocada tradução do Facebook da frase “bom dia”, em árabe, para “ataque-os”, em hebraico.

Programas e esforços de monitoramento, policiamento e punição por meio de análise de dados digitais e mídias sociais não são pioneiros nem exclusivos do contexto

¹⁶³ Brown, John. "Arrest of Palestinians for Potential Terror Attacks brings New Meaning to 'Minority Report'", disponível em: <https://www.haaretz.com/opinion/premium-arrest-of-palestinians-brings-new-meaning-to-minority-report-1.5464664>

¹⁶⁴

israelo-palestino, e têm sido abordados em termos de uma nova inclinação nas sociedades contemporâneas no que se refere a tecnologias de *previsão* de riscos.

A RAND Corporation define os chamados *sistemas de policiamento preditivo*, como:

(...) A aplicação de técnicas analíticas - particularmente técnicas quantitativas - para identificar alvos prováveis de intervenção policial e prevenir crimes ou resolver crimes passados, fazendo previsões estatísticas. Outro termo usado para descrever o uso de técnicas analíticas para identificar alvos prováveis é a *previsão*. (RAND, 2013, p. XIII. Tradução própria.)

Trata-se, objetivamente, de sistemas desenvolvidos sob o argumento de que é possível e desejável procurar prevenir (e punir) crimes que ainda não aconteceram, e que se dá a partir de coleta e análise ampla de *big data*¹⁶⁵:

Big data é uma modalidade emergente de vigilância. Uma ampla gama de organizações - de finanças a saúde e aplicação da lei - adotou a análise de big data como meio de aumentar a eficiência, melhorar a previsão e reduzir o viés. (...) Primeiro, a análise de big data envolve a análise de grandes quantidades de informações, muitas vezes medidas em petabytes e envolvendo dezenas de milhões de observações. Em segundo lugar, os big data normalmente envolvem observações de alta frequência e processamento rápido de dados. Terceiro, o big data é dispar - vem de uma ampla gama de sensores institucionais e envolve a fusão de fontes de dados previamente separadas. Em quarto lugar, o big data é digital. A digitalização massiva de registros facilita a fusão e o compartilhamento de registros entre as instituições, facilita o armazenamento e o processamento e torna os dados mais eficientes para analisar e pesquisar remotamente (BRAYNE, 2017, p. 979. Tradução própria.)

O que, ainda, entende-se por "ambiente de *big data*" é constituído pela intensa e cotidiana contribuição de indivíduos com o fluxo de dados sobre si mesmos, com o rastro digital de suas próprias vidas, para o qual as mídias sociais são fundamentais. O monitoramento e policiamento de *big data* vem se tornando objeto de análise em diversos contextos, especialmente no norte-americano, no qual se expandem iniciativas de "*smart policing*" (BRAYNE, 2017.). Lyon, a esse respeito, contextualiza a emergência de policiamento e monitoramento de *big data* em um cenário de mudanças nas formas de vigilância que correspondem a mudanças nas formas de entendimento e coleta de dados, marcado pelo episódio Snowden

¹⁶⁵ Termo de definição ambíguo, pode ser entendido como um *ambiente* de dados caracterizado por seu amplo escopo, sua velocidade e seu caráter digital (BRAYNE, 2017.)

Vigilância constantemente sofre mudanças e atualmente está sendo reconfigurada em vários aspectos, alguns dos quais alteram seu caráter. em particular, diferentes tipos de dados estão sendo capturados e usados de novas maneiras, o que leva alguns a distinguir entre a vigilância como práticas direcionadas contra a nova forma de vigilância de dados. Não são apenas dados capturados de forma diferente, eles também são processados, combinados e analisados de novas maneiras. As mídias sociais que apareceram em cena mais ou menos na mesma época em que as respostas ao 11 de setembro impulsionaram o “estado de vigilância”, são agora a fonte de muitos dados, usados não apenas para fins comerciais, mas também para fins de “segurança”. A palavra de ordem é “*datafication*”, que aponta para o modo como para muitas empresas a infra-estrutura da informação é o coração delas. As atividades sociais dos usuários comuns são sugadas como dados, quantificados e classificados, possibilitando rastreamento e monitoramento em tempo real. Vai além disso, no entanto. Com práticas de Big Data, por exemplo, os dados pessoais - agora incluindo metadados identificáveis - não são coletados para determinados fins limitados, especificados e transparentes, que são os objetivos da proteção de dados e defensores da privacidade. Em vez disso, o Big Data reverte atividades policiais ou de inteligência anteriores que convencionalmente teriam como alvo suspeitos ou pessoas de interesse e, em seguida, buscavam dados sobre eles. (LYON, 2014, p. 4. Tradução própria.)

Para Lyon, é característica fundamental dessa mudança a possibilidade de se mobilizar algoritmos e sistemas de análise não mais para compreender um acontecimento passado, mas principalmente para prever e interferir em comportamentos e eventos futuros (LYON, 2014). Ao mesmo tempo, o autor também nota a centralidade da automatização nos processos de monitoramento de *big data*, implicando não mais em técnicas e tecnologias de vigilância e controle cujo objetivo reside nos corpos, nos indivíduos ou em populações - mas em uma série de definições que desenham perfis de identidades digitais,

A vigilância na era do big data (...) “compensa” os dados em dobro, nossa persona on-line, e essa entidade atua novamente naqueles com os quais os dados estão associados, informando-nos quem somos, o que devemos desejar ou esperar incluindo quem nos devemos tornar. Os algoritmos nos agarram mesmo quando nos seguem, produzindo cada vez mais informações para tentar tornar os dados do usuário mais eficazes. Os usuários descobrem, poder-se-ia dizer, que o preço de nossa liberdade em contextos políticos e de consumo é nossa modelagem ou condicionamento por algoritmos. (LYON, 2015, p. 64. Tradução própria.)

Também entendida como uma identidade algorítmica (Cheney-Lippold, 2011), é aquela que se faz por meio dos múltiplos movimentos de um usuário através de uma ampla diversidade de sites e servidores, definida por categorias estatísticas que

se referem a gênero, raça, classe e quaisquer outros identificadores pertinentes, ao mesmo tempo que *automaticamente* atribui significado a essas mesmas categorias, de modo que “*categorias de identidade são inferidas sobre indivíduos com base em seu comportamento na rede. Códigos e algoritmos são as engrenagens por traz de tal inferência e são as axis de novas construções de identidade online*” (CHENEY-LIPPOLD, 2011, p. 165). Os processos de previsão de eventos e comportamentos futuros, tendo por base identidades digitais/algorítmicas, passariam a estabelecer fluxos regulatórios (LYON, 2014; LYON, 2015; CHENEY-LIPPOLD, 2011; BRAYNE, 2017) da vida cotidiana, não tão diferentes dos fluxos e categorias produzidas pela biopolítica foucaultiana que - tal qual sua correspondente cibernética - procurava controlar eventos “aleatórios” a partir de sua previsibilidade estatística.

O esforço regulador - ou, modulatório - da produção de identidades digitais/algorítmicas, muito se associa à concepção de Gilles Deleuze segundo a qual o controle constituiria um elemento integral da definição do indivíduo de si mesmo e de outros (DELEUZE, 1992), principalmente no que se refere à infinita possibilidade de sua *des-individualização* em unidades divididas (e divisíveis) de si que, no contexto abordado, adquirem inteligibilidade por meio das categorias arbitrariamente atribuídas a suas partes des-individualizadas,

Esses indivíduos tornam-se o axioma do controle, os destinatários através dos quais o poder flui como subjetividade leva um mergulho desconstruído na era digital. Quando situamos este processo dentro de questões em torno da identidade digital, as dividas podem ser vistas como os dados que são agregados para formar sujeitos unificados, de conectar partes individuais através de encerramentos arbitrários no momento da compilação de um programa de computador ou no resultado de um banco de dados. consulta (...) Peças individuais são inteligíveis e constituem o assunto digital por meio de algoritmos de código e de computador. (CHENEY-LIPPOLD, 2011, p.170. Tradução própria.)

Sendo assim, a emergência de tecnologias de previsibilidade, fincadas em monitoramento de *big data*, perpassariam um processo de controle e vigilância através do qual, deste ponto de vista, se dá simultaneamente um rompimento com a subjetividade, e a produção de uma outra subjetividade - automática, algorítmica, arbitrária (e involuntária), sempre ocultamente presente ao lado dos rastros digitais produzidos por qualquer interação *online*.

Como brevemente mencionada no primeiro capítulo do presente trabalho, familiarizei-me com os riscos representados por meu *par* digital pouco antes de embarcar à Palestina pela primeira vez, em Janeiro de 2014. Parecia ser de um certo consenso secreto entre redes de ativismo e de organizações de direitos humanos que, independentemente de seu grau de irrelevância, qualquer menção ou referência a algum assunto indesejável inscrita no meu *doppelgänger*¹⁶⁶ digital seria rapidamente percebida, anunciada e punida antes mesmo que eu pudesse por os pés em solo israelense.

As recomendações eram simples e, algumas semanas antes de embarcar, meus perfis em mídias sociais passaram a responder a nomes fictícios e, mesmo anônimos, permaneceriam desativados até segunda ordem. E-mails sobre quaisquer assuntos “controversos” deveriam ser deletados e, se possível, era desejável ter disponível um segundo e-mail de histórico “limpo” para apresentar nas guaritas caso solicitado. Deletei também mensagens de texto, histórico de buscas no *google* e espalhei arquivos de meu HD entre pastas de nomes aleatórios de minha biblioteca do iTunes. Quanto mais eu procurava me esconder, mais evidente ficava que este meu duplo era inocultável - inocultável e, para mim, impossível de mensurar ou de acompanhar integralmente, o que tornava a hercúlea tarefa de apagamento, virtualmente inútil.

Confesso que em minha segunda - e, mais ainda, em minha terceira - viagem, convencida de que havia peixes maiores para se pescar, fui mais descuidada. Descuido sempre seguido de ondas breves de desespero absoluto, diante do universo assombroso e fantasioso que ainda parecia pairar ao redor da ideia de que *sabiam algo sobre mim* e que alguma coisa poderia ser feita. Nada nunca foi feito e não tenho nenhuma razão para supor que, de fato, eu tenha estado, em algum momento, no radar de alguma das fronteiras que cruzei. O sentimento de vulnerabilidade foi, entretanto, indiscutível, ao perceber-me quase refém dessa identidade que não tinha sido por mim esculpida, ainda que fosse capaz de me esculpir como convenientemente entendesse.

Parece, também, ser consenso no meio das lendas-urbanas dos viajantes dos Territórios Ocupados, o fato de que quando uma especulação ou dúvida em relação aos limites e possibilidades dos esforços de Ocupação parecem beirar argumentos de

¹⁶⁶ Figura tradicional da mitologia germânica que representa um ser fantástico capaz de se produzir como cópia idêntica de uma pessoa que escolhe acompanhar; fusão das palavras *doppel* (“duplo”), e *gänger* (“andante”).

conspiração e ficção científica, há bons motivos para suspeitar que seja verdade, uma vez que nossas confabulações nunca parecem inventivas o suficiente para dar conta da criatividade ímpar da nação *high tech*.

Cerca, então, de um ano depois de meu primeiro (des)encontro com minha própria identidade algorítmica, foi notável a eclosão de relatórios, mapeamentos, reportagens e iniciativas jurídicas que, desde 2015, têm procurado denunciar essa mais recente dimensão cibernética da Ocupação, que passou a ser reconhecida pelo fenômeno das “Prisões de Facebook”¹⁶⁷, ainda timidamente explorada pela mídia e pela literatura sobre o conflito.

No contexto do que foi, na época, chamado de Terceira Intifada Palestina¹⁶⁸, o número de palestinos detidos aumentava expressivamente e, ao mesmo tempo, percebia-se a emergência de uma nova ocorrência: muitos dos palestinos detidos passaram a ser acusados de “incitação” por conta de atividades em mídias sociais¹⁶⁹. ONGs e organizações de Direitos Humanos e Direitos Digitais locais passaram, desde então, a denunciar a unidade de inteligência militar *Hatzav*, responsável pelo monitoramento de redes palestinas, através de interceptação de meios de comunicação e pelo uso do recém inaugurado algoritmo de policiamento preditivo das redes sociais nos TPOs e em território israelense¹⁷⁰.

As acusações e justificativas para as detenções, tal como ilustram os exemplos a seguir partem de um entendimento ambíguo e pouco claro do termo “incitação” e, na prática, têm se referido a qualquer comportamento que as autoridades optem por considerar inadequado. Estima-se que cerca de 400 palestinos foram detidos tendo por base acusações acerca de seu comportamento em redes sociais, entretanto o fato de que se trata de uma população submetida a regimes jurídicos distintos - militar/civil, palestino/israelense -, somado à típica falta de clareza e *accountability*

¹⁶⁷ No original, “facebook arrests”

¹⁶⁸ Em Outubro de 2015, uma série de manifestações na Cisjordânia, somadas a escalada da violência entre palestinos e colonos de assentamentos locais, recebeu atenção internacional como a possibilidade de novo movimento que adquirisse as proporções de 1987 e dos anos 2000. O movimento, entretanto, não se generalizou.

¹⁶⁹ *Addameer*, “Daring to post: Arrests of Palestinians for Alleged Incitement”, 2016. A *Addameer* (consciência, em árabe) é uma ONG Palestina de apoio aos prisioneiros da Ocupação. A ONG oferece suporte legal gratuito à prisioneiros políticos e faz *advocacy* em nível internacional em prol do fim das violações aos direitos dos prisioneiros nos TPOs.

¹⁷⁰ Nashif, N. “The Israeli algorithm criminalizing Palestinians for online dissent”, *open democracy*, 2017; Tamleh, *Hashtag Palestine 2017: Palestinian Digital Activism Report*, 2017; Tamleh, *Internet Freedoms in Palestine: Mapping of digital rights violations and threats*, 2017; Social Studio, *Digital and Social Media Report in Palestine*, 2017.

associada às detenções administrativas nos TPOs, implica na incerteza quanto a essa estimativa. Relatos de familiares, reportagens na mídia local e relatórios de ONGs a esse respeito, entretanto, fornecem alguns registros parciais que ilustram a recorrência do fenômeno das “Prisões de Facebook”. As tabelas a seguir apontam para casos de detenção por autoridades israelenses (em território israelense e em território palestino) (Tabela 1) e por autoridades palestinas na Cisjordânia (Tabela 2) e na Faixa de Gaza (Tabela 3), no ano de 2015. As ONGs locais que, ocasionalmente, conseguem acesso às acusações formais feitas contra os detidos, enfatizam que os documentos com frequência não fornecem informações precisas quanto ao motivo da detenção - no caso das “Prisões de Facebook”, por exemplo, por vezes o detido não é informado sobre qual postagem ocasionou a acusação e sua detenção¹⁷¹.

Registros Parciais de Detenções Administrativas por Autoridades Israelenses, por atividade em mídias sociais (2015)

Nome		Região	Acusação	Justificativa
Tamara Mu-amar Abu Laban	14	Jerusalém	"Incitação"	Postagem no <i>Facebook</i> , contendo "me perdoem", em árabe.
Anonima	21	Akko	"Incitação"	Postagem no facebook sobre apoio a mártires
Zuhdi Zahada	indisponível	Hebron	"Incitação"	Postagens "provocativas"
Mohammed Tayesser	indisponível	Hebron	"Incitação"	Postagens "provocativas"
Mahmood Mohammed Mteir	36	Qalandia (Campo de Refugiados)	"incitação e associações suspeitas"	Associações suspeitas por conta de postagens no Facebook

¹⁷¹ É importante lembrar que o regime de detenções administrativas se refere a procedimentos da ordem militar israelense, que permitem que um prisioneiro palestino possa ser detido indefinidamente, sem acusações formais ou possibilidade de julgamento em tribunal. Os mandatos militares que determinam as prisões com frequência se baseiam em “informações secretas” ou argumentos de segurança nacional, de modo que a informação não pode ser verificada pelo detento ou por seu representante legal em prol da preservação de seus direitos. O registro mais longo de um palestino submetido a detenção administrativa sem acusações formais ou direito a julgamento é de 8 anos. (Para mais, ver: www.addameer.org)

Mohammed Jamal	16	Ramallah	"Associações Suspeitas"	Associações suspeitas por conta de postagens no Facebook
Nasser Alhdmi	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Tariq Alkurd	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Mohammed Hani Suman	indisponível	Belém	"Associações Suspeitas"	Associações suspeitas por conta de postagens no Facebook
Dina Musleh	19	Belém	"incitação e associações suspeitas"	Comentários em fotografias de pessoas feridas e mártires
Ahmad Alghoul	29	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Omar Alshalabi	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Su'ad Abdulkareem Zureiqat	28	Hebron	"Incitação"	Postagens contra a ocupação, a favor da Intifada e postagem de poemas em árabe
Yousef Alkhatib	indisponível	Hebron	"Incitação"	Postagens sobre a Intifada
Abdulwahhab Jabareen	31	Om Al Fahem	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Mahmoud Alkiswani	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Hadi Alajouli	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Lançamento da <i>hashtag</i> "forgive me", no Facebook
Asma' Hamdan	19	Nazareth	"Incitação"	Postagens sobre mártires
Jureen Qadah	19	Ramallah	"Incitação"	Postagens sobre operações contra israelenses
Mohammed Saleh Abu Eker	29	Belém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação

Tariq Albarghouti	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens sobre a Comissão de Assuntos sobre Detentos e Ex-Detentos/ Postagens contra a Ocupação
Sami D'eis	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Mohammed Abu Kaff	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens de vídeos chamando por operações contra Israel
Mahmoud 'Useileh	31	Jerusalém	"Incitação"	Postagens glorificando mártires e operações contra Israel
Mesbah Abu Sbeih	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação

Tabela 1: Registros de Detenção Administrativa por Autoridades Israelenses em 2015. Fonte: *7amleh*, Social Studio, *Adameer*, *Adalah*.

Registros Parciais de Detenções por Autoridades Palestinas na Cisjordânia, por atividade em mídias sociais (2015)

Nome	Idade	Região	Acusação/ Justificativa
Mahmoud Khdeirat	23	Hebron	Postagens no Facebook/ Compartilhamento de textos políticos
Hasan Younes Khallaf	28	Hebron	Postagens no Facebook de opiniões sobre a Autoridade Palestina
Issa Ismael Amr	35	Hebron	Postagens criticando a municipalidade de Hebron
Sufian Mohammed Abu Ras	25	Hebron	Postagem de fotos no Facebook
Zeid Mustafa Aby Arrah	indisponível	Tubas	Postagens no Facebook
Mu'tasem Rouhi Qarmash	indisponível	Ramallah	Postagens no Facebook

Abdullah Nash'at Alsayyed	indisponível	Jerusalém	Postagens criticando o Primeiro Ministro Rami Alhamadallah
Ahmad Mahmoud Shadeed	41	Hebron	Postagem criticando o Hospital Público de Hebron e o tratamento de pacientes de diálise
Amer Adnan Abu Arafah	32	Hebron	Postagens sobre reuniões de membros da Autoridade Palestina
Abdulhaleem Nassar Altall	27	Hebron	Postagens criticando as políticas da municipalidade de Al-Thahriya
Almutasser Billah Nassar	26	Hebron	Postagens no facebook sobre políticas da Autoridade Palestina
Ra'ed Mohammed Sameer	indisponível	Hebron	Postagens no Facebook

Tabela 2: Registros de Detenções por Autoridades Palestinas na Cisjordânia em 2015. Fonte: *7amleh*, Social Studio, *Adameer*, *Adalah*

Registros Parciais de Detenções por Autoridades Palestinas na Faixa de Gaza, por atividade em mídias sociais (2015)

Nome	Idade	Região	Acusação/Justificativa
Ramadan Jamal Sakran	21	Gaza	Atividade jornalística em redes sociais
Musheira Tawifiq Alhaji	indisponível	Gaza	Postagem de comentários criticando o Ministério de Saúde na Faixa de Gaza
Mohammed Khalil Fayyad	indisponível	Khan Younes	Postagens em redes sociais

Tabela 3: Registros de Detenções por Autoridades Palestinas na Faixa de Gaza em 2015. Fonte: *7amleh*, Social Studio, *Adameer*, *Adalah*.

Em 2015, alguns casos exemplares adquiriram maior atenção, em especial o caso de Tamara Abu Laban, 15 anos, que foi levada de sua casa, em Jerusalém Oriental, pela polícia Israelense. O crime cometido por Tamara foi o de atualizar seu

status de Facebook: “me perdoe”, ela escreveu. Para os algoritmos da Ocupação, a postagem de Tamara representava a expressão de culpa de alguém que estava em vias de promover um ato violento de resistência, o que fazia de seu pedido de perdão uma ameaça à segurança nacional. A jovem foi libertada sob a condição de que pagaria uma multa de 1500,00 *shekels*, permaneceria em prisão domiciliar por 5 dias. Tamara teve sua postagem deletada e seu perfil suspenso. Uma das *hashtags* mais populares entre palestinos no ano de 2015, diante do ocorrido, foi *#forgiveme*, em solidariedade à jovem detida e Hadi Alajouli, a “autora” da *hashtag* - também residente de Jerusalém Oriental - foi posteriormente detida por conta de sua manifestação de solidariedade *online*.

A Tabela 1 aponta para 27 detenções registradas por parte de autoridades israelenses, nos TPOs e em Israel. 12 dos detentos, de acordo com o exposto, são palestinos de Jerusalém Oriental. As detenções, pelo limitado registro parcial fornecido, parecem estar associadas a palavras-chave como “intifada”, “mártires” e “ocupação”, ainda que poucas informações estejam disponíveis após o momento da detenção.

Nos casos apontados pela Tabela 2 e Tabela 3, tem-se que os detidos por autoridades palestinas normalmente são vitimizados por conta de postagens críticas ao governo. Ainda que não sejam divulgadas informações oficiais a esse respeito, dado o caráter rudimentar e limitado dos recursos da Autoridade Palestina e, ao mesmo tempo, as dimensões de colaboração do governo palestino com a estrutura da Ocupação (TAWIL-SOURI, 2016; GORDON, 2002), é comumente argumentado que as detenções feitas por autoridades palestinas nos TPOs se beneficiam de informações privilegiadas compartilhadas pelas agências de inteligência israelenses.

Os veredictos para os detidos por autoridades palestinas - quando publicizados - variam entre alguns dias de detenção, pedidos de desculpas oficiais às autoridades e promessas de abstenção de comentários acerca de temas correlatos aos da postagem acusada¹⁷². No caso de 2015, não foram encontrados registros acerca dos vereditos das acusações parcialmente listadas acima. Relatório da *7amleh* (2016), entretanto, aponta que entre os cerca de 150 palestinos detidos entre outubro de 2015 e janeiro

¹⁷² 7amleh, 2015; Social Studio, 2015.

de 2016, acusados de alguma forma de “incitação”, foram identificadas sentenças de prisão, por parte de autoridades Israelenses, de até 12 meses.

Passada a tensão da “ameaça” da Terceira Intifada, o ano de 2016 testemunhou ainda um crescente número de acusações e detenções fundadas em argumentos de incitação em mídias sociais. A *Addameer* estima que mais de 200 acusações foram submetidas aos tribunais israelenses com alegações desse tipo.

**Registros Parciais de Detenções Administrativas por Autoridades Israelenses,
por atividade em mídias sociais (2016)**

Nome		Região	Acusação	Justificativa
Emas Abu Sbeih	17	Jerusalém	“incitação e associações suspeitas”	Postagem de um vídeo no qual expressava amor por seu pai, Misbah Abu Sbeih, acusado de ser responsável por um ataque contra a polícia israelense.
Samah Dweik	25	Jerusalém	“incitação”	Postagens contra a Ocupação
Anas Abu Daabis	24	Rahat/Naqab	"incitação"	Postagens no Facebook
Mohammad Amarneh	17	Jenin	“incitação”	Postagens contra a Ocupação
Majd Atwan	22	Belém	“incitação”	Postagem de fotos de jovens palestinos mortos por militares israelenses
Mohammed Khalil Zaghloul	indisponível	Beit Jala	"incitação"	Postagens de incitação a violência em seu programa de rádio compartilhado no Facebook

Anas Al Kahteb	19	indisponível	“incitação”	Postagens contra a Ocupação
Sami Al-Saei	28	indisponível	“incitação”	Postagens contra a Ocupação
Sanaa Nayef Abu Sneineh	24	Hebron	"incitação"	Postagem de artigos glorificando mártires e palestinos feridos
Faisal Al-Rifai	indisponível	indisponível	"incitação"	Postagem de incitação a violência
Bahaa Abdel Haq	23	Nablus	"incitação"	Postagem de incitação a violência e intenção de ato violento
Kamar Munasra	16	Reineh	“incitação”	Postagens contra a Ocupação
Haneen Abdelqader Amer	39	Tulkarem	“incitação”	Postagens contra a Ocupação

Tabela 4: Registros de Detenções Administrativas por Autoridades Israelenses em 20165. Fonte: *7amleh*, Social Studio, *Adameer*, *Adalah*

Registros Parciais de Detenções por Autoridades Palestinas na Cisjordânia, por atividade em mídias sociais (2016)

Nome	Idade	Região	Acusação/Justificativa
Kifah Quzmar	27	Ramallah	Postagem de conteúdo contra a Autoridade Palestina
Islamboly Riad Badir	indisponível	Tulkarem	Postagem contra ex-presidente egípcio Jamal Abdel Nasser e contra a Autoridade Palestina
Zaid Abu Ara	indisponível	Tubas	Criação da página “Tubas News”
Abdallah Mahmood Odeh	indisponível	indisponível	Postagens contra o governo
Nidal Al-Natsesh	indisponível	indisponível	Postagem de panfletos criticando quadros do governo

Osama Mansour	indisponível	indisponível	Postagem de carta exigindo que Mahmoud Abbas não participasse do funeral de Shimon Peres
Hamad Jahayesh	indisponível	indisponível	Postagens não indeterminadas no Facebook.

Tabela 5: Registros de Detenções por Autoridades Palestinas na Cisjordânia em 2016. Fonte: *7amleh*, Social Studio, *Adameer*, *Adalah*.

Registros Parciais de Detenções por Autoridades Palestinas na Faixa de Gaza, por atividade em mídias sociais (2016)

Nome	Idade	Região	Acusação/Justificativa
Ayman Alalou	indisponível	indisponível	Postagens contra o governo do Hamas
Rami Ryan	indisponível	indisponível	Postagens contra o governo do Hamas
Alaa Abu Hatab	indisponível	indisponível	Postagens contra a companhia de eletricidade local
Ramzi Harsallah	indisponível	indisponível	Postagens de reportagens contra o governo palestino de Gaza
Adel Al-Mashukhi	indisponível	indisponível	Postagem de vídeo contra o Hamas
Etaf Al-Hamran	indisponível	indisponível	Postagem de artigo contra o Hamas

Tabela 6: Registros de Detenções por Autoridades Palestinas na Faixa de Gaza em 2016. Fonte: *7amleh*, Social Studio, *Adameer*, *Adalah*.

O ano de 2016, portanto, permaneceu testemunhando o fenômeno das “Prisões de Facebook”. Análises da *Adalah* e da *7amleh* sobre o cenário geral do ano, apontam para uma tendência maior de monitoramento entre os jovens palestinos (dentre os quais estão concentradas as maiores porcentagens de uso de redes sociais, na população em geral). De acordo com a ONG, mais de 19% do total de jovens palestinos nos TPOs e em Israel foram abordados por autoridades, tendo sido detidos ou submetidos a investigações e interrogatórios (7amleh, 2016). Enquanto as acusações passaram a ser menos objetivas e mais indeterminadas, os veredictos durante este período incluíram:

sentenças de prisão de até 9 meses, prisão domiciliar e proibição de retornar ao uso de mídias sociais no futuro. Para os palestinos de Jerusalém, suas sentenças incluíram também ordens de expulsão definitiva ou de afastamento temporário da cidade.

2017, por sua vez, assistiu a um aumento exponencial no número total de palestinos detidos nos TPOs, que chegou a 7000 detenções, incluindo 2436 apenas em Jerusalém Oriental (Adameer, 2018). Aproximadamente 310 palestinos, dentre o total de detidos, tinham entre 12 e 15 anos de idade. Mais uma vez sem registros exatos nem oficiais para tanto, a estimativa é de que 200 detidos receberam acusações referentes a incitação nas redes sociais (7amleh, 2017) - entre eles, palestinos cujas postagens incluíam poemas e canções, além de postagens explicitamente contrárias à Ocupação.

Registros Parciais de Detenções Administrativas por Autoridades Israelenses, por atividade em mídias sociais (2017)

Nome	Idade	Região	Acusação	Justificativa
Mohammad Khalaf	25	Tamra	"Incitação"	Postagens sobre Al-Aqsa e Jerusalém
Loay Azeri	22	Beersheba	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Laith Barakat	26	al-Jib <i>checkpoint</i>	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Mohammad Batroukh	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Walid Rajabi	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Anonimo	indisponível	Taiba	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Anonimo	indisponível	Qalanswa	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Ibrahim Abu Sneina	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Ahmad AlShawish	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Mohammad Mahmoud Taher	indisponível	indisponível	"Incitação"	Postagem de canções de Omar Alabed, jovem acusado de assassinar 3 colonos no assentamento de Halamish, em Julho de 2017

Naji AlRimawi	indisponível	indisponível	"Incitação"	Postagem de canções de Omar Alabed, jovem acusado de assassinar 3 colonos no assentamento de Halamish, em Julho de 2017
Ameen Siam	indisponível	indisponível	"Incitação"	Postagem de vídeo que incluía a palavra "mártir"
Abdul Rahman Abdul Fattah	indisponível	Shu'fat	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Ahmad Said	17	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Mohammad Khalaf	indisponível	Tamra	"Incitação"	Postagem sobre a páscoa judaica e sobre a Al-Aqsa
Anonimo	indisponível	Bir Alsabe	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação
Anonimos	indisponível	Jiser Alzarqa	"Incitação"	Grupo de postagens sobre resistir a abertura de uma estação policial e sobre a visita de Natanyahu a vila
Sami Alhazil	36	Rahat	"Incitação"	Postagem contendo a palavra "mártir"
Saleh Alzaghari	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagem de fotos no <i>instagram</i> que continham imagens de violência armada
Anonimo	17	indisponível	"Incitação"	Postagem que incluía "Bom dia", em árabe, com tradução equivocada pelo <i>Facebook</i>
Ahmad Eweisat	indisponível	Jerusalém	"Incitação"	Postagens contra a Ocupação

Tabela 7: Registros de Detenção Administrativa por Autoridades Israelenses em 2017. Fonte: *7amleh*, Social Studio, *Adameer*, *Adalah*.

**Registros Parciais de Detenções por Autoridades Palestinas na Cisjordânia,
por atividade em mídias sociais (2017)**

Nome	Idade	Região	Acusação/ Justificativa
Bara Alqadi	indisponível	Ramallah	Postagens no Facebook
Qutiba Saleh Qassem	indisponível		Postagens no Facebook
Anonimos	indisponível	Ramallah	Notar as postagens de Facebook do filho e não prevenir que fossem feitas
Uruba Amer Abdul Hakim	indisponível	Hebron	Postagens no Facebook e criação da página "Hebron News"
Anonimo	indisponível	Bitunya/Ramallah	Postagens no Facebook
Loay Taysser Shalaldeh	indisponível	Hebron	Postagens no Facebook
Anonimo	indisponível	Hebron	Postagens no Facebook
Shadi Hatem Karakra	indisponível	Ramallah	Campanha no Facebook contra bloqueio de sites
Anonimo	indisponível	Bitunya/Ramallah	Postagens no Facebook
Salam AlAtrash	indisponível	Jerusalém	Campanha no Facebook contra bloqueio de sites
Anonimo	indisponível	Hebron	Postagens no Facebook
Ashraf Abu Aram	indisponível	Ramallah	Postagens no Facebook
Anonimo	indisponível	Bitunya/Ramallah	Postagens no Facebook
Ahmad Mohhamad Halaiqa	indisponível	Hebron	Postagens no Facebook contra serviços de segurança da Autoridade Palestina
Amer Abdul Hakeem Abu Arafa	33	Hebron	Postagens no Facebook sobre atividades partidárias e associação com a página Hebron News

Fadi Hasan Arouri	indisponível	Ramallah	Campanha no Facebook contra bloqueio de sites
Ayman Naem Qawasmi	indisponível	Hebron	Postagem de vídeo criticando a Autoridade Palestina
Issa Ismael Amro	37	Hebron	Postagem de notícias sobre a detenção de Ayman Nasm Qawasmi
Ameer Abu Aran	indisponível	Ramallah	Postagens no Facebook
Naser Jaradat	indisponível	Bitunya/Ramallah	Postagens contra o Presidente Mahmoud Abbas
Mahmoud Hamamra	33	Hosan/Belém	Desenvolvimento de websites
Thaer Zeyad Mohammad	28	Hebron	Postagem no facebook

Tabela 8: Registros de Detenções por Autoridades Palestinas na Cisjordânia em 2017. Fonte: *7amleh*, Social Studio, *Adameer*, *Adalah*

Registros Parciais de Detenções por Autoridades Palestinas na Faixa de Gaza, por atividade em mídias sociais (2017)

Nome	Idade	Região	Acusação/Justificativa
Mohammad Othman	indisponível	Rafah	Postagem de artigo sobre corrupção em ONGs na Faixa de Gaza
Naser Abu Fool	indisponível	Gaza	Postagens de "incitação" contra autoridades de segurança contra a administração palestina
Anonimo	indisponível	Khan Yunis	Postagens criticando o governo do Hamas
Mohammad Suwali	indisponível	Khan Yunis	Postagens sobre a crise elétrica
Mohammad Abdel Rahman	indisponível	Gaza	Postagens no Facebook
Ahmad Qedeesh	indisponível	Khan Yunis	Postagens no Facebook

Hazem Madi	indisponível	Khan Yunis	Postagens no Facebook
Abdullah Abu Shark	indisponível	Norte de Gaza	Postagens sobre o governo
Shukri Abu Oun	indisponível	Norte de Gaza	Postagens sobre o governo
Amer Ba'loosha	indisponível	Norte de Gaza	Postagens no Facebook e chamado de apoio para movimento popular no campo de refugiados de Jabalia
Anonimo	indisponível	Gaza	Postagens no Facebook
Ismael Fayez Al Bazzam	indisponível	Gaza	Postagem de <i>cartoons</i>
Khader Mihjir	indisponível	Norte de Gaza	Postagens no Facebook
Khaled Hammad	indisponível	Gaza	Postagens sobre desemprego e salários insuficientes
Adel Al Mashookhi	indisponível	Rafah	Postagem de vídeo criticando o Hamas

Tabela 9: Registros de Detenções por Autoridades Palestinas na Faixa de Gaza em 2017. Fonte: *Tamleh*, Social Studio, *Adameer*, *Adalah*.

O ano de 2017 (Tabela 7; Tabela 8; Tabela 9), marcado pelos episódios da greve de fome dos prisioneiros palestinos ao redor dos TPOs, teve os índices parciais de detenções relacionadas a atividades nas mídias sociais, pela primeira vez, associados a três novas legislações - por parte das autoridades israelenses e palestinas - que caminham na direção de consolidar a tendência recente explorada nesse seção. A Autoridade Palestina, em junho de 2017, promulgou a polêmica “Lei do Crime Cibernético” que, no mesmo ano, teve por alvo uma série de ativistas e jornalistas palestinos cujo trabalho buscava combater a Ocupação colonial e, ao mesmo tempo, denunciar abusos da administração de Mahmoud Abbas¹⁷³. Issa Amro (Tabela 8), ativista de 37 anos residente da região de Hebron, foi detido em Setembro de 2017 por conta de uma postagem no Facebook no qual criticava a prisão de jornalistas pela Autoridade Palestina, sob o escopo da nova lei, da qual também viria a ser vítima.

¹⁷³ Presidente da Autoridade Palestina, desde 2005.

Acusado, também, pelas Forças de Segurança Preditivas de provocar situações que justificaram o cercamento de certas áreas pelos militares israelenses em H2, Amro passou seis dias na prisão, em greve de fome como manifestação de protesto. O escopo amplo e indefinido da legislação, para ONGs locais, representou um claro sinal de ataque a jornalistas e ativistas comprometidos com a crítica ao atual governo. Palestinos detidos sob os argumentos da nova lei têm tido seus celulares e computadores confiscados, contas de e-mail e dados celulares interceptados e, além de submetidos a encarceramento e longos interrogatórios, tem sido deles solicitado o pagamento de multas (Adameer, 2017).

Em janeiro do mesmo ano, começava a tramitar no *Knesset* israelense a primeira versão da “Lei do Facebook”, segundo a qual os tribunais israelenses teriam prerrogativa de bloquear conteúdos de mídias sociais considerados problemáticos para a segurança nacional, lançando mão do argumento de que o terrorismo, hoje, seria um fenômeno presente principalmente nas redes. O ministro da segurança pública, Gilad Erdan¹⁷⁴, na ocasião declarou que o escopo da Lei teria por objetivo garantir a ação rápida do governo na remoção de conteúdos que pudessem *indicar futuros atos de terror e crimes de assassinato*, enfatizando que já teria testemunhado a detenção de palestinos responsáveis por ataques a cidadãos israelenses que supostamente teriam admitido a influência de conteúdos das mídias sociais para sua decisão de agir com violência¹⁷⁵. Alguns meses mais tarde, o parlamento aprovava a “Lei de Autoridades para Prevenção de Crimes Através do Uso de *Websites*”, autorizando tribunais de Israel a obstruir acesso a qualquer conteúdo *online*, mediante os mesmos argumentos de necessidades de segurança nacional.

Se, por um lado, estima-se que cerca de 400¹⁷⁶ palestinos foram detidos desde 2015 a partir da intensificação do monitoramento das mídias sociais, por outro, tem-se que as autoridades israelenses afirmam ter identificado por volta de 200 ataques, através de acompanhamento de *big data*, evitados de forma bem sucedida. Para Erdan, o

¹⁷⁴ Membro do *Likud*, líder do movimento de juventude do partido e ministro desde 2015.

¹⁷⁵ “Israel Set to Approve ‘Facebook Law’ Against web incitement, *Bloomberg*, 2018. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-07-16/israel-set-to-approve-facebook-law-against-web-incitement>

¹⁷⁶ Alguns relatos também apontam para a estimativa de 800 palestinos detidos por conta de atividades em mídias sociais e na Internet, de modo geral.

sucesso da abordagem recente tem sido um fator central da redução no número¹⁷⁷ de ataques à cidadãos israelenses no último ano e, sendo assim, considera que a experiência israelense com o uso de algoritmos de policiamento preditivo, somado a outras tecnologias de monitoramento - tais como *smart cameras* e tecnologias de reconhecimento facial em tempo real, de acordo com o ministro -, precisa ser compartilhada com o resto do mundo em um esforço global para combater o terrorismo internacional¹⁷⁸.

O fato de que tecnologias de análise e coleta de *big data* e monitoramento de mídias sociais - apesar de associados com um discurso de eficácia e imparcialidade, tal como outros de seus correspondentes *high tech* - tendem a reproduzir tendências racializadas presentes no policiamento tradicional e de baixa tecnologia, em contextos permeados por desigualdades estruturais, é entendido por Andrew Ferguson¹⁷⁹ como um problema de três dimensões, por ele chamado de *black data* - referindo-se, primeiramente, a dimensão racializada das técnicas de policiamento preditivo; em segundo lugar, à escuridão que entenderia como característica da falta de transparência e de entendimento público a respeito destes processos e, em terceiro lugar, ao ambiente ainda obscuro das contrapartidas e limites legais ao monitoramento de dados.

Relatório da 7amleh de 2018, *Index of racism and incitement in Israeli social networks against arabs and Palestinians*, foi revelado que pelo menos 60 mil cidadãos israelenses postaram pelo menos um comentário de incitação de ódio e violência no ano de 2016. Em 2015, de acordo com a ONG, 280 mil postagens do tipo foram registradas, em oposição a 675 mil, em 2016. Entre as postagens, são marcantes as referências a figuras públicas palestinas, tais como membros do *Knesset* e o Presidente Mahmoud Abbas, frequentemente alvo de insultos e ameaças de morte nas redes sociais. A 7amleh monitorou referências à violência física, estupro, deportação e assassinato - somando cerca de 60 mil postagens contendo referência de incitação à morte de civis palestinos. O fato de que não houve casos abertos contra incitação nas redes sociais de cidadãos israelenses, implica na suposição de que o monitoramento - e posterior perseguição e

¹⁷⁷ De acordo com o ministro, o número de vítimas graves a ataques de palestinos dentro de Israel reduziu de 90, em 2016, para 25, em 2017.

¹⁷⁸ "Israel claims 200 attacks predicted, prevented with data tech", CBS, 2018. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/israel-data-algorithms-predict-terrorism-palestinians-privacy-civil-liberties/>

¹⁷⁹ Docente da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito de Columbia.

detenção - tem sido exclusivamente destinado à população palestina dentro de Israel e dos TPOs.

Ao mesmo tempo, Nadim Nashif¹⁸⁰ alerta para o fato de que cada vez mais perfis e contas de palestinos nas redes sociais têm sido deletadas e banidas sob acusações de incitação (7amleh, 2017; Adalah, 2017), enquanto perfis e páginas israelenses que contribuem com o expressivo compartilhamento de conteúdo violento, têm sido intocáveis. Tem-se registros, inclusive, de postagens no Facebook publicadas por militares das FDI, nas páginas públicas de suas unidades do exército, nos quais palestinos da Faixa de Gaza eram explicitamente ameaçados e ordenados a abandonar suas casas imediatamente. A postagem, em árabe, incluía imagens aéreas do prédio e da mesquita sob ameaça de bombardeio, marcadas em vermelho¹⁸¹. Em relato fornecido a *Adalah*, famílias do prédio sob ameaça afirmam, desde então, viver em estado permanente de medo, sabendo que sua casa será destruída a qualquer momento, sem ter recursos para deslocar-se do prédio e da região ameaçada. Nenhum tipo de medida, entretanto, foi implementada em termos de se lidar com a crescente militarização dos espaços virtuais israelenses, contribuindo com a conclusão apontada por Kuntsman e Stein (2015), segundo a qual o militarismo digital contribuiria com a permanência, reprodução e manutenção da Ocupação - e não o contrário.

Soma-se, portanto, à normalidade atribuída à incitação à violência presente nas mídias israelenses, com as privações e violações perpetradas exclusivamente contra a população palestina - indicando, também, a dimensão fortificada de reprodução das estruturas da presença sionista nos TPOs *online*. O encontro entre as duas dimensões se torna claro no momento em que mobilizados pela autoridade do algoritmo, a força física da Ocupação se manifesta no arrombar de portas e no invadir das casas palestinas, no arrastar de seus moradores para o lado de fora antes mesmo que possam saber do que se trata - se é que em algum momento saberão - não tão diferente do que se dá com os prisioneiros políticos, de modo geral, que testemunham há décadas arbitrariedades do tipo, sem sua contrapartida no universo virtual.

¹⁸⁰ Palestino, analista da Palestinian Policy Network e diretor executivo da 7amleh

¹⁸¹ “Israeli Army threatens Gaza family in Facebook post”, Adalah, 30 de Outubro de 2017. Disponível em: <https://www.adalah.org/en/content/view/9275>

3.3 Terceirizando o Estado Colonial

Apesar da centralidade comumente atribuída à indústria bélica israelense como o setor estratégico predominante na narrativa do Estado, desde os anos 1990 constata-se uma virada em relação as tendências do mercado local, tendo que

A acumulação de capital do fabricante de armas israelense caiu sob a taxa de acumulação de outros setores, como parte de um cultivo observado em todo o mundo. Ela foi trazida não apenas pelo fim da Guerra Fria, mas também pela ascensão da indústria global de alta tecnologia e pelos investimentos internacionais que foram atraídos para Israel pelas negociações de paz de Oslo. As indústrias de armas não conseguiram igualar o retorno sobre o capital alcançado no setor de alta tecnologia. (HEVER, 2017, p. 50. Tradução própria.)

Shir Hever¹⁸² argumenta que uma virada fundamental se dá nas instituições de segurança israelenses ao passo que, diante da crise constatada ao longo dos anos 1990, a produção de tecnologia de segurança passa a ser entregue ao setor privado (HEVER, 2017.) Para tanto, verifica-se o relativo abandono de uma narrativa associada ao nacionalismo e ideologias típicas do setor público israelense, em prol de um discurso segundo o qual o setor privado estaria empenhado em profissionalizar a produção da segurança, enquanto *commodity*. Para o autor, uma série de fatores contribuíram para o deslocamento do referido discurso, tais como:

1. A securitização do discurso político que passa a traduzir problemas sociais em termos de problemas de segurança;
2. A crescente auto-identificação de soldados como profissionais, e não como “guerreiros”;
3. O crescente oferecimento de serviços e de tecnologias, por parte das companhias privadas, com os quais o Estado não tem condições de competir.

A suposta natureza “a-política” da tecnologia, nesse cenário (HEVER, 2017, p. 64) surge como uma resposta para a necessidade de transferência para o setor privado a responsabilidade de produção de ferramentas que suprissem a necessidade estatal de

¹⁸² Pesquisador do Alternative Information Center - organização israelo-palestina ativa em Jerusalém e Beit Sahour -, seu trabalho se concentra na dimensão econômica da Ocupação dos territórios.

manutenção de uma permanente crise de segurança nacional. Nesse sentido, Hever acrescenta:

A mudança ocorreu no contexto de uma mudança política em Israel dos governos que prometiam buscar um tratado de paz com os palestinos para aqueles que argumentam que tal tratado é impossível de alcançar. Os economistas e publicitários israelenses argumentaram que Israel poderia prosperar economicamente com a resistência palestina contida, em vez de resolvida (...) A mudança indica uma mudança no significado da palavra "solução" no contexto político israelense, significando uma solução de natureza durável alcançada através de negociações, para significar um esforço contínuo para frustrar repetidamente a resistência palestina, a fim de evitar que o conflito saia do controle. A palavra, portanto, refere-se a uma solução técnica e não a uma solução política. (...) Um sistema complexo de muros, cercas, postos de controle, patrulhas e regulamentações burocráticas é um sistema projetado para maximizar o controle de Israel sobre o território enquanto minimiza a quantidade de recursos gastos para manter o controle (...) A tecnologia é implementada em uma prisão, assegurando que as autoridades israelenses tenham vantagem suficiente na aplicação da força para impedir que os palestinos causem distúrbios, usando mecanismos tecnológicos para manter os palestinos sem poder para resistir à ocupação. (HEVER, 2017, p. 53. Tradução própria.)

A perspectiva de Hever se associa a noção da *matriz de controle*, de Jeff Halper, diante da qual tem-se a substituição de processos políticos por soluções tecnológicas (HALPER, 2008.). Gordon, sobre o mesmo contexto, aponta que os poucos anos nos quais identificou-se uma certa redução nos abusos da Ocupação sobre a população palestina - no começo dos anos 1990 -, têm assistido uma inversão recente a qual ele atribui, na mesma direção de Halper e Hever, a terceirização das violações:

Apesar dos desenvolvimentos políticos regionais, os relatórios atuais publicados por organizações de direitos israelenses e palestinos, bem como informações disponíveis na imprensa local, não apontam para uma diminuição substancial nas violações: pessoas estão sendo executadas, casas ainda são demolidas, movimento continua sendo restrito, tortura ainda é praticada, jornais são fechados e organizações dissidentes ainda são assediadas. Quanto ao papel de Israel como um violador dos direitos humanos, parece que as mudanças estão sendo institucionalizadas. Essas mudanças, no entanto, são complexas e não podem ser descritas simplesmente em termos de uma redução na quantidade de violações de direitos políticos e civis. Uma tendência é, no entanto, aparente; ou seja, o crescente uso de sub-empregados de Israel para cometer violações. A subcontratação serve ao governo israelense de várias maneiras. mais importante, mascara o envolvimento e a influência israelenses e, portanto, torna-se um mecanismo que permite ao governo abdicar da responsabilidade pelas violações dos direitos humanos. (GORDON, 2002, p. 324. Tradução própria.)

O emprego do setor privado, sendo assim, na perpetração das violações da Ocupação tem papel central na dissolução da responsabilidade do Estado de Israel sobre o que vier a ocorrer sob sua atuação. O caso da privatização da segurança nos *check-points* é exemplar para o processo acima descrito, brevemente mencionado para o caso do *check-point* 300¹⁸³.

A “desmilitarização” dos postos de controle passou por um processo de treinamento de soldados, no qual eram orientados a evitar a tomada de decisões, preferindo sempre prosseguir com os protocolos privados das companhias que organizavam o dado sistema. A ideia fundamental é que os *check-points* passariam a ser tratados como terminais ou pedágios civis - apesar de persistirem dentro de território ocupado -, de modo a enfatizar a iniciativa de retirada de tropas israelenses dos TPOs. Os dados acerca de quais *check-points* de fato passaram pelo processo de desmilitarização ou não são ambíguos, uma vez que com frequência os agentes privados nas fronteiras portam armas e vestem uniformes muito semelhantes aos das forças armadas, contribuindo para a incerteza do transeunte acerca do tratamento que lhe será concedido. A promessa da privatização dos postos de controle se associava à eficiência das tecnologias empregadas e ao tratamento da verificação obrigatória como um serviço a ser prestado para a população (HEVER, 2017; HAVKIN, 2015):

Os pontos de verificação privatizados contêm sistemas complexos projetados para reduzir ao mínimo a interação entre os passageiros através do posto de controle e da equipe. Palestinos que cruzam os postos de checagem recebem instruções dos oradores nas paredes (de guardas que não podem ver), são separados uns dos outros por catracas de metal e são instruídos a colocar seus pertences em máquinas de escaneamento, para que os pertences sejam inspecionados fora de sua linha de mira. Ao usar cartões magnéticos contendo suas informações biométricas, a decisão sobre se uma pessoa tem permissão para passar ou não é levada mais longe, removida do próprio ponto de verificação. O tratamento automatizado e impessoal das pessoas que tentam atravessar os postos de controle reduziu as oportunidades para os soldados ou guardas de segurança atormentarem e humilharem os palestinos, mas também impede que as palestinas negociem e peçam para serem liberadas em ocasiões especiais e em casos que não caem nos regulamentos pré-determinados (...) a fim de reduzir os custos de operação dos postos de controle, as empresas mantêm as pessoas em pequenos cômodos em condições de encarceramento, com supervisão mínima para evitar sufocamento. (HEVER, 2017, p. 127. Tradução própria.)

¹⁸³ Ver: seção 2.2.2

A automatização das verificações nos postos de controle, sob o argumento de *humanizar* o tratamento à população Palestina, entretanto, na prática corresponde à consolidação de espaços nos quais os palestinos em trânsito permanecem sendo submetidos à imprevisibilidade da Ocupação¹⁸⁴. Ao mesmo tempo, o governo militar permanece responsável pelos *check-points* móveis e outras barreiras físicas nas quais a presença de soldados continua envolvida em (des)encontros de tensão com a população local.

A transferência de responsabilidades políticas para discursos técnicos também se deu no âmbito dos assassinatos seletivos e desenvolvimento de UAVs, tal como na instalação de circuitos de câmeras e na obrigatoriedade de identidades biométricas - todos mecanismos, de acordo com a narrativa da Ocupação, preocupados com a redução dos conflitos cotidianos, a eficiência e a imparcialidade - todas características que o próprio Estado passou a não atribuir a si mesmo. A presença militar nos TPOs, nesse quadro, é cada vez mais tratada como um detalhe ou como um problema para o qual soluções técnicas já empreendidas caminham para construir a melhor solução (HEVER, 2017). O fato de que as práticas *não digitais* de longa data do colonialismo israelense seguem em curso - ao lado das novas “soluções técnicas” - passa, assim, despercebido.

Do ponto de vista, portanto, do papel que o discurso técnico e tecnológico adquiriu nos esforços de se garantir que Israel lavasse as mãos em relação a suas atividades e interesses nos TPOs, constata-se que a Ocupação Digital representa um fenômeno coerente com uma fase avançada do projeto colonial, no que se refere, como mencionado anteriormente, à maximização do controle da população e redução da responsabilidade sobre a mesma.

A despeito, todavia, da centralidade das dimensões cibernéticas da Ocupação para a renovação de sua governamentalidade nos territórios, a seguinte seção buscará refletir sobre a possibilidade de que a mesma abertura de nicho que promoveu a nação *high tech* nas últimas décadas, também abriu caminhos para dimensões de resistência e de perseverança dos palestinos nos TPOs e ao redor do mundo.

¹⁸⁴ Ver: seção 2.2.2

4. #unnocupy: os (não-)lugares da resistência à Ocupação Digital

“Sempre que vir uma placa que diga “ultrapassar é proibido”, ultrapasse ao mesmo tempo”

Virginia Woolf, *Essays*, 1916

“Privados de todo direito, expostos a todo insulto, condenados à morte certa, mas ainda possuímos um poder, e devemos defendê-lo com toda a nossa força, pois é o último - o poder de recusar nosso consentimento.”

Primo Levi, *If This is a Man*, 1959

Tem-se, a partir do exposto nos capítulos anteriores, que o processo de digitalização da ocupação congrega uma diversidade de meios e de tecnologias através das quais as estruturas da Ocupação são transmitidas e reproduzidas, especialmente no que se refere às técnicas e tecnologias de controle. Circuitos de câmeras digitais, identidades biométricas obrigatórias, fronteiras biometrizadas, postos de controle, policiamento preditivo, monitoramento de *big data*, enfim: as dimensões pelas quais os braços cibernéticos do colonialismo israelense têm se manifestado são múltiplas e, também diante do exposto acerca das limitações técnicas e burocráticas ao desenvolvimento de infraestrutura e autonomia nos Territórios Ocupados, há de se sentir o razoável peso do que pode parecer ser a consolidação de um sonho de dominação de espectro¹⁸⁵ absoluto.

Zureik (2011a) e Lyon (2011) consideram que muita da literatura disponível acerca de resistência a sociedades de controle e vigilância peca por seu caráter fundamentalmente ocidental, cuja aplicabilidade em um contexto tal como o da Palestina Ocupada pode não ser suficiente. Muito do debatido a esse respeito se associa à proteção de direitos de privacidade ou de direitos digitais - temas que adquiriram certa

¹⁸⁵ Referência a doutrina militar norte-americana de “full-spectrum dominance”, que se refere ao controle de todas as dimensões do campo de batalha, sejam elas territoriais, aéreas, marítimas, psicológicas ou cibernéticas.

proeminência com episódios tais como o das revelações de Snowden ou da Wikileaks. No entanto, pode parecer precipitado - ou, no limite, supérfluo - cogitar questões de direito de privacidade e direitos digitais para uma população à qual não apenas são sistematicamente negados direitos fundamentais, como também é praticamente negado o direito de (re)existir. É preciso, nesse sentido, considerar que as técnicas e tecnologias de controle e monitoramento no caso israelo-palestino *sempre* são aplicadas tendo por base não a lógica da privacidade do indivíduo, mas a da punição coletiva e da despossessão sobre um grupo nacional - de caráter coletivista - cujo engajamento em sua própria sobrevivência é cotidiano. Zureik, nesse sentido, esclarece que:

Pesquisar contra-vigilância na Palestina requer pesquisando formas coletivas de resistência. Isso não é ignorar o fato de que a vigilância também afeta indivíduos enquanto indivíduos. São os casos individuais que vêm à tona através de relatos ocasionais da mídia - como espionagem, humilhações nos postos de controle, e o direcionamento de indivíduos para assassinatos extrajudiciais - que trazem à luz as dimensões nacionais da vigilância. Em outros mundos, a vigilância em zonas que estão repletas de conflitos étnicos e nacionais deve ser considerada parte integrante do sistema de dominação. No caso dos palestinos, este é o aparato da ocupação do Estado israelense nos territórios e um sistema paralelo de monitoramento rigoroso em Israel. (...) A resistência deve ser entendida em seus aspectos cotidianos que podem não parecer, à primeira vista, atos de resistência. (ZUREIK, 2011, p. 36. Tradução própria.)

Minha tentativa, até certo ponto, no presente trabalho foi percorrer trajeto correlato ao que fiz em 2014, em minha primeira visita à Palestina. Parti do Ben-Gurion, em Tel-Aviv, seguindo para Jerusalém Oriental, de onde finalmente prosseguiria para o outro lado da linha do armistício de 1967. Como mencionado anteriormente, os fenômenos localizados “ao longo” do percurso não se dão, de fato, exclusivamente relacionados a um ou outro territórios específicos: trata-se de manifestações pontuais compatíveis com a racionalidade da Ocupação de modo geral. Minha última parada, nesse sentido, foi o Campo de Refugiados de Aida, em Belém - que aqui entenderemos como um (não)lugar de resistência não pelo fato de territorializar, de fato e exclusivamente, expressões do resistir palestino, mas principalmente por que, dada a simbologia mobilizada pelo caráter do Campo, torna possível trazer atenção a uma reflexão acerca de questões de nacionalidade, identidade e território no imaginário da (re)existência palestina como um todo.

4.1 Uma *palestinidade* sem fronteiras?

No coração do município de Belém, virando à direita no que parece ser não mais do que uma esquina como qualquer outra da avenida central da cidade, que leva a pequenos centros comerciais e a rotas turísticas da Igreja da Natividade, tem-se - não mais do que de repente - a emblemática entrada do campo de refugiados de Aida, na fronteira com Jerusalém. Cerca de 3 mil refugiados internos¹⁸⁶ vivem nos 0,071 km² de um campo conhecido por sua vulnerabilidade extrema, dada a proximidade com o Muro da Separação, com o *check-point 300*, e os assentamentos de *Har Homa* e *Gilo*. As incursões das FDI eram, quando visitei Aida, diárias, e o número de residentes feridos ou detidos era disparado, em especial no que se refere a um território pertencente a UNRWA¹⁸⁷ dentro de Área A.

Não sei mais, de fato, dizer com que frequência ou quantos dias visitei o Campo, principalmente em 2014, quando apesar do fato de que havia muito pouco tempo e muito mais para ver, me via constantemente atraída de volta para o amontoado estreito que eram as ruas de Aida. Os poucos campos que tive a oportunidade de conhecer durante minha curta estadia, assim como Aida, me pareciam congregar, dos mais variados pontos de vista, dentro dos mais limitados quilômetros quadrados, os microcosmos de uma sinopse - breve, limitada, tensa, bruta - do filme que a Palestina passaria a ser na minha memória.

¹⁸⁶ Os refugiados internos - ou "*internally displaced persons*" (pessoas deslocadas internamente), são aqueles grupos de pessoas que foram forçadas a se deslocar de suas regiões de origem mas que não cruzaram fronteiras internacionalmente conhecidas. São refugiados palestinos internos aqueles que - principalmente em 1948 e 1967 - foram forçados e abandonar seus espaços habituais de residência, mas passaram a viver, por exemplo, em campos de refugiados ainda dentro do mesmo território. Estão incluídos nas estatísticas de refugiados palestinos internos aqueles que se encontram em situação de deslocamento por conta de violações a direitos humanos perpetradas pela Ocupação desde 1967 - tais como demolição de casas, confisco de terras, etc. (Ver mais em: www.badil.org - Badil: Resource Center for Palestinian Residency & Refugee Rights.)

¹⁸⁷ *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East* - UNRWA, foi estabelecida em 1949, pela Resolução 302, tendo por objetivo promover programas para refugiados palestinos. A agência teve seu mandato estendido até 2020, diante do fato de que desde então não houve "solução" factível para as questões que permeiam a vida dos refugiados palestinos, dentro e fora dos TPOs.

Muro da Separação no Campo de Aida, 2014
(Foto: Acervo Próprio)

Muro da Separação e *checkpoint* entre o Campo de Aida e Jerusalém Oriental, 2014
(Foto: Acervo Próprio)

Não cabe ao escopo pretendido no presente trabalho a complexidade das questões que se referem ao refúgio no contexto palestino-israelense e às contribuições no que se refere à condição específica dos campos de refugiados palestinos, seja na Cisjordânia ou em Gaza, seja para além das fronteiras dos TPOs, nos países árabes vizinhos. Todavia, é pertinente a inclusão de uma reflexão do espaço do campo de refugiados como um *locus* singular de resistência, dentro de um contexto que Sari Hanafi¹⁸⁸ identifica como sendo um espaço de controle absoluto¹⁸⁹ que “*carrega em si o peso da história do êxodo e da resistência palestinos*” (HANAFI, 2009, p. 500).

De acordo com levantamento da UNRWA¹⁹⁰, mais de 40% dos refugiados palestinos nos TPOs vive em campos. Diferentemente de alguns campos de refugiados palestinos, na Síria e na Jordânia - constituídos por espaços amplos regulados pela administração do Estado que os recebe -, os campos na Palestina foram estabelecidos, desde 1948, em espaços “fechados”¹⁹¹: isolados nas periferias dos grandes centros ou representados por enclaves urbanos desconectados de seus arredores, marcados pela expressiva pobreza. Comumente entendidos como espaços de exceção, os campos na Cisjordânia e Gaza são constituídos não apenas por uma dupla ordem de ilegitimidade territorial - como também por uma dupla condição de controle e vigilância - pelas vias “habituais” da Ocupação e, ao mesmo tempo, por uma série de imposições e exigências das organizações internacionais cuja presença nos campos é mais marcada pela elaboração de census, estatísticas populacionais, levantamentos de dados do que pelo fornecimento de serviços propriamente dito.

Se, por um lado, se vêm submetidos a uma série dos mesmos mecanismos que palestinos do resto da Cisjordânia - por vezes em maior intensidade -, também estão excluídos da responsabilidade de Autoridade Palestina, que atribui à comunidade internacional a necessidade de políticas e projetos para os campos - razão pela qual os refugiados encontram, então, a segunda dimensão de sua exclusão e separação, no fato de que a pouca e limitada infraestrutura disponível para palestinos em Área A ou B lhes

¹⁸⁸ Sari Hanafi, sírio-palestino, é professor de sociologia no departamento de Sociologia, Antropologia e Estudos de Mídia da Universidade Americana em Beirut e editor do *Arab Journal of Sociology*.

¹⁸⁹ HANAFI, Sari. 2009a.

¹⁹⁰

¹⁹¹ HANAFI, Sari. 2009a, p. 499.

é continuamente negada (OPHIR, 2004; HANAFLI, 2009a). Nesse sentido, é enfatizada a dimensão *desconectada* dos campos em relação a seus arredores - dimensão que, por sua vez, pode ser entendida como a que metaforicamente caracteriza as vidas da população palestina como um todo, desconectadas entre si e desconectadas, com frequência, do resto do mundo.

Quando em Aida, a ideia da desconexão começava a me parecer paradoxal - em termos de suas condições concretas e da possibilidade de sua inversão. O *Lajee Center*¹⁹², na ocasião, recebia alguns de meus companheiros de viagem para trabalho voluntário, convidados a colaborar com a Unidade de Mídia do Centro, responsável pela produção audiovisual de exposições de fotografia e curta-metragens que expunham a situação do Campo e da Cisjordânia, de modo geral. Parte da Unidade de Mídia, era uma Unidade de Informática, à disposição para os refugiados de Aida e, também, a nossa disposição caso quiséssemos colaborar com aulas ou oficinas. A juventude de Aida, entretanto, em 2014, não parecia precisar de tanta ajuda em termos de sua alfabetização digital, muito pelo contrário.

4.1.1 O breve caso do *Across Borders Palestine*

Enquanto, no telhado de um dos amontoados de residências do Campo, tirávamos fotos do horizonte partido pelo Muro da Separação, um refugiado de não mais de dez anos de idade conversava comigo sobre o ex-presidente brasileiro, Lula, a respeito do qual acompanhara notícias nas redes sociais, e de quem ele dizia gostar. Sobre suas atividades *online* na época, o garoto rapidamente mencionou gostar, também, de usar as redes para se conectar com outros Campos, fora da Palestina, para conhecer novos amigos.

A possibilidade de interação entre palestinos de dentro e de fora da Palestina Histórica é um fenômeno extremamente recente (AROUAGH, 2011; KHALILI, 2005), e tem sido entendida como uma forma de resistência à separação e à divisão territorial impostas pelos obstáculos da administração israelense - forma de resistência que, por sua vez, muito se associa ao crescente (ainda que extremamente limitado) acesso a tecnologias de informação e comunicação ao redor dos TPOs e em diversos Campos de

¹⁹² *Lajee*, em árabe, “refugiado” O *Lajee Center*, fundado em 2000, é um centro comunitário cujo objetivo é agregar atividades dos movimentos de base do Campo.

Refugiados. Algumas iniciativas, desde o final dos anos noventa, procuraram incentivar programas de (re)conexão entre comunidades palestinas dispersas, inaugurando centros de informática, investindo em *ciber cafés*, e contribuindo com o desenvolvimento de *websites* dedicados às narrativas da diáspora palestina.

Uma dessas iniciativas foi o programa *Across Borders Palestine* (ABP), lançado pela Universidade de *Birzeit* em 1999¹⁹³, que potencializava a ideia de que, através do investimento em tecnologias de informação e comunicação, palestinos circunscritos dentro dos limites da Ocupação ou das de Campos de Refugiados, poderiam cruzar as fronteiras que os dividem enquanto comunidade política.

O lançamento oficial do programa aconteceu no Campo de Refugiados de *Deheishe*, também na municipalidade de Belém, garantindo o primeiro *ciber café* dentro de um Campo de Refugiados na Palestina. Posteriormente, a equipe da *Birzeit* organizou a abertura de mais centros do ABP - na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e em campos de refugiados palestinos no Líbano e na Jordânia. Para Arouagh:

A abertura do centro libanês foi uma conquista significativa, pois marcou a primeira rede on-line regional de campos de refugiados palestinos que realmente cruzou fronteiras (...) Em 2000, através de uma tela de vídeo e internet, a ABP ofereceu a refugiados em Bourji Shamali uma ligação ao vivo com um campo de refugiados na Palestina como parte da celebração de abertura (...) Alguns refugiados conseguiram se conectar com parentes pela primeira vez através da linha de internet. As pessoas que estavam presentes repetidamente perguntaram sobre a falta de familiares, amigos e pediram que a câmera se movesse para mostrar o resto da aldeia ou acampamento.. (AROUAGH, 2011a, p. 124. Tradução própria.)

A autora concorda com Kamal Nasir - um dos idealizadores e realizadores do projeto - em sua percepção de que o ABP, e outros projetos do tipo, tinham o potencial de contribuir com a manutenção da memória palestina, permitindo que gerações de famílias e comunidades fraturadas compartilhassem relatos de suas próprias experiências entre si. Em um primeiro momento, a equipe responsável desenvolveu centros de treinamento em *web design*, construiu laboratórios, forneceu equipamentos e servidores (AROUAGH, 2011a), e organizou representações locais, nomeadas pelas comunidades que recebiam os centros, para o posterior acompanhamento do projeto. Subsequentemente, a *Birzeit* auxiliou no lançamento de *websites* de cada Campo ou

¹⁹³ Ver mais em: birzeit.edu

organização hospedeira, que sustentavam a possibilidade de fóruns de discussão e debate, e de publicação de mídias audio-visuais para projetos de memória e história oral:

Uma motivação importante para o financiamento deste *website* é permitir que os próprios refugiados falem; para permitir que eles lidem com seus próprios problemas. A segunda razão é sobreviver e se comunicar apesar dos postos de controle e controles na Cisjordânia e dos obstáculos físicos entre a Palestina dentro e fora, e entre os diferentes campos de refugiados. (HAMMAD apud AROUAGH, 2011a, p. 126. Tradução própria.)

O projeto do ABP estava, portanto, fundado na preocupação de se estabelecer caminhos pelos quais a experiência de todo-dia dos palestinos na diáspora e no território pudessem ser compartilhadas entre si e com o mundo. Diante dos anos de esforços da administração israelense na edificação de obstáculos e fronteiras entre comunidades palestinas - entre a Cisjordânia e Gaza, entre os palestinos de 48 e os palestinos dos TPOs, entre os palestinos dos campos de refugiados, entre os palestinos fora da Palestina -, entende-se aqui a possibilidade de (re)conexão a uma manifestação de resistência cotidiana que, através de projetos como o ABP, partem dos mesmos ambientes que passaram a ser tão severamente monitorados e usados contra as comunidades palestinas, para subvertê-los a seu favor - tal como é o caso do *ciberespaço*.

O caso do ABP encontrou uma série de dificuldades em sua contínua implementação dada a explosão da Segunda Intifada¹⁹⁴, em 2000, e o endurecimento dos limites impostos pela administração militar. As frequentes incursões nos principais centros urbanos da Cisjordânia, entre 2000 e 2005, destruíram boa parte da restrita infraestrutura recentemente implementada e a sustentabilidade do projeto foi comprometida. Ao mesmo tempo, o financiamento de iniciativas como essa - proveniente de ONGs ou de colaboradores internacionais - perdeu prioridade diante de projetos que procuravam garantir a manutenção mínima das condições de vida da população durante os cercos militares.

Contudo, é possível admitir que em um contexto no qual o controle de fronteiras e de movimento ficava mais rígido do que nunca, a viabilidade de meios que ultrapassassem fronteiras - ainda que apenas virtuais - se tornava cada vez mais urgente. As tecnologias de informação e comunicação, para as famílias que as tinham

¹⁹⁴ Ver: seção 2.2.1 e 2.2.2

disponíveis em suas residências, se convertiam em vestígios da vida real, em meio aos toques de recolher e das imposições imprevisíveis e remotas que tornavam o cotidiano insuportável (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2012; AROUAGH, 2011a). Lori Allen¹⁹⁵, a esse respeito, pontua que se a reação de Israel à Segunda Intifada pretendia tornar a vida dos palestinos um inferno, era imperativo que encontrassem meios de se adaptar ao inferno (ALLEN, 2008), seja ele qual fosse - e, ao que aqui nos concerne, admite-se que garantir medicamentos ou comida pode não ser suficiente, sem que se considere a dimensão de adaptação permitida pela garantia de conexão e de comunicação, sendo a própria instabilidade e diluição do cotidiano característica do projeto colonial na Palestina,

Ocupação militar moderna e colonialismo são conglomerados de formas de disciplina, dominação e força bruta. As instabilidades sociais e espaciais que resultam da violência física tornam impossível qualquer organização específica do corpo através do espaço, que é a anti-disciplina da ocupação. Mesmo que essas estratégias militares israelenses continuem a aterrorizar, matar e destruir, no entanto, os palestinos persistem não apenas andando, nomeando e narrando o turbilhão de eventos que agitam suas cidades e vidas (...) Isso acontece, em parte, através da produção de formas particulares de espaço social e através de práticas memorializantes. Isso também acontece na forma como as pessoas navegam fisicamente pelo espaço e narram suas experiências de violência. (ALLEN, 2008, p. 475. Tradução própria.)

A despeito, sendo assim, do sucesso do colonialismo israelense em controlar e produzir o espaço - através, como demonstrado nas seções anteriores, de tecnologia (além de força) -, cabe ainda a população palestina a adaptação e/ou rejeição de sua condição imediata (ALLEN, 2008.). Emprestando, para tanto, as palavras de Harvey (2000), ao passo em que se adaptam e resignificam as geografias (do desastre) do controle e da Ocupação, cabe ao povo palestino a possibilidade de reconstruir sua realidade política.

Nos anos da Intifada, foi enfatizado o uso da internet para comunicação entre famílias separadas por *check-points* móveis ou barreiras temporárias - e entre familiares que nunca haviam se encontrado pessoalmente, mas mantinham contato dentro e fora do território para compartilhar relatos e notícias sobre a situação nos TPOs (AROUAGH, 2011; ZUREIK, 2016). Durante os toques de recolher frequentes e as abruptas

¹⁹⁵ Docente do Departamento de Antropologia da SOAS University of London

mudanças sobre os regimes de trânsito e deslocamento na Cisjordânia, escolas e universidades passaram, também, a utilizar a comunicação *online* para permanecer, de alguma forma, em atividade (ZUREIK, 2016; ZUREIK, 2006). Em face do empobrecimento e da falta de recursos de grande parte das famílias durante os cercos, para aqueles que faltavam condições de acessar a internet de suas casas - e, tendo os espaços de suas escolas e universidades muitas vezes inacessíveis - os *ciber cafês* e centros informáticos, principalmente dos Campos de Refugiados, se tornaram espaços fundamentais da sociabilidade local. A partir de pesquisa conduzida em algumas cidades dos TPOs, Zureik reuniu relatos a respeito do uso e da importância do acesso a internet nos seguintes termos:

Ao descrever a importância do computador para os palestinos em geral, os respondentes deram várias razões que abordaram interesses nacionais, pessoais e comunitários: aprofundar a educação, adquirir habilidades técnicas e aumentar a criatividade por meio do acesso a informações em todo o mundo. Um segundo grupo de usos para o computador centrou-se na divulgação das lutas dos palestinos sob a ocupação israelense da Cisjordânia e Gaza e no recrutamento de apoio internacional para a Palestina. Em terceiro lugar, vários entrevistados citaram a Internet como um meio de conectar os palestinos em todo o mundo. (ZUREIK, 2006, p. 192. Tradução própria.)

Conduzindo a mesma reflexão com palestinos da Faixa de Gaza, Zureik identifica uma preocupação acerca da possibilidade maior de monitoramento e coleta de dados a partir do uso da internet, entretanto, relatam também considerar que a presença nas redes facilitou contato com outros palestinos que, em outras condições, jamais poderiam ver e, ao mesmo tempo, permitiu algum acesso ao mercado de trabalho a distância.

Não obstante as dificuldades das redes elétricas instáveis, dos custos altos para internet de baixíssima velocidade, dos riscos de monitoramento, da frequência de interrupção da conexão e de destruição de infraestrutura (em Gaza e em Área C, na Cisjordânia, principalmente) - a resignificação do ciberespaço como um espaço de possibilidades, e não apenas de medo, ameaça e controle, representa uma importante dimensão da (re)existência contemporânea nos TPOs. Independentemente do sucesso ou do fracasso de iniciativas tais como o programa ABP, a marca de tais projetos fica na consolidação de uma série de espaços de acesso (*ciber cafês*, centros de informática, etc.) e na formação de profissionais e técnicos que prosseguiriam investindo na

disseminação da internet nos territórios. Ainda que não tornassem possível a superação absoluta das condições concretas de suas existências - e fossem frequentemente vitimizadas pela força física da Ocupação - os *hubs* comunitários de acesso a internet fortaleciam vínculos entre palestinos na diáspora e permitiram algum transitar de suas vozes sobre suas experiências de todos os dias.

É importante ressaltar que para uma população sob as condições restritas tais como as dos palestinos sob Ocupação, mesmo as atividades mais ordinárias podem representar limitados passos na direção da autodeterminação - através da possibilidade aparentemente simples de se fazer um trabalho *freelance*, ou de uma conversa via *Skype* com um par distante. Aqui permanece a ideia da adaptação - da adaptação do cotidiano e correspondente adaptação da geografia, do território e do futuro. Relatos de palestinos de Jerusalém Oriental afirmam que o universo virtual, hoje, ainda é seu único e limitado espaço para respirar, como conta Najwan:

Na minha área, sou eu quem coloca todos os textos, vídeos e fotos *on-line*, para mostrar como as forças armadas israelenses violam nossos direitos (...) Eu assisti ao casamento da minha prima pelo *Skype* e pude me juntar a eles, pelo menos virtualmente. Em outras partes do mundo, se você contemplar seus passos, você tem uma boa chance de construir uma casa ou participar de reuniões familiares. Nós, palestinos, somos deslocados em todo o mundo, e nós vivemos aqui em uma prisão, e eu até vivo sem carteira de identidade. Minha única maneira de resistir à ocupação israelense é usar a Internet, estudar, compartilhar, conhecer pessoas e me desenvolver. Nós na Palestina e pessoas como eu morreríamos sem a internet. (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2012, p. 65)

Desde produzir denúncias das violações da Ocupação, até participar de casamentos de parentes - a presença nas redes pode ser entendida, nesse sentido, como uma manifestação de *Summud* - em árabe, “perseverança inabalável”, termo comumente utilizado para se referir ao fato de que, na Palestina, perseverar - ou, existir - é resistir.

4.1.2 *Summud* 2.0: *hashtaging* a experiência palestina

De acordo com o censo mais recente, 79% do total da população palestina dentro de Israel e 61% da população palestina nos TPOs usa a internet regularmente, seja através de *smartphones*, computadores ou ambos. O **Gráfico I** aponta para a proporção de usuários de internet em relação ao total da população na Palestina e nos

países vizinhos, indicando que, hoje, os palestinos dos TPOs e de Israel dispõem de razoável proporção de usuários nacionais regulares de Internet, em relação ao total dos palestinos em ambos os territórios. Os indicadores referentes ao Egito e a Tunísia - ambos países que se tornaram objeto de uma série de análises do uso das redes por conta da chamada Primavera Árabe, apontam para uma proporção relativamente menor de usuários nacionais *online*.

Gráfico I: Usuários Regulares de Internet na Palestina e Países Árabes
(Fonte: 7amleh)

Levantamento feito pela 7amleh (2018) indica que 80% dos usuários regulares de Internet utilizam o Facebook como principal plataforma de interação e atividade *online*, 68% e 35% tem no Instagram e no Twitter suas plataformas mais usadas.

Entre 2015 e 2017, anos marcados por intensificada atividade *online* de palestinos dos TPOs e de Israel, constatou-se uma série de campanhas e tendências nas redes sociais (nomeadamente, no Facebook, Instagram e Twitter), representadas pelo lançamento e compartilhamento de *hashtags* que diziam respeito a uma variedade de temas pertinentes ao cotidiano na Palestina na mesma época. As Tabelas 10, 11 e 12 reúnem as principais *hashtags* presentes no *ciberespaço* palestino em 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

Principais *hashtags* nas mídias sociais palestinas em 2015

<i>hashtag</i>	tradução	campanha
#اغفر لي	me perdoe	Campanha em solidariedade a Hadi Al-Ajlouni, detida por postar “me perdoe” em seu <i>status</i> de Facebook
#يعيدني والدي	me devolva meu pai	Campanha contra a detenção de ativistas na Cisjordânia
#من هو سالم	quem é Salim?	Campanha de marketing da Paltel (Companhia de Telecomunicações Palestina)
#احترق على قيد الحياة	foi queimado vivo	Campanha de condenação ao assassinato de Ali Dawabsha, de 18 meses de idade, queimado vivo por colonos na Cisjordânia
#المسجد الأقصى لن ينقسم	A Mesquita de Al Aqsa não será dividida	Campanha contra a divisão da Mesquita de Al Aqsa
#الانتفاضة مستمرة	A Intifada continua	Campanha de incentivo aos levantes de Outubro de 2015
#نحن لسنا خائفين	Nós não estamos com medo	Campanha de ativistas de Jerusalém contra a truculência da Ocupação em Jerusalém Oriental
#ارمهم للخارج	Joguem eles fora	Campanha pelo boicote de produtos israelenses nos TPOs
#لا يهم	Não importa	Campanha lançada por ativistas de Hebron, por conta de um vídeo viralizado por um ativista palestino de um soldado atirando contra jovens palestinos, que jogavam pedras contra os soldados. Quando o soldado reclama que os jovens jogavam pedras, o ativista responde “Não importa, deixe-os jogar”
#موطني	Vamos cantar "Mawtini"	Campanha de resistência não violenta contra a Ocupação - “Mawtini” (em árabe, “Minha Pátria”) é um poema popular palestino escrito por Ibrahim Touqan, nos anos 1930.
#لا استطيع تذكر	Eu não me lembro	Campanha de apoio a Ahmad Manasra, de 13 anos, detido e acusado de esfaquear dois israelenses em Jerusalém. Em vídeo viralizado, Ahmad exclama “eu não me lembro” enquanto militares o interrogam violentamente. O jovem foi sentenciado a 12 anos de prisão.

#السجن الليلة	Prisão hoje a noite	A <i>hashtag</i> se refere a viralização do caso de Mohammed Altaweel, palestino com síndrome de down de Hebron, que ligava para seus amigos e conhecidos fingindo ser um oficial de inteligência israelense e os ameaçava dizendo “prisão hoje a noite”.
#اشاهد ظهرك	Fiquem de olho	Campanha de segurança lançada em Gaza, buscava conscientizar os participantes dos protestos de Outubro a prestar atenção em câmeras, colaboradores da Ocupação, militares a paisana, tal como a manterem-se atentos quanto a comunicação <i>online</i> e via telefonia celular.
#اشرف فياض	Ashraf Fayyad	Campanha de solidariedade com o palestino sentenciado a morte por uma corte saudita, por promover ateísmo
#استرجاع جثث الشهداء	Recuperando os corpos dos mártires	Campanha lançada pela recuperação dos corpos dos mártires dos levantes em Jerusalém, detidos pelas autoridades israelenses.
#تسليم المعبر	entregue a passagem	Campanha lançada por ativistas de Gaza, para pressionar o Hamas a entregar a autoridade sobre a passagem de Rafah para a Autoridade Palestina
#حماس28	Hamas28	Postagens em comemoração aos 28 anos da fundação do Hamas
#لماذا قاموا بقتله	Por que mataram ele	Campanha lançada depois de vitalização de um vídeo sobre um palestino morto na fronteira com o Egito, assassinado pelo exército sem razão aparente
#أنا لن أغادر	Eu não vou embora	Campanha contra as ordens de exílio arbitrárias emitidas contra palestinos de Jerusalém
#كل شهيد لديه حياة	Todos os mártires têm vida	Lançado pelo <i>Young Women Committee of Palestinian Working Women's Society for Development</i> , incentivando uma corrente humana em Ramallah na qual os participantes seguraram fotos dos mártires dos levantes de Jerusalém, procurando enfatizar que os mortos não eram apenas números, mas pessoas com história

#ما هو اللحم	o que é carne?	Campanha lançada depois da viralização de um vídeo postado sobre as condições da vida em Gaza, no qual se pergunta a uma criança palestina quando foi a última vez que tiveram carne para comer em casa. A criança responde: “O que é carne?”
--------------	----------------	---

Tabela 10: *Hashtags* ativas nas mídias sociais palestinas em 2015. (Fonte: 7amleh, 2016; Social Studio, 2016)

Principais *hashtags* nas mídias sociais palestinas em 2016

<i>hashtag</i>	tradução	campanha
#انقاذ العقيق	Salve Al-Qeiq	Campanha lançada em solidariedade ao jornalista Mohammad Al-Qeiq, em detenção administrativa desde 2015. Foi mobilizada durante a participação do detido no movimento da greve de fome dos prisioneiros
#صحفي في الزنزانة	O jornalista em uma cela	Lançada pelo Comitê de Apoio aos Jornalistas na Faixa de Gaza, para denunciar as violações da Ocupação contra jornalistas palestinos
#ببال كايد	Bilal_Kayed	Campanha em apoio a Bilal Kayed que servia uma sentença de 14 anos e meio em uma prisão militar israelense quando, ao final do período, recebeu um novo mandato de detenção administrativa. Kayed participou do movimento das greves de fome em protesto contra a arbitrariedade da Ocupação.
#الخاطفين6	Os 6 Sequestrados	Campanha lançada em solidariedade aos seis jovens palestinos detidos na Cisjordânia, chamados de sequestrados por conta da ausência de julgamento ou acusação formal. Os jovens detidos participaram do movimento da greve de fome de 2016. Soltos pela Autoridade Palestina em Setembro do mesmo ano, foram em seguida detidos pelas autoridades militares israelenses.

#المأذن لن تكون صامتة	Os minaretes não serão silenciados	Campanha lançada por palestinos de Jerusalém contra proposta de legislação que objetiva silenciar os chamados das mesquitas, sob a alegação de que seriam poluição sonora.
#نشأت ملحم	Nashaat Milhem	<i>Hashtag</i> foi utilizada para acompanhar notícias, denúncias e informes sobre Nashaat Milhem, acusado de se responsável por ataque em Tel Aviv e assassinado pelas forças armadas israelenses.
#تطبيع الوسائط	Normalizando a Mídia	Campanha lançada contra o <i>Al-Quds Newspaper</i> , que conduziu entrevista com o ministro da defesa israelense. A <i>hashtag</i> acompanhava chamadas de boicote contra a normalização da Ocupação.
#صابر الرباعي	Saber Al-Rebaei	Campanha de condenação ao cantor tunisiano Saber Al Rebaei, que posou em fotos com militares israelenses quando visitou o território.

Tabela 11: *Hashtags* ativas nas mídias sociais palestinas em 2016. (Fonte: 7amleh, 2017)

Principais *hashtags* nas mídias sociais palestinas em 2017

<i>hashtag</i>	tradução	campanha
#القدس عاصمة فلسطين	Jerusalém_A Capital Palestina	Campanha em protesto a decisão do presidente norte-americano Donald Trump de reconhecer Jerusalém como capital de Israel.
#الجوع إضراب الكرامة	Dignidade_Greve de Fome	Campanha em solidariedade com os palestinos em greve de fome, em abril de 2017.
#تحدي المياه المالحة	Desafio da água e sal	Campanha de solidariedade com os palestinos em greve de fome, que envolvia beber água salgada em apoio aos grevistas (prisioneiros em greve de fome bebem água salgada para evitar problemas de saúde)
#لا لبوابات الكترونية	Não aos portões eletrônicos	Campanha contra a instalação de portões eletrônicos na entrada da mesquita de Al-Aqsa. Depois de protestos com mais de 400 participantes em Jerusalém e na Cisjordânia, os portões foram removidos e substituídos por <i>smart cameras</i> .

#أمال حيران	Ummal Hiran	Campanha de denúncia do assassinato de Yakoub Abu Al-Qi'an, 50 anos, professor e residente da vila beduína de Ummal Hiran - vila palestina não reconhecida pelas autoridades israelenses no deserto do Naqab.
#باسل الأعرج	Basel AlAraj	Campanha de denúncia do assassinato de Basel AlAraj, proeminente ativista de Ramallah, que estava entre os seis detidos (seis sequestrados) da <i>hashtag</i> que viralizou em 2016. Depois de ter sido solto pela Autoridade Palestina e, em seguida, detido pelos militares israelenses, foi solto em Setembro de 2017 e assassinado pelo exército em Março de 2018.
#لا لحجب المواقع	Não ao bloqueio de <i>websties</i>	Campanha lançada contra a o bloqueio de sites da oposição, autorizado pela administração de Mahmoud Abbas
#مع المصالحة	Com a reconciliação	Campanha de apoio aos esforços de reconciliação entre a Autoridade Palestina e o governo do Hamas, diante da visita do Primeiro Ministro Rami Hamdallah à Faixa de Gaza, em Outubro de 2017.

Tabela 12: *Hashtags* ativas nas mídias sociais palestinas em 2017. (Fonte: 7amleh, 2018; Social Studio, 2018.)

A partir da amostra exposta acima, tem-se que uma parte das campanhas *online* se direcionaram a *slogans* políticos referentes a acontecimentos públicos que ganharam certa cobertura na mídia, tais como os levantes de Jerusalém, as greves de fome dos prisioneiros ou a reabertura dos diálogos entre a Autoridade Palestina e o Hamas, em 2017. Ao mesmo tempo, algumas das campanhas buscaram trazer atenção a pequenos eventos - da vida cotidiana - de cidades e vilas que, ainda que parte de um contexto maior de violações e abusos, não recebem tanta proeminência na imprensa local ou internacional - é o caso, por exemplo, do assassinato de Yakoub Abu Al-Qi'an, em 2017, ou de Ali Dawabsha, em 2015. É possível constatar, também, o compartilhamento de *hashtags* referentes a episódios comuns da experiência palestina de todos os dias desde a privação de alimentos, em Gaza, até as detenções arbitrárias e assassinatos seletivos -

tal como o fato de que elas se tornam tanto um fato da vida, quanto uma brincadeira juvenil de trotes por telefone, como sugere o episódio da *hashtag* de 2015.

Algumas das campanhas foram lançadas por ONGs e grupos de direitos humanos, enquanto outras por indivíduos - e seus objetivos variaram entre mobilização para protestos/atividades públicas, manifestação de solidariedade e/ou de apoio e crítica a posicionamentos do Estado, e acompanhamento e divulgação de notícias e informações sobre casos a respeito dos quais pouca informação circulava, na época - inclusive do ponto de vista internacional, ilustrado pela Tabela 14.

Reprodução Internacional das *hashtags* ativas entre 2015 e 2017

Palestina	39,7%	Arábia Saudita	1,1%
Israel	13,7%	Austrália	1,0%
Estados Unidos	8,4%	Singapura	1,0%
Reino Unido	7,8%	França	0,9%
Egito	5,6%	Katar	0,9%
Chile	4,3%	Venezuela	0,9%
Kuwait	2,9%	Paquistão	0,4%
Canadá	2,1%	Brasil	0,3%
Líbano	2,0%	Indonésia	0,3%
África do Sul	1,2%	Nigéria	0,3%
Argentina	1,2%	Finlândia	0,2%
Índia	1,2%	Malásia	0,2%
Turquia	1,2%	Suécia	0,1%
Alemanha	1,1%		

Tabela 13: Reprodução Internacional das principais *hashtags* ativas nas redes palestinas entre 2015 e 2017.

As *hashtags* selecionadas podem servir de ilustração, tal como o explorado na seção anterior, para a possibilidade de que uma presença palestina *online* vem permitindo espaços de construção de narrativas - contendo experiências, opiniões, relatos, perspectivas - dos palestinos sobre si mesmos, para eles mesmos e para o mundo. Essas narrativas, por sua vez, enfatizam como fundamental da experiência

palestina contemporânea o fato de que espaços “ordinários” da vida e da comunidade se veem em rotineira intersecção com espaços de militarização e violência.

A partir do anteriormente exposto, a seção seguinte procura dar conta da ideia de que, enquanto as dimensões cibernéticas de perpetuação da Ocupação têm servido a brutalidade da violação de direitos das populações palestinas, suas dimensões correlatas de resistência e sobrevivência podem ser mobilizadas na produção *mediatizada* de uma comunidade palestina virtual que possa experimentar uma produção de identidade e de fronteiras distintas daquela implicada pelo projeto colonial israelense.

4.2 Identidade e diáspora na Era da Informação

Na entrada do Campo de Refugiados de Aida, vê-se um enorme arco de ferro em cima do qual situa-se uma chave. Grandes e pesadas chaves de ferro são símbolos frequentemente mobilizados pelos palestinos refugiados, referindo-se ao fato de que, em 1948, deixaram suas casas carregando nada além do que suas chaves, cientes de que retornariam em breve. Muitas famílias ainda guardam as chaves das casas de seus pais ou avós, como lembrança e como promessa de que não abrirão mão de retornar. Atrás do enorme arco, em uma parede esbranquiçada de pó, era possível ainda enxergar os restos de um rabisco desbotado que dizia: *#unnocupy* (*#desocupar*), brincando com uma referência aos movimentos que se espalharam pelo mundo sob o slogan do “*Occupy*” (Wall Street, por exemplo).

Lançando mão da mesma ambiguidade contextual do termo, Tawil-Souri aponta para a tendência apontada nas seções anteriores (4.1.1 e 4.1.2) como uma tendência de ocupação palestina dos espaços virtuais. Os palestinos ocupam espaços ao navegar na Internet, ao insistir no uso de seus celulares a despeito das redes fraturadas, caras e de baixa qualidade, ao conversar com palestinos da diáspora *online*, ao publicar e seguir *tweets*, ao compartilhar seus *status* no Facebook, ao produzir canais no YouTube, enfim: ocupam espaços virtuais e demonstram sua perseverança através de conteúdo e atividade virtuais (TAWIL-SOURI, 2015). A autora acrescenta, a esse respeito

É claro que também quero dizer “ocupar” no sentido dialético de que qualquer espaço - mesmo virtual - é o resultado de relações complexas. Por mais que Israel possa controlar e limitar o acesso

digital, tais controles são respostas às práticas palestinas (reais e imaginadas), e os palestinos não apenas usarão os espaços dados a eles, mas também tentarão criar novos espaços e práticas. Os palestinos “ocupam” o digital não apenas usando a internet e telefones celulares, mas encontrando meios alternativos de compartilhamento de acesso, “roubando” sinais de provedores israelenses, egípcios e jordanianos, bem como criando seus próprios espaços - seja em termos de Internet cafés construídos em porões ou na parte de trás da casa, tentando contornar ou superar limitações tecnológicas e controles. (TAWIL-SOURI, 2015, p. 12. Tradução própria.)

Para um povo sob Ocupação militar e submetido a décadas de deslocamentos forçados, o jogo de palavras que os termos “ocupação” e (ciber)“espaço” representam nesse contexto é particularmente interessante. Em sua reflexão sobre nação e nacionalismo, Benedict Anderson atribui importância central para a difusão de mídias - como os jornais, no século XIX - no processo de construção de um sentimento comum entre sujeitos dispersos (ANDERSON, 1983). A imprensa, nesse sentido, teria tido um papel fundamental no desenvolvimento de identidades nacionais, produzindo significados compartilhados e compartilháveis a respeito de um significador comum. Nesse sentido, *“As mídias criaram uma nova experiência de tempo e espaço, pois ofereceram simultaneamente a difusão e acesso a informação assim como permitiram um senso de pertencimento coletivo”* (MISKOLCI, 2011.). Um século mais tarde, o cinema e a televisão permitiriam a ampliação das conexões elaboradas pela imprensa.

As novas mídias - ou as tecnologias de informação e comunicação -, por sua vez, contribuem com um estado de conectividade perpétua (CASTELLS, 2011.), a partir de redes difusas e fraccionadas que podem sobreviver as margens das comunidades imaginadas (ANDERSON, 1983) hegemônicas sustentadas pelas grandes mídias. A partir dessas redes difusas, grupos subalternos passam a poder de elaborar e construir experiências *online* a partir da projeção de suas subjetividades (AROUAGH, 2011a). Argumenta-se aqui, então, pela possibilidade de uma *palestinidade* em rede - difusa, virtual, transfronteiriça - mobilizada pela transmissão da experiência cotidiana da população palestina como forma de resistência ao prolongado esforço de apagamento, desmobilização e separação. Ao passo em que compartilham relatos, campanhas, informes, alertas - permeados pelos símbolos e referenciais da experiência e identidade palestina contemporânea -, ousamos também afirmar que se torna possível uma Palestina virtual: imaginada (e real?).

Ao passo que - como brevemente discutido na seção 1.2 - as fábulas da globalização continuam promovendo metáforas de livre trânsito, desterritorialização, transnacionalidade - metáforas estas comumente associadas ao ciberespaço e as tecnologias de informação e comunicação - a consideração das especificidades de populações para as quais as condições não-metafóricas para tanto estão indisponíveis, se torna imperativa. Assim, é importante frisar, como o fizemos anteriormente, que a transposição imaginada de fronteiras *online* não necessariamente significa uma transformação estrutural nas condições territoriais e infraestruturais do povo palestino. Sendo assim,

Identities não-virtuais e imaginários nacionais ainda exercem considerável força, estruturam sentimentos, mobilizam coletividades e moldam e transformam as práticas cotidianas e as relações sociais nos mundos real e cibernético (...) As passagens fronteiriças do ciberespaço são negociadas não como pontos de controle de alfândega e imigração, mas através do acesso a habilidades cibernéticas e tecnologia. (...) As celebrações da des-territorialização no ciberespaço tendem a ignorar o problema de que para se des-territorializar é preciso ter um território e uma pátria em primeiro lugar, e para abandonar sua identidade em nome de identidades fluidas, é preciso ser capaz de reivindicar uma identidade não apenas em contestações políticas, mas também em algo tão mundano quanto um passaporte (...) A cibercultura palestina destaca questões sobre quem constitui um compatriota e como distância e proximidade entre membros de uma comunidade imaginada devem ser negociadas quando as fronteiras nacionais. Os requisitos de passaporte e a política de superpotência são, em última instância, uma grande barreira à proximidade face a face. (KHALILI, 2005, p. 143)

A ocupação palestina dos espaços virtuais, em oposição a digitalização da Ocupação da Palestina, pode ser então entendida como uma manifestação de identidade e memória, cuja preservação *online* se coloca como um elemento indispensável no contexto mais amplo da reivindicação de uma Palestina - identitária e territorial - una, e da resistência a um projeto histórico de negar sua existência.

5. Considerações Finais

Pouco mais de 40 dias depois de ter pisado pela primeira vez nos saguões do Ben Gurion, lá estava eu, de volta - depois de extensivamente e exaustivamente limpar e ocultar arquivos do meu HD, desaparecer das redes sociais e despachar pelo correio qualquer indício do meu trânsito pelos Territórios Ocupados. Até onde o Estado de Israel precisava saber, eu havia passado os últimos quarenta dias no deleite de tudo que a moderna Tel Aviv podia me proporcionar.

Quando embarquei no *Sherut* que partiria pela estrada de Jerusalém até o Aeroporto, rapidamente o motorista já começou a me lançar algumas perguntas sobre minha estadia - não respondi até o momento em que ficou claro que ele insistiria até que obtivesse respostas. Desci do lado de fora do Ben-Gurion para, encontrar, **ainda antes de passar pelas portas de vidro**, uma agente de segurança que, muito educadamente, solicitou meu passaporte e me lançou as mesmas perguntas. Passadas as portas de vidro, entre o lado de fora e o balcão do *check-in*, uma longa fila já me esperava, com jovens soldados uniformizados e agentes de segurança privada que verificavam as bagagens antes mesmo de cogitar autorizar que eu ou qualquer um na longa e demorada fila - famosa por provocar alguns vôos perdidos - embarcássemos para nossos destinos. Enquanto aguardava, uma mulher de uniforme que não identifiquei se aproximou e, mais uma vez, solicitou meu passaporte: virou as páginas uma, duas, três vezes, pediu que eu abrisse a mochila, também. Sem que eu sáísse da fila, me devolveu meu passaporte com uma enorme etiqueta amarela, na qual constava um código de barras e um número de 10 dígitos.

Outra das famosas lendas urbanas compartilhadas entre os viajantes dos TPOs se refere ao suposto índice de periculosidade a partir do qual somos todos categorizados no instante em que tentamos deixar as fronteiras de Israel para trás. O primeiro dígito do número estampado, então, em meu passaporte aparentemente indicava o grau de ameaça que eu representava para o país com uma das forças armadas de melhor reputação no mundo - e que, portanto, deveria ser zero - mas eu, tal como a maioria de meus companheiros de fila, recebera um 5. Espantada, eu era 4 índices mais perigosa do que um rabino, e um índice menos perigosa do que um terrorista explicitamente suspeito - que, no caso, receberia nota 6, a mais alta do *ranking*.

Em um primeiro momento, a primeira soldada que me recepcionou antes do balcão do *check in*, abriu minha bagagem e lentamente examinou todo seu conteúdo, insistindo em saber para onde eu iria em seguida, por onde eu tinha estado durante minha viagem e por que eu tinha escolhido esta destinação inusitada. Tentando desconstrair a mim mesma do pavor habitual que me tomava quando diante de qualquer autoridade oficial do Estado, perguntei a ela se alguma coisa fora do comum tinha acontecido, mencionei que tinham me abordado do lado de fora e que nunca antes tinha visto uma fila de revista como essa antes dos portões de embarque. Ela riu, e respondeu que nada de fora do comum tinha acontecido, acrescentando ao final: “Isto é Israel”.

Até então, ela não me pedira minha bagagem de mão e, depois de re-empacotar todos os meus itens em minha mala de viagem, me permitiu prosseguir até o balcão de minha companhia aérea. Agora, eu me encaminhava para o portão de embarque, onde mais uma seção de revista aguardava a mim e a minha temível nota 5. Passei pela frente da mais nova fila da qual eu faria parte e - por alguma razão qualquer que até hoje não identifico - abri minha bolsa e, dentro dela vi: em um estojo transparente, o pequeno sabonete do banheiro de uma de minhas hospedagens nos TPOS, que eu surrupiara antes de ir embora - na embalagem, lia-se em letras vermelhas garrafais: *Ramallah, Palestina*. Minhas extensivas e exaustivas buscas de ocultamento de “evidências”, aparentemente, não tinham sido suficientes e, nos segundos que se seguiram, consegui me levar ao grau mais absoluto de pânico, para mim até então desconhecido - por causa de um sabonete.

“Não posso jogar fora agora caso alguém esteja olhando”, pensei. “Também não posso deixar exposto em um estojo transparentemente óbvio. Não posso entrar na fila antes de decidir o que fazer, não posso sair da frente da fila para não parecer suspeita. Não há nada que eu possa fazer. Nunca mais vou me mexer”. Paralisada, eu sentia o suor escorrendo da minha nuca até o dedo que ainda tocava o sabonete, esperando que ele desaparecesse sozinho. Depois de mais alguns segundos repassando tudo que não me parecia uma alternativa viável em termos de manifestar um comportamento que não parecesse anormal, entrei na fila e aguardei a realização da minha fortuna iminente.

Antes de chegar ao balcão no qual revistariam minha bolsa e bagagem de mão, me interromperam e pediram para que eu ficasse parada no detector de metais. Nada apitou. Verificaram meu casaco, seus bolsos, seus zíperes e me autorizaram a prosseguir. Na fração de segundo em que colocava meu casaco de volta e andava na direção do

balcão - como quem anda em direção à força -, estiquei o braço para dentro da bolsa aberta, e passei o pequeno sabonete para dentro da manga de meu casaco, onde ele permaneceu pelos longos minutos em que a agente de segurança ligava e desligava meu computador e meu celular, esperando encontrar algum dispositivo explosivo.

Embarquei no avião ainda com meu segredo na manga. Eu o carreguei em algum canto até hoje, meu incomparável e patético totem da desobediência: meu pequeno sabonete de Ramallah. Durante o voo percebi, então, que se, por um lado, levava comigo um pedaço proibido da Palestina Ocupada, levava também alguns (des)pedaços da Ocupação Israelense - preservada para sempre na tradução (imaginária, é claro) de meu sabonete como um objeto de ameaça à segurança nacional.

A presente dissertação partiu de algumas preocupações centrais. A primeira delas era, ao localizar as práticas de controle e monitoramento no contexto das práticas coloniais de modo geral, inferir que mesmo havendo uma série de dispositivos inovadores na colonização dos TPOs, seus engenhos tem ponto de partida muito anterior à incursão inicial dos sionistas na Palestina Histórica. Em segundo lugar, procuramos aqui explorar as técnicas e tecnologias de controle e monitoramento da fase mais contemporânea da Ocupação Israelense sem que sua narrativa *high tech* ocultasse dois simples fatos: a tecnologia de ponta não se encontra, em Israel, apenas oculta sob o véu de uma tecnicidade incompreensível, mas em dimensões concretas e cotidianas da experiência palestina hoje e, ao mesmo tempo, as práticas recentes mais inventivas do ponto de vista da digitalização da Ocupação, não implicaram na dissolução da racionalidade e operacionalidade coerente com História da presença nos Territórios, em suas dimensões mais elementares, seja na vigilância e controle de sabonetes ou *softwares*.

Por último, pretendeu-se localizar um caminho para a resistência palestina, dentro do escopo do presente trabalho, não tendo em vista a necessidade de condições de se competir com a infraestrutura incomparável de seus vizinhos israelenses, mas na ideia de se (re)produzir a (re)existência de todo dia, diante da violência de todo dia, tal como há décadas tem tentando se fazer nas ruas, transposta para as potencialidades emancipadoras das redes.

Referências

7AMLEH, *Hashtag Palestine 2017: Palestinian Digital Activism Report*, Haifa: Arab center For social Media Advancement, 2018a.

_____. *Internet freedoms in Palestine: Mapping of Digital Rights Violations and Threats*, Haifa: Arab center For social Media Advancement, 2018b.

_____. *Index of racism and incitement in Israeli social networks Against Arabs and Palestinians*, Haifa: Arab center For social Media Advancement, 2018c.

_____. *Hashtag Palestine 2016: Palestinian Digital Activism Report*, Haifa: Arab center For social Media Advancement, 2017.

_____. *Hashtag Palestine 2015: Palestinian Digital Activism Report*, Haifa: Arab center For social Media Advancement, 2016.

ABRAHAMSEN, Rita. WILLIAMS, Michael. “Security beyond the state: global security assemblages in International Politics”, *International Political Sociology*, 3: 1-17, 2009.

ADDAMEER, *Violations Against Palestinian Prisoners and Detainees in Israeli Prisons and Detention Centers: Annual Report 2010*; Ramallah: Addameer Prisoner Support and Human Rights Association, 2016.

ALLEGRA, Marco. HANDEL, Ariel. MAGGOR, Erez. *Normalizing occupation: the politics of everyday life in the west bank settlements*. Bloomington: Indiana University Press, 2017.

ALLEN, Lori. “Getting by the occupation: How violence became normal during the Second Palestinian Intifada”, *Cultural Anthropology*, 23 (3): 453-487, 2008.

AOURAGH, Miriyam. “Virtual Intifada: Online Activism and Everyday Resistance”, *Journal of Arab and Muslim Media Research* 1 (2): 109-130. 2008.

_____. *Palestine Online: Transnationalism, the Internet and the Reconstruction of Identity*. London: I.B. Taurus.2011a

_____. “Confined Offline, traversing online: Palestinian mobility through the prism of the Internet”, *Mobilities*, 6 (3): 375-397. 2011b

_____. “Framing the Internet in the Arab Revolutions: Myth Meets Modernity”, *Cinema Journal*, 52 (1): 148-156. 2012

_____. “Cyber Intifada and Palestinian Identity”, *ISIM Review (Newsletter)*, 12, p. 42-43. 2003

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1983.

ANDONI, Ghassam. “A Comparative Study of Intifada 1987 and Intifada 2000.” In *The New Intifada: Resisting Israel's Apartheid*, London: Verso. 2001

ANDREJEVIC, Mark. GATES, Kelly. “Big Data Surveillance: Introduction”, *Surveillance & Society*, 12 (2): 185-196, 2014.

ANDREJEVIC, Mark. “The work of being watched: Interactive Media and the exploitation of self-disclosure”, *Critical Studies in Media Communication*, 19(2): 230-248, 2002.

AMIR, Merav. “*Borders Beyond Territory: Population Management Through Border-Making and the Borders of Israel*.” PhD diss., Tel Aviv University. 2011.

ARQUILLA, John. RONFELDT, David. “Cyberwar is coming!”, in: *In Athena's Camp: Preparing for Conflict in the Information Age*, Santa Monica: RAND Corporation, 1997.

BAUDRILLARD, Jean. *The Gulf War Did not take place*. Sydney: Power Publications, 1995.

BALL, Kirstie. HAGGERTY, Kevin D. LYON, David. *Routledge Handbook of Surveillance Studies*. New York: Routledge, 2012.

BHABHA, Homi K. “Of mimicry and man: the ambivalence of Colonial Discourse” *October* 28 (1): 125-133, 1984.

_____. *The location of culture*. New York: Routledge, 1994.

BARLOW, John Perry. *A declaration of the independence of Cyberspace*. 1996. Disponível em: <http://homes.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html>. Acessado em: Janeiro, 2017.

BRAYNE, Sarah. “Big Data Surveillance: The Case of Policing”, *American Sociological Review*, 82 (5): 977-1008, 2017.

BOGARD, William. *The simulation of surveillance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MORRIS, Benny. "The New Historiography: Israel confronts its Past", *Tikkun* 3 (6), 1988

BLACK, Ian. MORRIS, Benny. *Israel's Secret Wars: A History of Israel's Intelligence Services*. New York: Grove Weidenfeld. 1991.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede - a era da informação: economia sociedade e cultura, volume 1*. São Paulo: Paz e Terra. 2005.

_____. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar. 2003.

CHAMAYOU, Grégoire. *Teoria do Drone*. São Paulo: Cosacnaif, 2015.

CHATERJEE, Partha. *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

CHENEY-LIPPOLD, John. "New algorithmic identity: soft bio-politics and the modulation of control", *Theory, Culture and Society*, 28(6): 164-181, 2011.

DA'NA, Seif. "Correcting Corrections: De-refying the new Israeli historiography", *Arab Studies Quarterly* 28 (2): 1-25, 2006.

DAHAN, Michael. "The New Inter-Fada", in: symposium on *Battle of the Servers, Battle of the Hearts: New Media and Cyberwars*. Israel: Ben Gurion University and Burda Center for Innovative Communications. 2001.

_____. "The Gaza Strip as Panopticon and Panspectron: The Disciplining and Punishing of a Society" *International Journal of Electronic Politics*, 4 (3), 44-56. 2013.

DAWES, Simon. "The Digital Occupation of Gaza: An interview with Helga Tawil-Souri" in: *Networking Knowledge - Special Issue: Mediatizing Gaza*, 8 (2).

DAS, Veena. "Trauma and testimony. Implications for political community", *Anthropological Theory*, 3 (3): 293-307, 2003.

_____. "Our Work to Cry: Your Work to Listen", in: *Mirrors of Violence: Communities, Riots and Survivors in South Asia*. Delhi: Oxford University Press, 1990.

DELEUZE, Gilles. "Postscript on the Societies of Control", *October*, 59: 3-7, 1992.

DENES, Nick. "From tanks to wheelchairs: unmanned aerial vehicles, Zionist battlefield experiments and the transience of the civilian", in: *Surveillance and Control in Israel/Palestine: Population, Territory and Power*. London: Routledge. 2011.

DER DERIAN, James. "From War 2.0 to quantum war: the superpositionality of global violence", *Australian Journal of International Affairs*, 67 (5): 570-585, 2013.

_____. *Virtuous War: Mapping the military-industrial-media-entertainment network*. New York: Routledge, 2009.

_____. "Virtuous War/Virtual Theory", *International Affairs*, 76 (4): 771-788, 2000.

_____. "The (S)pace of International Relations: Simulation, surveillance and speed", in: *International Studies Quarterly*, 34(3): 295-310, 1990.

DISHY, Aaron. "Selfies, sexts and squadrons: the digital culture of the Israeli Defense Forces", *The iJournal* 2(2), 2017.

DOBBING, Mary. COLE, Chris. "Israel and the Drone Wars: examining Israel's Production, use and proliferation of UAVs", *Drone Wars UK*, 2014.

DORON, Gideon. "High-Tech Nation: The Future of the Israeli Polity", *Israel Affairs*, 7 (3): 313-326. 2011.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora UFJF, 2005.

FERNANDEZ, Belen. "Israel's insecurity industry", *Al Jazeera*, 16 de Janeiro de 2013.

_____. "Death by Security: Israel's services in Latin America", *Al Jazeera*, 7 de Julho de 2013.

FRANCO, Katja. GUNDHUS, Helene O. LOMELL, Heidi Mork. *Technologies of insecurity: the surveillance of everyday life*. New York: Routledge, 2009.

FOUCAULT, Michel. "Governmentality", in: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (eds.) 1991. *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

_____. *Society Must Be Defended*. London: Penguin Books, 2004.

_____. *Security, Territory, Population: Lectures at the College de France 1977-1978*. New York: Picador/Palgrave, 2007

GAZIT, Shlomo. *Trapped Fools: Thirty years of Israeli Policy in the Territories*. London: Frank Cass Publishers. 2003.

GHANTOUS, Wassim. *Privatization of the Israeli military checkpoints in the Occupied Territories, from the Humanitarian International Law Perspective*, MA Dissertation, Haifa University, 2012.

GORDON, Neve. "Israel's Emergence as a Homeland Security Capital" in: *Surveillance and Control in Israel/Palestine: Population, Territory and Power*. London: Routledge. 2011.

_____. "From Colonization to Separation: Exploring the Structure of Israel's Occupation." In: *The Power of Inclusive Exclusion: Anatomy of Israeli Rule in the Occupied Palestinian Territories*, ed. Michal Givoni, Sari Hanafi, and Adi Ophir. New York: Zone Books. 2009.

_____. *Israel's Occupation: Sovereignty, Discipline and Control*. Berkeley: University of California Press. 2008.

_____. "Outsourcing violations: The Israeli case", *Journal of Human Rights*, 1 (3): 321-337, 2002.

GRAHAM, Stephen. *Vertical: The city from Satellites to Bunkers*. New York: Verso, 2016.

_____. "Laboratories of war: surveillance and US-Israeli collaboration in war and security", in: *Surveillance and Control in Israel/Palestine*. New York: Routledge. 2011.

_____. *Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo. 2016.

_____. "The end of geography or the explosion of place? Conceptualizing space, place and information technology", *Progress in Human Geography*, 22 (2): 165-185, 1998a

_____. "Spaces of surveillant simulation: new technologies, digital representations, and material geographies", *Environment and Planning D: Society and Space*, 16: 483 - 504, 1998b

GREGORY, Derek. "Drone geographies", *Radical Philosophy*, 183: 7-19, 2014.

_____. "From a view to a kill: drones and late modern war" *Theory, culture & Society*, 28 (7): 188-215, 2011.

_____. "War and Peace", *Transactions of the Institute of British Geographers* 35: 154-186, 2010

_____. *The Colonial Present: Afghanistan, Palestine, Iraq*. Malden, MA: Blackwell. 2004.

HAGGERTY, Kevin D. ERICSON, Richard V. *The New Politics of Surveillance and Visibility*, Toronto: University of Toronto Press, 2006.

_____. "The surveillance assemblage", *British Journal of Sociology*, 51 (4): 605-622, 2000.

HALPER, Jeff. *War Against the People: Israel, Palestinians and global pacification*. London: Pluto Press. 2015.

_____. *Obstacles to Peace: A reframing of the Israeli-Palestinian Conflict*, Jerusalem: ICAHD, 2009.

_____. *An Israeli in Palestine: Resisting Dispossession, Redeeming Israel*. London: Pluto Press. 2008a.

_____. "The Palestinians; Warehousing a 'surplus people'", *Znet*, 2008b.

_____. "Matrix of Control." *Middle East Report* 216 (Fall). 2000.

HANDEL, Ariel. "Where, Where to and When in the Occupied Territories: An Introduction to Geography of Disaster." In: *The Power of Inclusive Exclusion: Anatomy of Israeli Rule in the Occupied Palestinian Territories*, ed. Adi Ophir, Michal Givoni, and Sari Hanafi. New York: Zone Books. 2009.

HANAFI, Sari. "Palestinian Refugee Camps in the Palestinian Territory: Territory of Exception and Locus of Resistance" In: *The Power of Inclusive Exclusion: Anatomy of Israeli Rule in the Occupied Palestinian Territories*, ed. Adi Ophir, Michal Givoni, and Sari Hanafi. New York: Zone Books. 2009a.

HANAFI, Sari. "Spacio-cide": Colonial Politics, invisibility and rezoning in Palestinian Territory", *Contemporary Arab Affairs*, 2 (1): 106-121. 2009b.

HANIEH, A. "The WWW in Palestine: An informational and organizing tool", *Middle East Report*, 213, p. 41-43. 1999.

HARAWAY, Donna. "A manifesto for cyborgs: science, technology and socialist-feminism in the late twentieth century", in: *Simians, Cyborgs and Women: The reinvention of Nature*, Routledge, New York: 1991.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. "Cosmopolitanism and the Banality of Geographical Evils", *Public Culture*, 12 (2): 529-264, 2000.

_____. "From space to place and back again: reflections on the condition of postmodernity" in: *Mapping the futures: local cultures, global change*. London, Routledge: 1993.

HEVER, Shir. *The Privatization of Israeli Security*. London: Pluto Press, 2018.

_____. "Economics and Politics: The Poverty Policy in Israel and the Territories." *Theory and Criticism* 26: 295– 301. 2005.

_____. *The Political Economy of Israel's Occupation: Repression Beyond Exploitation*. London: Pluto Press.

HILAL, Jamil. *Where now for Palestine? The Demise of the Two-State Solution*. London: Zed Books, 2007.

HOCHBERG, Gil Z. *Visual Occupations: Violence and Visibility in a Conflict Zone*. Durham: Duke University Press, 2015.

ISAAC, Jad. POWELL, Owen. "The transformation of the Palestinian Environment", in: *Where now for Palestine? The Demise of the Two-State Solution*. London: Zed Books, 2007.

JAYYUSI, Lena. ROALD, Anne Sofie. *Media and political contestation in the contemporary Arab world: a decade of change*. New York: Palgrave Macmillan. 2016.

JEAN-KLEIN, Iris. "Nationalism and Resistance: The two faces of everyday activism in Palestine during the Intifada", *Cultural Anthropology*, 16 (1): 83-126, 2001.

JUNKA-AIKIO, Laura. *Late Modern Palestine: The subject and representation of the second intifada*. New York: Routledge, 2016.

KAPLAN, Martha. 1995. "Panopticon in Poona: An essay on Foucault and Colonialism" in: *Cultural Anthropology* 10 (1): 85-98.

KHALILI, Laleh. "The location of Palestine in Global Counterinsurgencies", *International Journal of Middle East Studies*, 42: 413-133, 2010.

_____. "Virtual Nation: Palestinian Cyberculture in Lebanese Camps", in *Palestine, Israel and the politics of popular culture*. London: Duke University Press, 2005.

KLEIN, Naomi. "Laboratory for a Fortressed World." *The Nation*, July 2, 2007. www.thenation.com/article/laboratory-fortressed-world (accessed February 29, 2012). 2007a.

_____. *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. New York: Metropolitan Books/Henry Holt. 2007b.

KUNTSMAN, Adi. STEIN, Rebecca L. *Digital Militarism: Israel's Occupation in the Social Media Age*. Stanford: Stanford University Press. 2015.

LATHAM, Robert. *Bombs and Bandwidth: The emerging relationship between information, technology and security*. New York: The New Press. 2003.

LATOUR, Bruno. "On Technical Mediation", *Common Knowledge*, 3 (2): 29-64, 1994.

_____. "Technology is society made durable", *The Sociological Review*, 38 (1): 103-131, 1990.

LI, Darryl. "The Gaza Strip as a Laboratory: Notes in the Wake of Disengagement", *Journal of Palestine Studies*, 35 (2, Winter): 38-55. 2006.

LYON, David. *Surveillance After Snowden*. Cambridge: Polity Press, 2015.

_____. "Surveillance, Snowden, and Big Data: Capacities, consequences, critique", *Big Data & Society*, 1-13, 2014.

_____. "Identification, colonialism and control". in: ZUREIK, Elia. LYON, David. *Surveillance and Control in Israel/Palestine*. New York: Routledge. 2011

_____. *Surveillance as Social Sorting: Privacy, risk and digital discrimination*. New York: Routledge, 2003.

_____. *Identifying Citizens: ID Cards as Surveillance*. Cambridge: Polity Press, 2009.

_____. *The electronic eye: the rise of surveillance society*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MALTBY, Sarah. THORNHAM, Helen. "The Digital Mundane: Social media and the military", *Media, Culture & Society*, 38 (8): 1153-1168, 2016.

MARTIN, Emily. "Violence, language and everyday life", *American Ethnologist*, 34 (4): 741-745, 2007.

MASALHA, Nur. *The Palestine Nakba: decolonizing history, narrating the subaltern, reclaiming memory*. London: Zed Books. 2012.

MBEMBE, Achille. "Necropolitics", *Public Culture* 15 (1): 11-40, 2003.

McLUHAM, Marshal H. *Understanding Media: the extension of man*, London: Sphere, 1964.

MINOW, Martha. "Outsourcing Power: How privatizing military efforts challenges accountability, professionalism and democracy", *Boston College Law Review*, 46: 989-1026, 2005.

MITCHELL, W. *City of bits: space, place and the infobahn*. Cambridge: MIT Press, 1995.

MONAHAN, Torin. WALL, Tyler. "Surveillance and violence from afar: the politics of drones and liminal security-scapes", *Theoretical Criminology*, 15 (3): 239-254, 2011.

_____. *Surveillance in the Time of Insecurity*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2011.

_____. "Somatic Surveillance: Corporeal Control through Information Networks", *Surveillance & Society*, 4(3): 154-173, 2007.

_____. *Surveillance and Society: Technological Politics and Power in Everyday Life*, New York: Routledge, 2006.

MOROZOV, Evgeny. *The Net Delusion: How not to liberate the World*. London: Penguin Books, 2011.

NITZAN, Jonathan, BICHLER, Shimshon. *The Global Political Economy of Israel*. London: Pluto Press, 2002.

_____, *The ethnic cleansing of Palestine*. London: Oneworld. 2006.

PAPPE, Ilan. *The Israel/Palestine Question*. London: Routledge. 1999.

PARSONS, Nigel. SALTER, Mark B. "Israeli biopolitics: Closure, territorialisation and governmentality in the Occupied Palestinian Territories", *Geopolitics*, 13 (4): 701-723, 2008.

PATRIKARAKOS, David. *War in 140 characters: how social media is reshaping conflict in the twenty-first century*. New York: Basic Books, 2017.

PROVOST, Claire. "The industry of Inequality: Why the world is obsessed with Private Security", *Guardian*, 12 de Maio, 2017.

PÖTZSCH, Holger. "The emergence of iWar: changing practices and perceptions of military engagement in a digital era", *New media & Society* 17 (1): 78-95, 2013.

RAND, *Effective Policing for 21st-Century Israel*, Rand Corporation, 2013.

ROBINS, Kevin. "Cyberspace and the world we live in" in: Featherstone, M. Burrows, R. (edit), *Cyberpunk/cyberspace/cyberbodies*, London: Sage, 1995.

ROY, Sara. "Reconceptualizing the Israeli-Palestinian Conflict: Key paradigm Shifts", *Journal of Palestine Studies*, 41 (3): 71-91. 2012.

_____, "The Gaza Strip: A Case of Economic De-Development", *Journal of Palestine Studies*, 17 (1): 56-88. 1987.

SAID, Edward. "Permission to Narrate", *Journal of Palestine Studies*, 13 (3), 1984.

SAIF, Atef Abu. *The drone eats with me: a Gaza Diary*. Boston: Beacon Press, 2016

SASSEN, Saskia. "When the City Itself Becomes a Technology of War", *Theory, Culture & Society*, 27 (6): 33-50, 2010.

SCOTT, David. 1995. "Colonial Governmentality." in: *Social Text* 43: 191-220.

SCHILLER, Dan. *Digital Capitalism: Networking the Global Market System*. Cambridge, MA: MIT Press. 1999.

SINGER, Peter Warren. *Corporate Warriors: The Rise of Privatized Military Industry*, Ithaca: Cornell University Press, 2003.

SHALHOUB-KEVORKIAN, Nadera. *Security Theology, Surveillance and the Politics of Fear*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

_____. "Human suffering in colonial contexts: reflexions from Palestine", *Settler Colonial Studies*, 4 (3): 277-290, 2014.

_____. "E-resistance and technological in/security in Everyday Life: the Palestinian case", *British Journal of Criminology*, 52: 55-72, 2012.

SHAFIR, Gershon. "Zionism and Colonialism: a comparative approach", *The Israel Palestine Question*, London: Routledge, 1999.

STUDIO, Social. *Social Media Report in Palestine - 2015*, disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwigwrq_77DcAhVJEZAKHeLPDWwQFjAAegQICBAB&url=https%3A%2F%2Fpt.slideshare.net%2FConceptsTechnologies%2Fsocial-media-report-in-palestine-2015-english&usg=AOvVaw1cAMI3aaDECFT8p3I-fWFc. Acessado em: 14 de Fevereiro, 2018.

STUDIO, Social. *Social Media Report in Palestine - 2017*, disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwigwrq_77DcAhVJEZAKHeLPDWwQFjAAegQICBAB&url=https%3A%2F%2Fpt.slideshare.net%2FConceptsTechnologies%2Fsocial-media-report-in-palestine-2015-english&usg=AOvVaw1cAMI3aaDECFT8p3I-fWFc. Acessado em: 14 de Fevereiro, 2018.

STEIN, Rebecca L. "GoPro Occupation: Networked Cameras, Israeli Military Rule, and the Digital Promise", *Current Anthropology*, 58 (15): 56-64, 2017.

_____. "StateTube: Anthropological Reflections on Social Media and the Israeli State", *Anthropological Quarterly*, 85 (3): 893-916, 2012.

_____. *Palestine, Israel and the politics of popular culture*. London: Duke University Press, 2005.

TAWIL-SOURI, Helga. "Orange, green and blue: color-coded paperwork for Palestinian population control", in: *Surveillance and Control in Israel/Palestine*. New York: Routledge. 2011.

_____. "Hacking Palestine: A Digital Occupation", *Al-Jazeera English Online*, 9 de Novembro. 2011a.

_____. "Qalandia Checkpoint as Space and Nonplace", *Space and Culture*, 14(1): 4-26, 2011b.

_____, AOURAGH, Miriyam. "Intifada 3.0? Cyber Colonialism and Palestinian Resistance", 2011.

_____. "Surveillance Sublime: The Security State in Jerusalem", *Jerusalem Quarterly*, 67, 2006.

ZUREIK, Elia. *Israel's Colonial Project in Palestine: Brutal Pursuit*. New York: Routledge, 2016.

_____. LYON, David. *Surveillance and Control in Israel/Palestine*. New York: Routledge. 2011.

_____. "Theoretical and Metodological Considerations for the Study of Palestinian Society", *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, 23 (2): 152-162, 2003.

_____. "Constructing Palestine through Surveillance Practices", *British Journal of Middle Eastern Studies*, 28 (2): 205-227. 2001

YOUNG, Robert. *Postcolonialism: An Historical Introduction*. Malden, MA/Oxford: Blackwell. 2001.

Weizman, Eyal. *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation*. London: Verso. 2007.

_____. "Thanato-tactics", in: *The Power of Inclusive Exclusion: Anatomy of Israeli Rule in the Occupied Palestinian Territories*, ed. Adi Ophir, Michal Givoni, and Sari Hanafi. New York: Zone Books. 2009.

WHO PROFITS, "The Case of G4S: Private Security Companies and the Israeli Occupation", *Who Profits: The Israeli Occupation Industry*, 2011a.